

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING

RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 096/2026
Data: 10/06/2026



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
NOVO COMPLEXO TURÍSTICO SERÁ CRIADO NO PORTO DE SANTOS; EDITAL DE R\$ 717 MILHÕES TAMBÉM PREVÊ USINA MODERNIZADA	4
O DESAFIO DO INVENTÁRIO DE CARBONO.....	5
ME – MOVIMENTO ECONÔMICO	6
FERROVIA ENTRA EM QUIXERAMOBIM E ACELERA TRANSFORMAÇÃO LOGÍSTICA NO SERTÃO	7
HUB CEARÁ DO PECÉM TERÁ USINA TÉRMICA DE R\$ 6 BI E 1.147 MW DA ENEVA E DIAMANTE	9
VOLTALIA GARANTE CONEXÃO DE 322 MW PARA DATA CENTER EM PECÉM, NO CEARÁ	11
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS	12
PARCERIA ENTRE ANTAQ E BANCO DO BRASIL IMPULSIONA MODERNIZAÇÃO DE LICITAÇÕES DOS PORTOS BRASILEIROS	12
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF	13
NORDESTE TEM MAIOR MOVIMENTAÇÃO AÉREA DA HISTÓRIA PARA OS QUATRO PRIMEIROS MESES DO ANO	13
NOVA PORTARIA DO MPOR AMPLIA BENEFÍCIO FISCAL PARA PROJETOS EM AERÓDROMOS PÚBLICOS	14
GT SOBRE CONCESSÕES DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES REALIZA 1ª REUNIÃO EM BRASÍLIA	15
EMPRESAS AÉREAS FORMALIZAM PEDIDOS PARA ACESSAR LINHAS DE CRÉDITOS COM RECURSOS DO FNAC	16
GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF	17
NOVA CONCESSÃO DA MALHA OESTE, QUE DEVE RECEBER CERCA DE R\$ 29 BILHÕES EM INVESTIMENTOS, AVANÇA	18
BE NEWS – BRASIL EXPORT	18
EDITORIAL – TRILHOS PARA O SÉCULO XXI.....	18
INSIGHT - DIREITO - A PRÓXIMA CRISE DA SUA EMPRESA PODE COMEÇAR COM UM POST	19
POLÍTICA - TSE SUSPENDE JULGAMENTO SOBRE PESQUISA ELEITORAL.....	21
NACIONAL - HUB – CURTAS - MINISTÉRIO QUER AUMENTAR SEGURANÇA JURÍDICA EM PORTOS, HIDROVIAS E AEROPORTOS	22
<i>Novos modelos de concessão</i>	22
<i>A parceria entre a Antaq e o BB</i>	22
<i>Desburocratizar já</i>	23
<i>New Panamax no Rio</i>	23
<i>Estreia</i>	23
POLÍTICA - SITE REVELA COMO VORCARO ENVIOU R\$ 61 MILHÕES PARA ‘DARK HORSE’	23
POLÍTICA - UCZAI PEDE À PF INQUÉRITO SOBRE PRODUTORA	24
POLÍTICA - GOVERNO MANTÉM URGÊNCIA EM PL DO FIM DA ESCALA 6X1 NA CÂMARA.....	25
POLÍTICA - CCJ ADIA ANÁLISE DA MAIORIDADE PENAL	26
POLÍTICA - DURIGAN PEDE APOIO DE LÍDERES DO CONGRESSO SOBRE PAUTAS FISCAIS	26
POLÍTICA - PT LANÇA ‘PORTA-VOZES DO LULA’	27
TRANSPORTES - FERROVIAS - SANTORO DIZ QUE RETOMADA DAS FERROVIAS EXIGE ATUAÇÃO DIRETA DO GOVERNO	28
TRANSPORTES - FERROVIAS - RELICITAÇÃO DA MALHA OESTE CHEGA AO TCU COM PROMESSA DE INTEGRAR BRASIL AO PACÍFICO	29
TRANSPORTES - FERROVIAS - BNDES VAI ANUNCIAR LINHA DE CRÉDITO PARA PROJETOS DE FERROVIAS, AFIRMA MINISTRO	31
TRANSPORTES - PORTOS - PORTO DE SANTOS ABRE LICITAÇÃO PARA USINA E VILA HISTÓRICA DE ITATINGA	31
TRANSPORTES - PORTOS - ANTAQ AMPLIA PRAZO PARA TERMINAL CONCLUIR ADEQUAÇÕES DE SEGURANÇA.....	32
TRANSPORTES - PORTOS - PORTOS RS CONFIRMA MACHADO COMO NOVO PRESIDENTE	32
TRANSPORTES - AVIAÇÃO - GOVERNO AMPLIA ACESSO AO REIDI PARA PROJETOS DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA.....	33
TRANSPORTES - AVIAÇÃO - LATAM APRESENTA PRIMEIRO EMBRAER E195-E2 DE ENCOMENDA BILIONÁRIA	34
TRANSPORTES - AEROPORTOS - ACORDO SOBRE VIRACOPOS CHEGA AO PRAZO FINAL DE NEGOCIAÇÃO	35
TRANSPORTES - AEROPORTOS - AENA ENTREGA NOVO TERMINAL DE PASSAGEIROS DO AEROPORTO DE MONTES	36
PETRÓLEO E GÁS - SENADO ESTUDA SOCORRO AO AGRO COM USO DO FUNDO SOCIAL DO PRÉ-SAL	36
PETRÓLEO E GÁS - JUSTIÇA MANDA PETROLEIRA REPARAR DANOS.....	37
ENERGIA - ANEEL DECIDE, POR UNANIMIDADE, HOMOLOGAR LEILÃO DE RESERVA	38
ENERGIA - AGÊNCIA DE ÁGUAS APROVA DRDH	39
BRASIL EXPORT - NORDESTE SE POSICIONA COMO HUB ESTRATÉGICO NA DESCARBONIZAÇÃO DA CABOTAGEM	40



COMÉRCIO EXTERIOR - VETO DA UE ENVOLVE FISCALIZAÇÃO, NÃO STATUS SANITÁRIO, DIZ ABPA.....	41
COMÉRCIO EXTERIOR - ALCKMIN GARANTE EMPENHO PARA TIRAR EMBARGO.....	42
PAPO DE COMPLIANCE - ORGANIZAÇÃO - QUANDO A REPUTAÇÃO VIROU ATIVO: A ORIGEM DO COMPLIANCE NAS ORGANIZAÇÕES	43
FINANÇAS - SAÍDA DE CAPITAL E FORÇA DAS BIG TECHS PRESSIONAM O REAL EM MAIO	44
FINANÇAS - SALÁRIO É PRIORIDADE NO PAÍS, DIZ CNI	45
COMUNICAÇÃO & MARKETING – OPINIÃO - A CRISE SILENCIOSA DAS EMPRESAS NÃO É DE ESTRATÉGIA. É DE SIGNIFICADO.....	46
JUSTIÇA - CONDENADOS DO 8/1 COBRAM ANÁLISE DO STF SOBRE LEI DA DOSIMETRIA.....	47
JUSTIÇA - MORAES AUTORIZA INSCRIÇÃO DE PRESO NO ENEM	48
JUSTIÇA - TOFFOLI TOMA POSSE NO TSE E DIZ QUE A JUSTIÇA NÃO DECIDE ELEIÇÃO	49
JUSTIÇA - PGR DEFENDE REJEIÇÃO DE PEDIDO DO PL	50
JUSTIÇA - OPINIÃO - DIREITO - TPA, ADICIONAL DE RISCO E O ERRO QUE A JUSTIÇA DO TRABALHO INSISTE EM REPETIR. 51	
INTERNACIONAL - ELEIÇÃO NO PERU: SÁNCHEZ TEM PEQUENA VANTAGEM SOBRE FUJIMORI.....	52
INTERNACIONAL - Nos EUA, DEMOCRATAS VISAM O SENADO.....	53
JORNAL O GLOBO – RJ.....	54
PEC DO FIM DA ESCALA 6X1 CONCORRE NO SENADO COM PROPOSTA DE CONTRATAÇÃO POR HORA: ESPECIALISTAS APONTAM AS DIFERENÇAS	54
JUSTIÇA DO DF DERRUBA DECISÃO QUE SUSPENDIA LEILÃO DE 'RESERVA' DE ENERGIA.....	56
TCU APROVA CONTAS DO GOVERNO LULA, MAS FAZ RESSALVA SOBRE CORREIOS	58
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP.....	60
PETROBRAS COMPRA 50% DE PARTICIPAÇÃO DE BLOCO DA EQUINOR NA BACIA DE CAMPOS	60
VENDA DA CSN CIMENTOS DEVE SUPERAR R\$ 12 BI, COM CHINESAS MAIS AGRESSIVAS	61
TARIFAÇÃO: REUNIÃO COM O REPRESENTANTE DE COMÉRCIO DOS EUA OCORRE ATÉ O FINAL DA SEMANA, DIZ MINISTRO.....	62
VALOR ECONÔMICO (SP).....	63
PETROBRAS ASSINA ACORDO COM EQUINOR PARA COMPRAR PARTICIPAÇÃO DE 50% NO BLOCO ITAIMBEZINHO	63
APOIO DE LINHA DO FUNDO DE AVIAÇÃO É IMPORTANTE PARA FORTALECER AÉREAS DO BRASIL, DIZ CEO DA EMBRAER.....	64
ENEVA DÁ INÍCIO A CONSTRUÇÃO DE TÉRMICAS DE R\$ 6 BILHÕES NO CEARÁ	64
MENOR IMPORTAÇÃO DE PETRÓLEO DA CHINA EM 8 ANOS AMORTECE IMPACTO DA GUERRA NO IRÃ SOBRE PREÇOS	65
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	67
PETROBRAS COMPRA 50% DO BLOCO ITAIMBEZINHO DA EQUINOR NA BACIA DE CAMPOS.....	67
ANTAQ E BANCO DO BRASIL FIRMAM PARCERIA PARA DIGITALIZAR LICITAÇÕES DE PORTOS BRASILEIROS	68
PRIMEIRO NAVIO OCEÂNICO A AMÔNIA DE COMBUSTÍVEL DUPLO É ENTREGUE A ARMADOR BELGA.....	68
ABS AMPLIA PORTFÓLIO DE NAVIOS DE BAIXA EMISSÃO E APROVA PORTA-CONTÊNER HÍBRIDO COM BATERIA DE 16 MIL TEUs	69
ICS VÊ POTENCIAL NA CAPTURA DE CARBONO A BORDO PARA AVANÇAR DESCARBONIZAÇÃO DO TRANSPORTE MARÍTIMO ...	70
MSC ATINGE 20% DE PARTICIPAÇÃO NO MERCADO GLOBAL DE CONTÊINERES E AMPLIA DISTÂNCIA DAS RIVAIS	70
MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA	71
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	71



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

NOVO COMPLEXO TURÍSTICO SERÁ CRIADO NO PORTO DE SANTOS; EDITAL DE R\$ 717 MILHÕES TAMBÉM PREVÊ USINA MODERNIZADA

Projeto prevê ampliação da usina hidrelétrica, estudos para produção de hidrogênio verde e revitalização da vila histórica em Bertioga

Por Bárbara Farias 10 de junho de 2026



Itatinga está localizada na Serra do Mar; o local já foi a Fazenda Pelaes, sendo adquirido pela Companhia Docas de Santos em 1903 (Vanessa Rodrigues/AT)

A Autoridade Portuária de Santos (APS) lançou o edital de licitação para cessão de uso onerosa do Complexo Hidrelétrico de Itatinga, em Bertioga. O aviso de licitação foi publicado na segunda-feira no Diário Oficial da União. O contrato, avaliado em R\$ 717,5 milhões (montante previsto de receita operacional bruta a ser obtida pela cessionária), tem prazo de 20 anos, com possibilidade de prorrogação. As propostas dos concorrentes serão

abertas no dia 17 de agosto.

Lançado oito meses após a previsão inicial, o edital está disponível neste link. Interessados em disputar o certame devem enviar a documentação, incluindo representação e proposta no mesmo endereço eletrônico. Segundo a APS, a habilitação ocorrerá no dia 11 de agosto e a sessão pública para a abertura das propostas no dia 17 de agosto, a partir das 15 horas.

O futuro cessionário, empresa ou consórcio, assumirá o complexo inteiro, que abrange a usina hidrelétrica e a Vila de Itatinga, com 61 residências e equipamentos comunitários. Conforme o edital, o gestor privado ficará responsável pela modernização, expansão e operação da usina e revitalização dos imóveis do local para reaproveitamento como um complexo turístico de hotelaria.

Quanto à usina, a cessionária terá que investir no aumento da potência instalada dos atuais 15 MW de energia elétrica para 18 MW e na modernização da linha de transmissão de aproximadamente 30 quilômetros. Atualmente, a usina abastece a APS e manter esse fornecimento é uma das obrigações prioritárias do contrato. A energia excedente poderá ser comercializada. O contrato exigirá ainda investimento em estudos para geração de energia renovável proveniente da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Itatinga, com foco em hidrogênio verde (H2V).

De acordo com a gestora do Porto de Santos, o desempenho operacional da usina será aferido periodicamente por meio de indicadores do setor elétrico.

Os investimentos exigidos para a modernização das estruturas civis, hidráulicas e eletromecânicas estão estimados em cerca de R\$ 200 milhões. Como contraprestação, a cessionária repassará à APS um percentual não inferior a 3% da receita operacional bruta apurada anualmente.

“A concessão de Itatinga alia a preservação de um ativo centenário à visão de futuro da Autoridade Portuária. Com a modernização da usina e a possibilidade de integração para a produção de hidrogênio verde, o Porto de Santos consolida seu papel na transição energética, reafirmando o compromisso com a sustentabilidade e a eficiência operacional”, afirmou o presidente da APS, Anderson Pomini.

Patrimônio histórico

A Pequena Central Hidrelétrica de Itatinga (PCH Itatinga) começou a ser construída em 1904 e foi concluída em 1910, tornando-se uma das primeiras usinas hidrelétricas a fio d'água brasileiras. Ao longo de mais de um século, a usina garantiu suporte energético às atividades do Porto de Santos.

A Vila de Itatinga possui construções originais preservadas, habitações para os trabalhadores e equipamentos comunitários como igreja, escola, padaria e clube esportivo, entre outras instalações. Trata-se de patrimônio cultural, histórico e arquitetônico de reconhecida relevância, que desperta interesse para iniciativas de preservação patrimonial, ecoturismo e turismo histórico-cultural.

Local e edital

O Complexo de Itatinga está localizado em área inserida na poligonal do Porto Organizado de Santos, mas não destinada diretamente às operações portuárias.

O empreendimento engloba a Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Itatinga, a linha de transmissão de energia e a Vila de Itatinga, em Bertioga.

O contrato será firmado na modalidade de cessão de uso onerosa e terá prazo de 20 anos, com possibilidade de prorrogação. A escolha da vencedora ocorrerá pelo critério de técnica e preço.

De acordo com o edital, a futura cessionária poderá obter receitas por meio da exploração das atividades desenvolvidas no complexo, cobrando diretamente dos usuários pelos serviços prestados.

Em contrapartida, deverá repassar à APS um percentual variável correspondente a, no mínimo, 3% da receita operacional bruta obtida com a exploração da área.

O valor estimado do contrato é de R\$ 717,5 milhões, montante que representa a previsão de receita operacional bruta a ser gerada durante toda a vigência da cessão.

Acesso

O acesso a Itatinga é por lancha, navegando pelo Canal de Bertioga. A viagem dura aproximadamente uma hora e meia.

Chegando a Bertioga, o acesso ao complexo da usina ocorre por meio de bondes da década de 1920, que fazem um percurso de 7,5 km. A viagem dura cerca de 25 minutos.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 10/06/2026

O DESAFIO DO INVENTÁRIO DE CARBONO

Em nossos ambientes de trabalho, mais especificamente em nossos portos brasileiros, o desafio assenta primeiramente em diagnosticarmos essas fontes emissoras nas diversas atividades portuárias

Por João Paulo Ribeiro Santana 10 de junho de 2026



(Vanessa Rodrigues/Arquivo AT)

Em nosso cotidiano, pelo simples fato de usarmos gasolina, diesel ou álcool (etanol) em nossas máquinas, emitimos gases de efeito estufa. Mesmo em um carro elétrico, se a energia utilizada para carregar a bateria vier de uma usina termoeletrica, indiretamente este veículo será um poluidor. A única garantia é obtermos da empresa fornecedora de energia um certificado de que a energia fornecida foi gerada de fontes renováveis. O fogão a gás e o fogão a lenha, bastante populares no Brasil, também poluem, em

menor escala, mas poluem. A televisão, os computadores, o fogão e o chuveiro elétrico, se usarem eletricidade gerada por uma usina termoeletrica, também o fazem.

Em nossos ambientes de trabalho, mais especificamente em nossos portos brasileiros, o desafio assenta primeiramente em diagnosticarmos essas fontes emissoras nas diversas atividades portuárias. Precisamos entender as operações das autoridades portuárias, no caso dos portos públicos, além processos relacionados aos diferentes modais de transporte e ainda das rotinas presentes nas operações propriamente ditas. Esse diagnóstico hoje pode ser feito realizando um inventário de emissões de gases de efeito estufa, ou carbono equivalente, que é o quanto de emissão de carbono equivale a emissão de determinado gás na atmosfera.

Quando eu digo que existe um desafio, o faço, pois é necessária a mobilização de diversos atores da comunidade portuária. Iniciando com a própria autoridade em si, e passando pelos arrendatários, operadores portuários e ainda pelos prestadores de serviços.

Como eu disse anteriormente, realizar um inventário não é uma tarefa simples, mas também não é algo impossível. Existe nas metodologias atuais, uma convenção que se determina como escopos 1, 2 e 3.

O escopo 1 diz respeito às nossas emissões, ou seja, os combustíveis que utilizamos nas atividades diretas. Falando como autoridade portuária, isso inclui as emissões da frota de veículos (carros, motos, quadriciclos, barcos, geradores etc.) Já o escopo 2 é sobre a origem de nossa energia elétrica consumida, se provém de fontes renováveis ou não. E, finalmente, o mais desafiador de todos - e não menos importante - o escopo 3, dos demais atores da comunidade portuária.

É no terceiro escopo que se incluem navios, caminhões, trens, shiploaders, portêineres, transtêineres, rebocadores, empilhadeiras, tratores, maquinário, geradores etc. Trata-se de uma comunidade extremamente heterogênea no desenvolvimento das suas atividades, e muitas vezes surgem resistências em transmitir informações, que podem ser consideradas estratégicas para determinado segmento.

O fato é que se todas as empresas do mundo elaborassem seus inventários de emissões de gases de efeito estufa, não precisaríamos falar em escopo três em nossos diagnósticos, pois estaríamos trabalhando de forma redundante em manipularmos os dados e informações levantadas. Bastaria somarmos os resultados dos diagnósticos de todos.

Eu disse que a resposta para a nossa pergunta da coluna passada, era mais complexa do que o questionamento. Então, novamente, como podemos utilizar a energia do sol, sem emitirmos ou diminuindo drasticamente as emissões de gases de efeito estufa (GEE)?

A resposta para esta pergunta se inicia pela realização de um diagnóstico de emissões. Com ele realizado e em mãos, o passo seguinte é estabelecer um plano de descarbonização de nossas atividades, propondo a utilização de fontes de energia que emitam menos gases de efeito estufa.

Na teoria parece fácil, já na prática significa planejamento, ações e investimentos com mudanças de paradigmas. Não é impossível, mas é preciso acreditar e querer mudar. Do contrário, a visão será de desperdício de tempo e recursos.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 10/06/2026

FERROVIA ENTRA EM QUIXERAMOBIM E ACELERA TRANSFORMAÇÃO LOGÍSTICA NO SERTÃO

Chegada da Transnordestina a Quixeramobim está prevista para agosto; porto seco, ZPE e fábrica de peças automotivas vêm no rastro dos trilhos

Por Bruno Brandão - De Fortaleza



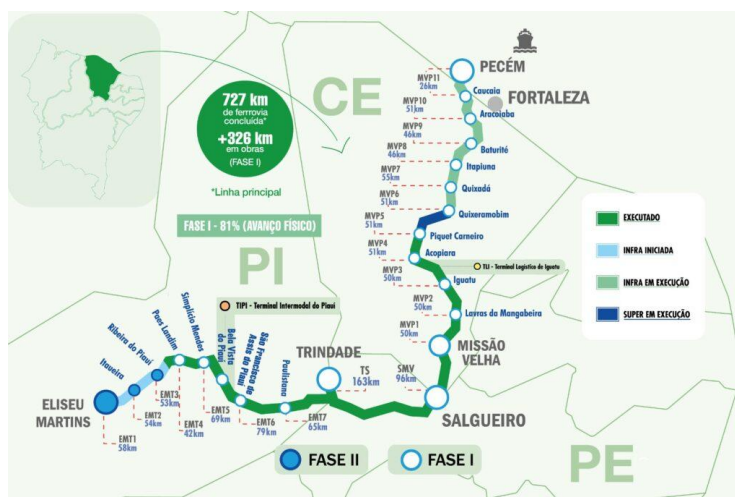
Trecho entre Piquet Carneiro e Quixeramobim já atingiu 100% de execução física; chegada oficial está prevista para 14 de agosto, data do aniversário da cidade – Foto: Divulgação

A Ferrovia Transnordestina está a poucos dias de completar o trecho que liga Piquet Carneiro a Quixeramobim, no Sertão Central do Ceará. A chegada oficial ao município está prevista para 15 de agosto, embora a gestão municipal articule a antecipação para o dia 14, visando coincidir com o aniversário da cidade. A chegada dos trilhos marcará, pela segunda vez na história local, a presença de uma ferrovia no sertão cearense. A primeira foi com a extinta Rede Ferroviária Federal (RFFSA).

Segundo o secretário municipal de Desenvolvimento Econômico de Quixeramobim, Afrânio Feitosa, o lote ferroviário que cobre esse trecho já atingiu 100% de execução física, com um recorde registrado durante as obras, no lote 5: 3,77 quilômetros de trilhos assentados em um único dia. “É um marco histórico para o nosso município. Isso vai trazer um desenvolvimento sem precedente”, afirmou em entrevista exclusiva ao Movimento Econômico.

A circulação comercial dos trens, porém, depende de homologações ainda em curso junto ao Ibama e à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). A Transnordestina repassou à prefeitura a estimativa de que o primeiro carregamento, realizado em caráter de viagem-teste, ocorra entre outubro e novembro deste ano. A carga inaugural deve ser de grãos. Para outros tipos de produto, como combustíveis ou rochas ornamentais, será necessária uma adaptação específica dos vagões.

A escolha faz sentido pela escala da demanda local. Quixeramobim é a maior bacia leiteira do estado do Ceará e importa, só para o próprio município, 233 milhões de quilos de grãos por ano. “O município é muito forte economicamente tanto na parte agropecuária quanto na industrial”, destacou o secretário. Com a ferrovia, parte desse volume poderá ser escoada ou recebida por trilhos, reduzindo custos logísticos para o produtor local.



Mapa mais recente que mostra as obras da Transnordestina – Foto: Divulgação

Porto seco privado com licenças em fase final

Paralelo à ferrovia, avança o Porto Seco José Dias de Macedo, empreendimento inteiramente privado que será construído pela Velle Global Group em área de 372 hectares doada pela prefeitura. As licenças ambientais estão em fase de liberação. “Assim que saírem, a obra começa imediatamente. A empresa já tem consultoras e construtoras contratadas”, disse Feitosa.

A Transnordestina tem contrato firmado com a Velle Global para a construção de uma linha desviada dentro do terminal, estrutura que permite que composições saiam da linha principal para operações de carga e descarga. O investimento previsto para essa interligação é de R\$ 10 milhões, executado inteiramente na faixa de domínio da ferrovia.

Ao porto seco se soma uma Zona de Processamento de Exportações (ZPE), que será desenvolvida pelo empresário Amarilo Macêdo, do grupo J Macêdo. Juntos, porto seco e ZPE vão ocupar uma área total de aproximadamente 1.307 hectares, conformando um dos maiores complexos logísticos do interior do Nordeste. A ZPE já está em fase de elaboração do projeto, para dar entrada aos processos de vistorias.

Feitosa foi categórico ao posicionar a ZPE como estrutura complementar ao Porto do Pecém e ao de Suape, em Pernambuco, rechaçando qualquer leitura de rivalidade. “O intuito aqui é ajudar e não concorrer. O Amarilo e a Velle Global deixaram isso muito claro”, afirmou o secretário. Na prática, o terminal do Sertão Central funcionaria como ponto de consolidação de cargas do interior, alimentando os dois grandes portos litorâneos do Nordeste em vez de disputar clientes com eles.



Afrânio Feitosa, secretário municipal de Desenvolvimento Econômico de Quixeramobim: “É um marco histórico para o nosso município.” – Foto: Divulgação

Por que Quixeramobim, e não Missão Velha?

O secretário relembrou que Ricardo Azevedo, CEO da Value Global Group, chegou a considerar Missão Velha e Iguatu para o investimento, mas não obteve respostas sobre viabilidade econômica em nenhuma das duas localidades. “Ele não fez em Missão Velha porque não teve resposta de ninguém. Foi encontrar em Quixeramobim, que mostrou viabilidade econômica e localização estratégica”, disse Feitosa. A posição geográfica do município, ponto de convergência natural das rotas do Sertão Central, que reúne 13 municípios, e o volume expressivo de movimentação de grãos foram determinantes para a decisão.

Quixeramobim já é, mesmo antes da ferrovia, o segundo maior polo calçadista do Ceará, com produção de 50 mil pares por dia. No município funcionam unidades fabris que fornecem materiais para marcas como Nike, Adidas, Puma e New Balance, além de indústrias de embalagens e de palmilhas que completam uma cadeia produtiva local integrada. O resultado coloca Quixeramobim entre os dez maiores municípios exportadores do estado, com vendas para os Estados Unidos e para a França.



Área de 372 hectares doada pela prefeitura receberá o Porto Seco José Dias de Macedo, empreendimento privado da Velle Global Group; licenças ambientais estavam em fase de liberação – Foto: Governo CE

Nova indústria traz cadeia automotiva para o Sertão
A perspectiva da ferrovia já atrai investimentos industriais inéditos para a região. O município assinou memorando de intenção com a empresa Magnésio do Nordeste, que pretende instalar uma fábrica de peças automotivas produzidas com magnésio e plástico, componentes de acabamento interno utilizados por montadoras como

Chevrolet, Renault, Fiat e BYD, hoje importados principalmente da Itália.

O investimento está estimado entre R\$ 320 milhões, com geração prevista de 200 empregos diretos em uma área de 18 hectares doada pelo município. A operação plena das três fases está projetada para 2028, mas as obras do parque fabril devem começar ainda em 2026, condicionadas à concessão das licenças ambientais.

Com a ferrovia, o porto seco, a ZPE e os novos investimentos industriais, a prefeitura projeta dobrar o PIB municipal, hoje em R\$ 1,9 bilhão, com renda per capita de R\$ 23.468 até 2028, com geração estimada de 10 mil empregos diretos quando o complexo logístico estiver em plena operação.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 10/06/2026

HUB CEARÁ DO PECÉM TERÁ USINA TÉRMICA DE R\$ 6 BI E 1.147 MW DA ENEVA E DIAMANTE

Projeto integra geração termelétrica e terminal de GNL no Pecém. Obras criam mais de 2 mil empregos e terminal abastecerá também a Termo Ceará da Petrobras a partir de 2028

Da Redação ME - redacao@movimentoeconomico.com.br



A pedra fundamental do projeto Jandaia, que marca o início da construção de uma nova usina térmica movida a gás natural no Complexo do Pecém, foi lançada na manhã desta terça-feira (9), com a presença do governador Elmano de Freitas. Foto: Tiago Stille/Casa Civil CE

A Eneva e a Diamante Geração de Energia lançaram nesta terça-feira (9) a pedra fundamental do Projeto Jandaia no Complexo Industrial e Portuário do Pecém (Cipp), no Ceará, dando início às obras das usinas termelétricas a gás natural UTE Jandaia II e UTE Jandaia III, que integram o Hub Ceará, projeto de aproximadamente R\$ 6 bilhões com 1.147 MW de capacidade contratada e terminal de Gás Natural Liquefeito (GNL) de 14 milhões de metros cúbicos por dia. O empreendimento tem prazo contratual de 15 anos e contou com a presença do governador Elmano de Freitas na cerimônia realizada no auditório do Complexo do Pecém.

O modelo integrado do Hub Ceará combina geração e suprimento de gás em uma única estrutura coordenada, diferente de uma termelétrica convencional que depende de fornecimento externo de combustível. A integração entre as usinas e o terminal de GNL permite controle sobre toda a cadeia de suprimento, traz maior eficiência operacional e reduz a exposição a oscilações no mercado de gás ao longo dos 15 anos de contrato. O terminal portuário tem previsão de entrada em funcionamento em 2028, com a conclusão das obras e testes da térmica prevista para o primeiro semestre de 2029.

O Hub Ceará inclui a construção do Píer Zero, terminal portuário com investimento de R\$ 430 milhões que receberá uma unidade flutuante de regaseificação (FSRU), responsável por converter o GNL importado em gás para abastecimento das usinas. A infraestrutura também permitirá o fornecimento de gás para outras plantas industriais, incluindo a UTE Termo Ceará, da Petrobras, e futuros empreendimentos. A expectativa é que o Complexo do Pecém se consolide como polo de distribuição de gás natural para todo o Nordeste.

Parceria consolidada no Pecém e geração de empregos

A parceria com a Diamante foi estruturada em março de 2026, quando a Eneva vendeu à empresa a UTE Porto do Pecém II, usina a carvão de 365 MW, por R\$ 872,3 milhões e, em troca, obteve o termo

de cessão de área para instalação do terminal de GNL no Complexo. Com a operação, a Diamante passa a controlar três usinas no Pecém. Os principais equipamentos críticos do Hub Ceará já foram contratados, o que, segundo a Eneva, reduz riscos de implementação e dá consistência ao cronograma.

O projeto deve gerar mais de 2.000 empregos diretos e indiretos, com 83% de contratação de mão de obra local, percentual registrado pela Eneva em suas demais unidades no estado. A companhia é uma das maiores operadoras térmicas do Brasil, com 7,2 GW de capacidade instalada distribuída no Maranhão, Ceará, Sergipe, Amazonas, Espírito Santo e Bahia, incluindo o Complexo Parnaíba (1,9 GW, maior termelétrica a gás do país) e o Hub Sergipe. No LRCAP 2026, a companhia saiu do certame com 5,2 GW de capacidade contratada, o maior volume de uma única empresa no leilão, em um pacote de R\$ 18,2 bilhões em investimentos entre renovações e novos projetos.



Para dar suporte ao projeto, o Porto do Pecém ganhará um novo píer, chamado Píer Zero, com investimento de R\$ 430 milhões. A estrutura será destinada ao transporte de gás natural. Foto: Ascom/Complexo do Pecém

Termelétrica e escoadouro do agronegócio

O diretor-executivo de Marketing, Comercialização de Gás e Energia e Novos Negócios da Eneva, Marcelo Lopes, ressaltou o papel estratégico das termelétricas na matriz elétrica nacional. “O Brasil é um país extremamente rico em fontes de energia. A gente tem bastante hidrelétrica, fontes renováveis como solar e eólica, mas a termelétrica tem um papel fundamental que é a segurança. Quando o vento não venta, quando o sol não brilha, quando a chuva não cai, você precisa de fontes despacháveis. E o projeto que a gente vai implementar aqui no Ceará é um projeto que tem esse condão, tem essa natureza”, afirmou.

O governador Elmano de Freitas destacou a dimensão logística do empreendimento para além da geração de energia. “Aqui, teremos um dos escoadouros do agronegócio no País. Vamos ligar o Centro-Oeste à Transnordestina, que se ligará ao Porto do Pecém, ao de Suape, ao da Bahia. Vamos pensar a logística do País. Tenho absoluta convicção de que estamos construindo degraus muito sólidos de uma nova economia do Ceará, que tenha a energia como um de seus fatores determinantes”, discursou. O governador também citou projetos complementares que reforçam o papel do Pecém como hub: a Ferrovia Transnordestina, o Terminal de Granéis Líquidos e Tancagem e o Terminal de Gás do Nordeste.

O presidente do Complexo do Pecém, Max Quintino, ressaltou a velocidade de avanço dos projetos no complexo. “Quando cheguei aqui há um ano e meio, vi o quanto o desafio era grande. Hoje, podemos ver o quanto as coisas avançaram, o quanto a gente tirou do papel coisas que eram projeto e agora estão acontecendo”, afirmou. A Eneva classifica o Hub Ceará como um dos principais investimentos privados em andamento no Ceará, com potencial de impulsionar a atração de novos empreendimentos industriais e reforçar o papel do estado como polo logístico, industrial e energético do Nordeste.

Contexto regulatório

O Hub Ceará integra a carteira de projetos contratados no Leilão de Reserva de Capacidade na forma de Potência (LRCAP 2026), realizado em março de 2026, que contratou R\$ 515,7 bilhões em capacidade com geradoras termelétricas de todo o país. A Eneva saiu do certame com 5,2 GW contratados, o maior volume de uma única empresa, em um pacote que inclui renovações de usinas já em operação no Maranhão e Espírito Santo e três novos projetos, entre eles o Hub Ceará.

O leilão foi suspenso na segunda-feira (9) por liminar do juiz federal Luis Praxedes Vieira da Silva, da 1ª Vara Federal do Ceará, que determinou a paralisação dos resultados até que a Justiça Federal do Distrito Federal analise as contestações ao certame. A Aneel informou que aguardará posicionamento

da Advocacia-Geral da União (AGU) antes de definir as próximas ações. O governador Elmano de Freitas afirmou que confia na homologação dos resultados do leilão.

*Com informações do Governo do Ceará e Eneva

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 10/06/2026

VOLTALIA GARANTE CONEXÃO DE 322 MW PARA DATA CENTER EM PECÉM, NO CEARÁ

Voltalia garante conexão de 322 MW à rede elétrica no Pecém para atender projetos de data centers em larga escala

Por Ângela Fernanda Belfort - De Recife angela.belfort@movimentoeconomico.com.br



A Voltalia já atua na área de geração renovável, com eólicas, solares e faz o armazenamento em baterias. Foto: Voltalia/Divulgação

A empresa de origem francesa Voltalia garantiu 322 megawatts (MW) de capacidade de conexão à rede elétrica no Complexo Industrial e Portuário de Pecém, no Ceará, depois de assinar um Contrato de Uso da Rede de Transmissão (CUST) com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). A capacidade será destinada ao

atendimento de projetos de infraestrutura digital de grande porte, como data centers, setor que consome muita energia.

A empresa informou estar em negociações avançadas com diversos operadores de data centers, acrescentando que a assinatura “representa um marco importante na estratégia da Voltalia de se consolidar como parceira estratégica para projetos de infraestrutura digital com alto consumo energético, especialmente no setor de data centers, que vem registrando forte crescimento”. O acordo integra a estratégia da companhia de ampliar sua atuação em projetos ligados à economia digital no Brasil.

A assinatura garante que a empresa vai ter energia para o futuro data center. No ano passado, o Operador Nacional do Sistema (ONS) chegou a suspender as conexões para os futuros data centers interessados em se instalar no Nordeste por causa da falta de infraestrutura do setor elétrico.

O Complexo Industrial e Portuário de Pecém reúne terrenos disponíveis, infraestrutura industrial e logística e acesso à rede elétrica. Segundo a Voltalia, essas características tornam o local apto para receber projetos digitais de grande escala e elevado consumo energético.

“A assinatura deste acordo marca um passo importante na estratégia da Voltalia no Brasil, reforçando sua capacidade de aproveitar as oportunidades emergentes ligadas ao rápido crescimento da economia digital, particularmente no setor de data centers. Essa tendência está impulsionando uma demanda crescente por energia renovável confiável e competitiva. Com uma sólida base industrial e logística, o Pecém está bem posicionado para apoiar esse desenvolvimento”, afirma o CEO da Voltalia, Robert Klein.

A atuação da Voltalia

A Voltalia possui 3,6 GW de capacidade em operação e em construção, além de uma carteira de projetos em desenvolvimento que totaliza 12 GW. A companhia atua com geração de energia eólica, solar, hidrelétrica, biomassa e armazenamento em baterias, além de prestar serviços para projetos de energia renovável.

A companhia emprega mais de 1.900 funcionários em 15 países e atua em três continentes, além de estar listada na Euronext em Paris.

Segundo fontes do mercado, a Voltalia vendeu uma conexão de 645 MW para a Casa dos Ventos – que está instalando um data center também no Pecém. Depois disso, a companhia ficou com a futura conexão de 322 MW.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 10/06/2026



ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

PARCERIA ENTRE ANTAQ E BANCO DO BRASIL IMPULSIONA MODERNIZAÇÃO DE LICITAÇÕES DOS PORTOS BRASILEIROS

Iniciativa fortalecerá transformação digital dos certames públicos, com foco em eficiência, transparência e inovação



- Foto: PPI

Brasília, 09/06/2026 - Na manhã desta terça-feira (09), a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) esteve na Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos (SEPPI) da Casa Civil da Presidência da República, em Brasília, para assinar um Acordo de Cooperação (ACT) com o Banco do Brasil. Estiveram na ocasião o diretor-geral da Agência, Frederico Dias, o diretor Wilson Lima Filho e a diretora substituta Cristina

Castro - além do Secretário Especial de Licitações e Concessões da ANTAQ, Ygor di Paula.

A parceria fortalecerá a transformação digital aplicada aos processos de concessões e parcerias público-privadas, promovendo mais eficiência, transparência e inovação nos mecanismos relacionados à realização de certames públicos: “É uma iniciativa importante e inovadora, que comunica muito bem com a agenda de desburocratização da Agência. Primeiro pela credibilidade que o Banco do Brasil oferece, segundo pelo fato de que essa parceria significa olhar ainda mais para o setor de portos - área recordista na quantidade de leilões no país”, disse Frederico.

Participaram do encontro o Secretário Especial do Programa de Parcerias de Investimentos da Casa Civil da Presidência da República, Marcus Cavalcanti, a gerente-geral do Banco do Brasil, Michele Alencar e demais representantes do Banco do Brasil e do PPI.

PPI

O Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) foi criado com a finalidade de ampliar e fortalecer a interação entre o Estado e a iniciativa privada por meio da celebração de contratos de parceria e de outras medidas de desestatização. A Secretaria do PPI atua em apoio aos Ministérios e às Agências Reguladoras para a execução das atividades do Programa.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520 - FAX: (61) 2029-6517 - E-mail: asc@antag.gov.br

Data: 09/06/2026

GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

NORDESTE TEM MAIOR MOVIMENTAÇÃO AÉREA DA HISTÓRIA PARA OS QUATRO PRIMEIROS MESES DO ANO



Pela primeira vez, região supera a marca de 7 milhões de passageiros no 1º quadrimestre e mantém forte crescimento da aviação internacional

Os maiores destaques do período foram os aeroportos do Recife, Salvador e Fortaleza, respectivamente. - Imagem: MPor

Os aeroportos do Nordeste registraram a maior movimentação aérea da história para os quatro primeiros meses do ano. Entre janeiro e abril de 2026, 7,43 milhões de passageiros embarcaram em voos domésticos e internacionais com origem na região, crescimento de 11,2% em relação ao mesmo período de 2025. É a primeira vez que o Nordeste supera a marca de 7 milhões de passageiros em um primeiro quadrimestre desde o início da série histórica da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), iniciada em 2000. Os dados são do Relatório de Demanda e Oferta da Anac e foram compilados pelo Ministério de Portos e Aeroportos (MPor).

Somente em abril, os aeroportos nordestinos movimentaram 1,61 milhão de passageiros, alta de 5,6% em relação ao mesmo mês de 2025 e também o melhor resultado já registrado para o período. Os números reforçam o papel crescente da aviação para a integração regional, o turismo e os negócios no Nordeste. A região reúne alguns dos principais destinos turísticos do país, além de polos econômicos e logísticos que dependem da conectividade aérea para movimentar pessoas, atrair investimentos e impulsionar atividades produtivas.

Segundo o ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, os resultados refletem um conjunto de fatores que inclui expansão da conectividade aérea, modernização da infraestrutura e fortalecimento da atividade econômica na região. “A aviação tem um papel fundamental no desenvolvimento do Nordeste. Quando ampliamos a conexão, aproximamos pessoas, fortalecemos o turismo, estimulamos investimentos e criamos novas oportunidades para a população. Esses números mostram a importância de continuarmos investindo na infraestrutura aeroportuária e na expansão das malhas aéreas regional e internacional”, afirmou.

“Quando ampliamos a conexão, aproximamos pessoas, fortalecemos o turismo, estimulamos investimentos e criamos novas oportunidades para a população”

Tomé Franca.

Voos domésticos em expansão

O crescimento da movimentação foi impulsionado principalmente pelos voos domésticos. Entre janeiro e abril, mais de 7 milhões de passageiros viajaram em voos nacionais com origem nos aeroportos nordestinos, aumento de 10,2% em comparação ao primeiro quadrimestre de 2025. Também foi o melhor resultado da série histórica para esse recorte.

Somente em abril, os voos domésticos movimentaram 1,53 milhão de passageiros, alta de 5,3% na comparação com o mesmo mês do ano anterior.

Aviação internacional

A movimentação internacional apresentou expansão ainda mais intensa. No acumulado dos quatro primeiros meses de 2026, os aeroportos nordestinos registraram 390,4 mil passageiros em voos

internacionais, crescimento de 32,8% em relação ao mesmo período do ano passado e novo recorde histórico.

No mês de abril, foram movimentados 77,5 mil passageiros em voos internacionais, alta de 13,2% frente ao mesmo mês de 2025.

O resultado acompanha o avanço da conectividade internacional da região, que vem registrando aumento no número de rotas, voos e assentos ofertados. Entre 2023 e 2026, o número de rotas internacionais ligando o Nordeste ao exterior passou de 18 para 42, enquanto a quantidade anual de voos internacionais cresceu de 2.430 para 5.390 operações, resultado de ações do Ministério do Turismo e da Embratur, no sentido de promover internacionalmente o Brasil e atrair novos voos estrangeiros para o país.

O crescimento da movimentação internacional também se reflete na chegada de visitantes estrangeiros. Segundo dados da Embratur, com base em informações da Polícia Federal compiladas pelo MPor, entre janeiro e abril o Nordeste recebeu, por via aérea, 245,2 mil turistas que residem fora do Brasil, alta de 51,28% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Aeroportos mais movimentados

O Aeroporto Internacional do Recife (PE) liderou a movimentação da região no primeiro quadrimestre, com 1,65 milhão de passageiros. Em seguida aparecem Salvador (BA), com 1,35 milhão; Fortaleza (CE), com 935 mil; Maceió (AL), com 532 mil; e Porto Seguro (BA), com 485 mil passageiros.

Também se destacaram os aeroportos de Natal (RN), com 441.241; João Pessoa (PB), com 331.037; São Luís (MA), com 292.598; Aracaju (SE), com 233.899; e Teresina (PI), com 198.372, reforçando a capilaridade da malha aérea nordestina e a importância da aviação para a integração econômica e turística da região.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 10/06/2026

NOVA PORTARIA DO MPOR AMPLIA BENEFÍCIO FISCAL PARA PROJETOS EM AERÓDROMOS PÚBLICOS

Medida vai fortalecer programas como o Investe + Aeroportos e impulsionar novos investimentos no setor



Com a nova portaria, projetos de infraestrutura associados à operação dos aeroportos também poderão ser enquadrados no regime, ampliando as possibilidades de investimento e desenvolvimento dos sítios aeroportuários. Foto: Eduardo Oliveira/MPor

O ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, assinou, nesta terça-feira (9), em Brasília, a nova portaria que amplia o acesso ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi) para projetos de infraestrutura aeroportuária. A medida foi oficializada durante reunião do Comitê Temático da Frente Parlamentar Mista de Portos e Aeroportos, que debateu o Reporto+ e as oportunidades da reforma tributária para o setor.

A nova regulamentação amplia o alcance do benefício fiscal para projetos relacionados a sistemas aeroportuários e sistemas de proteção ao voo instalados em aeródromos públicos. A medida consolida o programa Investe + Aeroportos e deve estimular novos investimentos, ampliar a ocupação logística e comercial dos sítios aeroportuários e gerar mais segurança jurídica para investidores.

Durante a cerimônia, o ministro Tomé Franca destacou que a iniciativa fortalece o ambiente de negócios e amplia a capacidade do setor de atrair investimentos. “O Reidi vem para consolidar esse desejo de fazermos do setor de aeroportos algo atrativo para o capital nacional e para o capital estrangeiro, fazendo com que a infraestrutura cumpra seu papel de desenvolver o país, gerar oportunidades para o nosso povo, renda para os brasileiros e bons negócios para quem acredita e investe no Brasil.”

Ainda segundo o ministro, a medida corrige uma limitação da regulamentação anterior, que restringia o acesso ao benefício fiscal às concessionárias aeroportuárias. Com a nova portaria, projetos de infraestrutura associados à operação dos aeroportos também poderão ser enquadrados no regime, ampliando as possibilidades de investimento e desenvolvimento dos sítios aeroportuários.

Mais investimentos e segurança jurídica

A diretora de Assuntos Econômicos do MPor, Helena Venceslau, explicou que a atualização da norma amplia o alcance da política pública de incentivo à infraestrutura. “A portaria anterior limitava o acesso ao Reidi às concessionárias aeroportuárias. Com a atualização, ampliamos o alcance da política pública para projetos prioritários de infraestrutura, criando mais oportunidades para investimentos no setor.”

Entre as principais mudanças estão a ampliação do benefício para qualquer aeródromo público, incluindo aeroportos administrados pela Infraero, estados e municípios, além da criação de mecanismos que garantem maior segurança jurídica para investidores privados interessados em desenvolver empreendimentos em áreas aeroportuárias.

A nova regulamentação também fortalece a estratégia do Investe + Aeroportos, programa do Governo Federal criado para atrair investimentos privados e ampliar atividades logísticas, comerciais e de serviços nos aeroportos brasileiros. A expectativa é aumentar a geração de emprego e renda, fortalecer a infraestrutura aeroportuária e tornar os aeroportos mais atrativos para novos negócios.

Debate sobre Reporto e reforma tributária

Durante o encontro, representantes do Governo Federal, do Congresso Nacional e da iniciativa privada discutiram medidas para ampliar a competitividade dos setores portuário e aeroportuário, incluindo propostas de aperfeiçoamento do Reporto, regime que incentiva investimentos na modernização e ampliação da infraestrutura portuária e ferroviária brasileira.

O presidente do Instituto Brasileiro de Infraestrutura (IBI), Mário Povia, destacou a importância da articulação entre os diferentes atores do setor para transformar debates em resultados concretos. “O mais importante é transformar as discussões em ações concretas, seja por meio de portarias, aperfeiçoamentos regulatórios ou mudanças legislativas que fortaleçam a infraestrutura brasileira.”

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 09/06/2026

GT SOBRE CONCESSÕES DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES REALIZA 1ª REUNIÃO EM BRASÍLIA



Encontro reuniu representantes do governo, agências reguladoras e setor produtivo para debater aprimoramento dos modelos de concessão no setor

A iniciativa busca integrar os diferentes modelos adotados nos modais sob responsabilidade do Ministério de Portos e Aeroportos, promovendo o aprimoramento regulatório e a redução de riscos.
Foto: Eduardo Oliveira/MPor

A primeira reunião do Grupo de Trabalho sobre



Concessões de Infraestrutura de Transportes (GT Concessões) foi realizada nesta terça-feira (9), em Brasília. Instituído pelo Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), o colegiado reúne entidades do setor para elaborar estudos e propostas voltados ao aprimoramento dos modelos de concessão nos setores portuário, aeroportuário e hidroviário.

Durante a abertura do encontro, o ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, destacou a importância da troca de experiências entre os diferentes modais para o aperfeiçoamento dos modelos de concessão e o fortalecimento do ambiente de investimentos em infraestrutura. "Estamos reunindo as melhores experiências dos setores portuário, hidroviário e aeroportuário para aperfeiçoar os modelos de concessão, fortalecer a segurança jurídica e ampliar a previsibilidade dos projetos. Esse trabalho permitirá aprimorar as políticas públicas, o ambiente de investimentos e contribuir para que a infraestrutura continue impulsionando o desenvolvimento econômico, a geração de empregos e novas oportunidades para os brasileiros."

Os participantes avaliaram a coleta de subsídios técnicos realizada junto às áreas do Ministério de Portos e Aeroportos, à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e à Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Também foram discutidas experiências nacionais e internacionais relacionadas a contratos de concessão, parcerias público-privadas (PPPs) e mecanismos de prorrogação contratual.

A secretária executiva do MPor, Thairyne Oliveira, ressaltou que o Grupo de Trabalho foi criado para ampliar o diálogo com os setores envolvidos e estruturar uma agenda de trabalho capaz de transformar os principais desafios identificados em propostas concretas de aprimoramento regulatório. "Nosso objetivo é ouvir os desafios e as oportunidades identificados pelos diferentes setores para construir, de forma colaborativa, soluções que contribuam para o aperfeiçoamento dos contratos de concessão. Queremos transformar esse diálogo em uma agenda de trabalho com prioridades definidas, planejamento e cronograma, avançando em propostas concretas que fortaleçam o ambiente regulatório e os investimentos em infraestrutura", afirmou.

O grupo deverá analisar os regimes jurídicos atualmente aplicados aos diferentes modais, avaliar impactos econômicos, regulatórios e fiscais de possíveis aperfeiçoamentos normativos e propor diretrizes para futuras concessões e prorrogações contratuais. Entre os temas em discussão estão critérios relacionados à realização de novos investimentos, eficiência operacional, qualidade dos serviços e interesse público.

GT Concessões

Instituído por portaria em abril deste ano, o Grupo de Trabalho sobre Concessões de Infraestrutura de Transportes tem prazo de 90 dias para apresentar relatório com propostas de aprimoramento normativo e recomendações para os modelos de concessão dos setores portuário, aeroportuário e hidroviário.

A iniciativa busca integrar os diferentes modelos adotados nos modais sob responsabilidade do Ministério de Portos e Aeroportos, promovendo o aprimoramento regulatório e a redução de riscos. A expectativa é fortalecer a segurança jurídica, ampliar a atratividade dos projetos e apoiar a continuidade dos investimentos em infraestrutura logística no país.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 09/06/2026

EMPRESAS AÉREAS FORMALIZAM PEDIDOS PARA ACESSAR LINHAS DE CRÉDITOS COM RECURSOS DO FNAC

Como contrapartida obrigatória, as companhias deverão ampliar sua presença na Amazônia Legal e no Nordeste e aumentar o uso de combustível sustentável além das metas legais

As companhias aéreas Azul Linhas Aéreas, Latam Airlines Brasil, Gol Linhas Aéreas e Abaeté Linhas Aéreas já formalizaram, junto ao Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), os pedidos de acesso às linhas de crédito com recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil (Fnac). A etapa administrativa

necessária para a operacionalização dos financiamentos na pasta foi concluída nesta terça-feira (9), com a aprovação das resoluções do Comitê Gestor do Fundo, com os valores e a regulamentação das contrapartidas necessárias.



Como contrapartida, as companhias deverão ampliar sua presença na Amazônia Legal e no Nordeste - Foto: Vosmar Rosa/MPor

Segundo o ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, a conclusão dessa etapa representa um avanço importante para que os recursos cheguem rapidamente às empresas habilitadas. “A formalização dos procedimentos necessários para a operação das linhas de crédito demonstra o compromisso com a manutenção das operações. Trabalhamos de forma coordenada para construir uma solução responsável, segura e capaz de

oferecer suporte às empresas em um momento de pressão sobre os custos do setor”, afirmou o ministro.

Como contrapartida, as companhias deverão ampliar sua presença na Amazônia Legal e no Nordeste. Para isso, terão de aumentar em 15% a proporção de frequências operadas nessas regiões em relação ao ano anterior ou garantir que, no mínimo, 17,5% de suas decolagens anuais ocorram nesses mercados. A meta deverá ser alcançada em até 24 meses e mantida por pelo menos um ano.

As empresas também precisarão aderir ao Pacto pela Sustentabilidade do Ministério de Portos e Aeroportos, adotar práticas de governança ambiental, social e corporativa (ESG), ampliar o uso de combustível sustentável de aviação (SAF) para promover redução adicional das emissões de CO₂ além das metas legais vigentes e, durante o período de carência de determinadas operações, não poderão ampliar a distribuição de lucros aos acionistas.

A linha de crédito será operada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) e contará com R\$ 5,5 bilhões para 2026. Empresas com participação superior a 5% no mercado doméstico poderão contratar até R\$ 1,8 bilhão cada. As demais terão limite de até R\$ 166 milhões.

As taxas de juros variam de acordo com a finalidade do financiamento: de 4% para capital de giro, 6,5% ao ano para as linhas voltadas ao SAF e à infraestrutura logística; 7% ao ano para manutenção de aeronaves e motores; e 7,5% ao ano para aquisição de aeronaves.

Os recursos poderão ser utilizados em sete modalidades de financiamento:

- Aquisição de combustível sustentável de aviação (Sustainable Aviation Fuel – SAF) produzido no Brasil;
- Serviços de manutenção de aeronaves;
- Serviços de manutenção de motores;
- Pagamentos antecipados para aquisição de aeronaves;
- Aquisição de aeronaves;
- Investimentos em infraestrutura logística e equipamentos de apoio à aviação civil; e
- Capital de Giro.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 09/06/2026

NOVA CONCESSÃO DA MALHA OESTE, QUE DEVE RECEBER CERCA DE R\$ 29 BILHÕES EM INVESTIMENTOS, AVANÇA

Plano de outorga da ferrovia foi publicado no Diário Oficial da União desta terça (9); previsão é de que edital saia em agosto

O Ministério dos Transportes publicou, nesta terça-feira (9) no Diário Oficial da União (DOU), a aprovação do Plano de Outorgas da Malha Oeste, etapa que permite o avanço da nova concessão de uma das ferrovias mais estratégicas para a logística nacional.

Com a aprovação, o processo segue para a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e depois para o Tribunal de Contas da União (TCU). Após a análise dos órgãos competentes, a expectativa é de que o edital seja publicado em agosto deste ano.

O projeto prevê investimentos totais de até R\$ 29 bilhões ao longo de 57 anos de concessão. A modelagem foi estruturada em três opções de configuração e considera, inicialmente, a concessão integral da ferrovia, garantindo a continuidade operacional de toda a malha.

O novo modelo inclui diretrizes para a recuperação gradual da ferrovia, além de mecanismos para o acompanhamento do desempenho operacional e a adoção de medidas voltadas à sustentabilidade e à resiliência climática. A expectativa é garantir uma operação mais eficiente e maior segurança para os investimentos ao longo da concessão.

Corredor estratégico

Com cerca de 1.625 quilômetros de extensão, a Malha Oeste conecta os municípios de Mairinque (SP) e Corumbá (MS), e forma um importante corredor logístico para o transporte de cargas no Centro-Oeste. A ferrovia também possui potencial para ampliar a integração com países vizinhos, como Bolívia e Paraguai, além de fortalecer a conexão com o Porto de Santos e futuras ligações ferroviárias com os portos do Rio de Janeiro e do Espírito Santo.

Considerada uma ferrovia estratégica para o desenvolvimento do país, a Malha Oeste desempenha papel relevante no escoamento da produção e na integração regional. A modernização da malha irá aumentar a eficiência do transporte de cargas, reduzir custos logísticos e ampliar a competitividade da economia brasileira, além de contribuir para uma matriz de transporte mais sustentável.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 10/06/2026



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – TRILHOS PARA O SÉCULO XXI

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

O Brasil exportou, no ano passado, cerca de 240 milhões de toneladas de alimentos. Há três décadas, esse volume era de 5 milhões. Esse crescimento de quarenta e oito vezes não foi acompanhado por uma expansão equivalente da infraestrutura que o sustenta. O País escoou essa produção crescente majoritariamente por rodovias, num modelo logístico caro, congestionado e incompatível com a escala que as próximas décadas exigirão. A ferrovia, modal por excelência para cargas de alto volume, longa distância e baixo custo unitário, encolheu de 35 mil para cerca de 10 mil quilômetros operacionais. Recuperar esse terreno perdido é uma necessidade competitiva, não uma nostalgia de planejadores.

O ministro dos Transportes, George Santoro, tem razão ao afirmar que não existe ferrovia no mundo desenvolvida sem participação do Estado. Os exemplos são abundantes: a infraestrutura ferroviária europeia é amplamente financiada com recursos públicos; nos Estados Unidos, a expansão das ferrovias no século XIX contou com concessões de terra federal em escala monumental; na China, o

Estado é o construtor direto. O argumento não é ideológico, mas empírico. Ferrovias têm altos custos fixos de implantação, longos períodos de maturação e externalidades que o mercado privado, sozinho, não consegue capturar nem precificar. Algum grau de participação pública na redução do risco inicial é, portanto, condição necessária para atrair o capital privado que operará o ativo.

A questão relevante, porém, não é se o Estado deve participar. É como participar sem que essa participação se converta em fonte permanente de subsídio, desincentivo à eficiência operacional ou, pior, em obra inconclusa à espera de mais recursos públicos que nunca chegam. O Brasil tem experiência farta dos dois extremos: do abandono total, que produziu os 25 mil quilômetros de ferrovia ociosa hoje identificados pelo próprio Governo, e do investimento público sem contrapartida de desempenho, que gerou projetos como a Transnordestina, iniciada há mais de duas décadas e ainda em construção. O modelo das “ferrovias inteligentes” apresentado pelo ministro, com o governo financiando a recuperação da infraestrutura e o operador privado assumindo a exploração, aponta na direção correta, desde que os contratos estabeleçam metas de desempenho mensuráveis e mecanismos de compartilhamento de receita que tornem a participação pública transitória, não estrutural.

Os oito leilões previstos para 2026, abrangendo trechos no Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo, Bahia, Mato Grosso, Ceará e Pernambuco, com R\$ 160 bilhões em investimentos estimados, representam a maior janela de expansão ferroviária que o País terá nesta década. O BE News entende que o Governo Federal precisa garantir que esses processos sejam estruturados com rigor técnico e jurídico suficiente para resistir a contestações no Tribunal de Contas da União (TCU) e no Judiciário — o tipo de instabilidade que, como ficou evidente no caso do megaterminal portuário Tecon Santos 10, pode paralisar um leilão estratégico por mais de um ano. Contrato bem desenhado, com regras claras de reequilíbrio econômico-financeiro e definição precisa de riscos alocados ao poder concedente e ao concessionário é o que transforma intenção de política pública em obra concluída.

A Transnordestina merece menção separada. O recorde recente de assentamento de trilhos — 1,7 mil metros em um único dia — é um dado animador, mas não apaga o histórico de atrasos de um projeto que deveria ter sido concluído há anos. A ferrovia que conectará o Porto do Pecém (CE) ao cerrado do Piauí e ao Porto de Suape (PE) tem potencial real de transformar a logística do Nordeste exportador. Mas esse potencial só se realizará se o ritmo de obras atual for sustentado e, também, se os gargalos de financiamento e gestão que emperraram o projeto por anos forem tratados com transparência, não encobertos por recordes pontuais.

A meta do Governo de elevar a participação ferroviária na matriz logística de 17,7% para 34,6% até 2035 é ambiciosa e necessária. Alcançá-la exige que o poder público federal trate os próximos leilões não como evento, mas como política de Estado com continuidade garantida além de cada ciclo eleitoral. Ferrovias se constroem em décadas; governos duram quatro anos. A blindagem institucional dos contratos, a consistência regulatória e a capacidade técnica das agências que os supervisionam, temas que esta semana estiveram em debate no Nordeste Export, promovido pelo Grupo Brasil Export em Maceió (AL), são, portanto, tão essenciais quanto os recursos que o Tesouro está disposto a alocar. Sem elas, os trilhos do século XXI correm o risco de virar, mais uma vez, projeto de campanha.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 10/06/2026

INSIGHT - DIREITO - A PRÓXIMA CRISE DA SUA EMPRESA PODE COMEÇAR COM UM POST



ROBERTA LOPES DA CRUZ ANTONIO

Professora de Direito Digital e Civil na Universidade Católica de Santos (SP), advogada e consultora especializada em Direito Digital e Proteção de Dados, mestre em Direito da Segurança Nacional pela Georgetown University (EUA).
opinioao@portalbenews.com.br

Durante muito tempo, os riscos empresariais eram associados a eventos relativamente previsíveis: falhas operacionais, acidentes, descumprimento contratual ou crises financeiras. Hoje, porém, uma



única publicação em rede social tem potencial para gerar prejuízos reputacionais capazes de superar, em poucas horas, danos que demandariam eventos extraordinários para serem produzidos por meios tradicionais.

No ambiente digital, cada colaborador carrega consigo uma espécie de canal permanente de comunicação pública. Um comentário impulsivo, uma fotografia tirada dentro das instalações da empresa, a divulgação de uma rotina operacional, a exposição de informações estratégicas ou mesmo uma manifestação inadequada associada à imagem da organização podem desencadear consequências jurídicas, comerciais e reputacionais significativas.

Apesar disso, ainda é comum encontrar empresas que teoricamente investem em tecnologia, segurança da informação e proteção de dados, mas não possuem um código de conduta atualizado, uma política de privacidade consistente ou diretrizes claras sobre o comportamento esperado de seus colaboradores no ambiente digital. Ocorre que, atualmente, essa questão ultrapassa a esfera das boas práticas corporativas, devendo ser considerada como mecanismo de gestão de responsabilidade jurídica.

Poucos gestores percebem que, em diversas situações, os danos causados por empregados durante o exercício de suas atividades podem gerar responsabilidade para a própria empresa. O Código Civil brasileiro estabelece, em seus artigos 932 e 933, que o empregador responde pelos atos de seus empregados e prepostos praticados no exercício do trabalho que lhes competir ou em razão dele. Trata-se de hipótese de responsabilidade objetiva, o que significa, em termos simples, que a empresa poderá ser responsabilizada independentemente da comprovação de culpa direta de seus dirigentes ou administradores.

Imagine, por exemplo, um colaborador que divulga indevidamente informações de clientes, publica conteúdo ofensivo em nome da organização, expõe dados estratégicos de operações ou gera uma crise de imagem associada à marca empresarial. Dependendo das circunstâncias, terceiros prejudicados poderão buscar reparação diretamente da empresa, ainda que a conduta tenha sido praticada por um único funcionário.

É verdade que o empregador poderá, posteriormente, buscar o ressarcimento dos prejuízos suportados por meio de ação regressiva contra o empregado responsável. Entretanto, essa relação jurídica segue lógica diferente. Nesse caso, a responsabilidade do trabalhador é subjetiva, exigindo a demonstração de culpa ou dolo.

E é justamente nesse ponto que entram os programas de governança digital. Como demonstrar que um colaborador agiu em desacordo com as orientações recebidas? Como comprovar que ele tinha conhecimento dos limites impostos pela empresa? Como evidenciar que a conduta adotada contrariou procedimentos previamente estabelecidos?

A resposta passa pela existência de documentos, treinamentos e mecanismos formais de conscientização. Códigos de conduta, políticas de privacidade, manuais de uso de redes sociais, termos de confidencialidade e programas periódicos de treinamento não servem apenas para cumprir formalidades burocráticas. Eles constituem instrumentos concretos de prevenção de riscos e produção de prova.

Quando uma organização estabelece regras claras sobre o uso de redes sociais e aplicativos de mensagens, sobre a divulgação de informações corporativas, sobre a proteção de dados e sobre comportamentos incompatíveis com seus valores institucionais, ela cria parâmetros objetivos de conduta. Se um colaborador deliberadamente se afasta dessas diretrizes, torna-se muito mais viável demonstrar a existência de culpa individual.

Não por acaso, em diversos países, notadamente nos Estados Unidos, tornou-se comum observar profissionais dos setores público e privado inserindo em seus perfis pessoais ou apresentações a ressalva de que as opiniões ali manifestadas são estritamente pessoais e não representam necessariamente o posicionamento da instituição à qual estão vinculados. Embora esse tipo de aviso

não elimine todos os riscos jurídicos, ele reflete uma cultura mais madura de separação entre manifestações individuais e posicionamentos institucionais.

No Brasil, essa preocupação ainda é frequentemente subestimada. Muitos empresários enxergam políticas internas e treinamentos como custos adicionais, sem perceber que sua ausência pode resultar em prejuízos muito superiores. Afinal, danos reputacionais raramente aparecem de forma imediata em planilhas financeiras. Eles se manifestam na perda de confiança de clientes, no desgaste da marca, no enfraquecimento de relações comerciais e na dificuldade de reconstruir credibilidade após uma crise.

Em um mercado cada vez mais conectado, a reputação, como todo ativo valioso, exige proteção. Investir em políticas de privacidade, códigos de conduta e programas de conscientização digital não significa partir da premissa de que colaboradores agirão de forma inadequada. Significa reconhecer que riscos existem e que a prevenção continua sendo a estratégia mais eficiente, menos onerosa e juridicamente mais segura para enfrentá-los. A pergunta que gestores e empresários precisam fazer não é quanto custa implementar boas práticas de governança digital, mas quanto custará não tê-las quando a próxima crise surgir.

Roberta Lopes da Cruz Antonio escreve quinzenalmente para o BE News. Seus textos são publicados às quartas-feiras.

QUANDO UMA ORGANIZAÇÃO ESTABELECE REGRAS CLARAS SOBRE O USO DE REDES SOCIAIS E APLICATIVOS DE MENSAGENS, SOBRE A DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES CORPORATIVAS, SOBRE A PROTEÇÃO DE DADOS E SOBRE COMPORTAMENTOS INCOMPATÍVEIS COM SEUS VALORES INSTITUCIONAIS, ELA CRIA PARÂMETROS OBJETIVOS DE CONDUTA. SE UM COLABORADOR DELIBERADAMENTE SE AFASTA DESSAS DIRETRIZES, TORNA-SE MUITO MAIS VIÁVEL DEMONSTRAR A EXISTÊNCIA DE CULPA INDIVIDUAL

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 10/06/2026

POLÍTICA - TSE SUSPENDE JULGAMENTO SOBRE PESQUISA ELEITORAL

Ministra pede vista e adia decisão sobre liminar que proibiu divulgação de levantamento negativo para Flávio Bolsonaro

Do Estadão Conteúdo



Antes do início do julgamento, ao menos dois dos sete ministros do TSE criticaram a decisão de suspender a divulgação da pesquisa eleitoral

Após pedido de vista da ministra Estela Aranha, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) suspendeu o julgamento da liminar do ministro Kassio Nunes Marques que proibiu novas divulgações de pesquisa AtlasIntel que apontou queda de seis pontos percentuais na intenção de voto no senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) para a presidência da República.

Antes da suspensão, apenas Nunes Marques votou. Ele defendeu a manutenção da decisão e também propôs que a Corte defina critérios mais rígidos para as pesquisas eleitorais.

O ministro Dias Toffoli também defendeu a criação de parâmetros em relação ao futuro. “Não estamos a julgar esta pesquisa, esta já foi divulgada e já surtiu efeito. O que estamos a definir aqui é quais são os parâmetros em relação a toda e qualquer pesquisa e todo e qualquer candidato”, afirmou.

“O que nós vamos decidir neste caso, é o futuro: pesquisa pode tudo ou não pode tudo, e qual é o limite entre o que é induzimento e o que não é induzimento. Esse limite não pode ser subjetivo”, acrescentou. O ministro André Mendonça emendou: “Nem tendencioso”.



Antes do início do julgamento, ao menos dois dos sete ministros do TSE criticaram a decisão de Nunes Marques. Um terceiro ministro declarou, também em caráter reservado, que não vê problema na liminar.

Em conversa com o Estadão, um integrante do TSE lembrou que, segundo uma regra aprovada pelo próprio tribunal, seria necessário haver um laudo técnico para comprovar a manipulação alegada pelo candidato.

Prova técnica

Uma resolução aprovada em 2024 fixa que, se for alegada deficiência técnica ou indício de manipulação da pesquisa, “a petição inicial deverá ser instruída com elementos que demonstrem o fato ou conter requerimento de prazo para produção de prova técnica, às custas da parte autora, sob pena de não conhecimento”.

Para o ministro, a liminar “não faz o menor sentido” e é “muito preocupante”. Ele acrescentou que o instituto de pesquisa questionado é “sério no mercado” e “cumpre todos os requisitos da legislação eleitoral”.

Nunes Marques é considerado pela direita uma voz relevante no topo do Judiciário. Foi indicado para uma vaga no Supremo Tribunal Federal (STF) pelo então presidente Jair Bolsonaro em 2020, com o apoio de Flávio - que, por sua vez, foi cumprimentar o ministro na festa em comemoração à posse dele no TSE, em maio.

O principal aliado de Nunes Marques na corte eleitoral é André Mendonça, que também ocupa uma vaga no STF por indicação de Jair Bolsonaro. Mas o tribunal é composto de outros cinco ministros: Dias Toffoli, Antonio Carlos Ferreira, Villas Bôas Cueva, Floriano Marques Neto e Estela Aranha.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 10/06/2026

NACIONAL - HUB – CURTAS - MINISTÉRIO QUER AUMENTAR SEGURANÇA JURÍDICA EM PORTOS, HIDROVIAS E AEROPORTOS

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

Iniciativa discutida com empresários em Brasília reúne experiências dos três setores para aprimorar modelos de concessão e estimular novos investimentos

NOVOS MODELOS DE CONCESSÃO

O Ministério de Portos e Aeroportos criou um grupo de trabalho para melhorar os modelos de concessão atualmente adotados nos setores portuário, hidroviário e aeroportuário, alterando normas e adotando práticas para reduzir riscos. E quer ter uma estratégia definida até o próximo mês. A iniciativa foi debatida na manhã de ontem pelo ministro Tomé Franca e sua equipe com empresários do setor em Brasília. “Estamos reunindo as melhores experiências dos setores portuário, hidroviário e aeroportuário para aperfeiçoar os modelos de concessão, fortalecer a segurança jurídica e ampliar a previsibilidade dos projetos. Esse trabalho permitirá aprimorar as políticas públicas, o ambiente de investimentos e contribuir para que a infraestrutura continue impulsionando o desenvolvimento econômico, a geração de empregos e novas oportunidades para os brasileiros”, destacou Franca.

A PARCERIA ENTRE A ANTAQ E O BB

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e o Banco do Brasil assinaram nessa terça-feira, dia 9, um acordo de cooperação técnica para digitalizar os processos de concessões e parcerias público-privadas do setor portuário. A cerimônia ocorreu na Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), da Casa Civil, em Brasília. O objetivo é modernizar os mecanismos de realização de licitações, com foco em eficiência e rastreabilidade dos certames. O setor portuário é o que mais concentra leilões de infraestrutura no país, segundo a Antaq.

DESBUROCRATIZAR JÁ

Segundo o diretor-geral da Antaq, Frederico Dias, a iniciativa “comunica muito bem com a agenda de desburocratização da Agência. Primeiro pela credibilidade que o Banco do Brasil oferece, segundo pelo fato de que essa parceria significa olhar ainda mais para o setor de portos”.

NEW PANAMAX NO RIO

O Porto do Rio de Janeiro passou a operar com navios da classe New Panamax depois de concluídas obras de dragagem que aprofundaram o canal de acesso de 15 metros para 16,2 metros, o que permite calado operacional de 15,3 metros, requisito mínimo para embarcações dessa classe. O investimento total foi de R\$ 163 milhões, sendo R\$ 98 milhões do Governo Federal via Novo PAC e R\$ 65 milhões da autoridade portuária PortosRio.

ESTREIA

O primeiro navio a utilizar o novo calado foi o porta-contêineres MSC Katrina, de bandeira panamenha, com 366 metros de comprimento, 48,4 metros de boca e capacidade para 14.131 TEUs. A embarcação chegou do Porto de Suape (PE) e seguiu para Santos (SP).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 10/06/2026

POLÍTICA - SITE REVELA COMO VORCARO ENVIOU R\$ 61 MILHÕES PARA ‘DARK HORSE’

Segundo reportagem do Intercept Brasil, cronograma previa 14 repasses para os EUA entre janeiro de 2025 e janeiro de 2026

Por Agência Brasil

Novos documentos revelados pelo site The Intercept Brasil, incluindo uma planilha de pagamentos e um comprovante de transferência internacional, detalham, segundo a publicação, parte do caminho percorrido por recursos destinados ao financiamento do filme Dark Horse, filme sobre a história do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Além disso, indicam que ao menos US\$ 10,6 milhões, cerca de R\$ 61 milhões na cotação da época, foram destinados ao projeto até maio de 2025.

As informações ampliam as revelações anteriores sobre o caso. Em maio, o site divulgou um áudio em que o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) e o ex-banqueiro Daniel Vorcaro discutem um aporte de US\$ 24 milhões para a produção do filme. O valor equivale a aproximadamente R\$ 134 milhões na cotação do período.



As informações ampliam as revelações anteriores sobre o caso, em que Flávio Bolsonaro cobrou dinheiro do ex-banqueiro Daniel Vorcaro

Segundo reportagem publicada nesta terça-feira, 9, documentos permitem re construir parte do caminho percorrido pelos recursos enviados aos Estados Unidos para financiar o filme. Entre eles está uma planilha que registra uma operação de quase US\$ 24 milhões e detalha os aportes previstos e os valores efetivamente pagos.

De acordo com o site, o cronograma previa 14 desembolsos entre janeiro de 2025 e janeiro de 2026. Os registros indicam que, até maio daquele ano, haviam sido repassados US\$ 10,6 milhões.



O Intercept afirma, porém, que a própria documentação sugere que o valor final pode ter sido superior. Essa planilha foi encaminhada em agosto de 2025 pelo empresário Thiago Miranda a Vorcaro com a observação de que havia duas parcelas em atraso e uma terceira prestes a vencer.

Em resposta, o ex-banqueiro escreveu: “Segunda fazemos duas”. A troca de mensagens indica que novos desembolsos ainda estavam sendo discutidos naquele momento.

Comprovante

A reportagem também divulgou um comprovante de transferência internacional emitido pelo sistema SWIFT, utilizado por instituições financeiras para operações entre diferentes países. O documento registra uma remessa de US\$ 2 milhões realizada em 13 de fevereiro de 2025 para o Havengate Development Fund LP, fundo sediado no Texas cujo agente legal é o escritório Law Offices of Paulo Calixto PLLC, de Paulo Calixto, advogado do ex-deputado federal Eduardo Bolsonaro.

Segundo o comprovante, a transferência teve como remetente a Entre Investimentos, empresa que aparece como responsável pelo envio dos recursos aos Estados Unidos. O dinheiro foi destinado a uma conta do Havengate.

Embora a Entre Investimentos e Vorcaro neguem qualquer vínculo societário, documentos e investigações apontam para uma possível conexão operacional entre o grupo e o ex-banqueiro.

Pelos documentos divulgados pelo The Intercept, a operação teria seguido o seguinte caminho: os recursos saíram da Entre Investimentos, foram enviados ao Havengate, e tinham como destino final a Go Up Entertainment, empresa da produtora Karina Ferreira da Gama. A produtora é a responsável pela produção do Dark Horse.

A Polícia Federal investiga se parte dos recursos destinados ao filme foi desviada para custear a permanência de Eduardo Bolsonaro nos Estados Unidos, já que o STF havia bloqueado contas e dificultado o recebimento de recursos nos EUA.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 10/06/2026

POLÍTICA - UCZAI PEDE À PF INQUÉRITO SOBRE PRODUTORA

O líder do PT na Câmara dos Deputados, Pedro Uczai (SC), apresentou à Polícia Federal um pedido de instauração de inquérito policial contra Karina Ferreira da Gama, sócia-administradora da empresa Go Up Entertainment, envolvida na produção do filme “Dark Horse”, cinebiografia do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

O petista pede a investigação sobre “possível esquema interestadual de desvio de recursos públicos e parafiscais de interesse federal, superfaturamento, falsidade documental, utilização de empresas de fachada, lavagem de dinheiro e associação criminosa envolvendo o Instituto Conhecer Brasil (ICB)”, pessoa jurídica presidida por Gama.

O líder do PT menciona reportagem do site The Intercept Brasil da segunda-feira, 8, que diz que o ICB teria atuado como entidade de fachada para drenar recursos do Sistema S, segundo auditorias da Controladoria-Geral da União (CGU).

O portal diz que, entre 2017 e 2018, o Conselho Nacional do Serviço Social da Indústria (CN-Sesi) repassou cerca de R\$ 11 milhões para a organização, para realizar a Feira da Cidadania em sete estados brasileiros, além da Fórmula Truck Kids, no Distrito Federal, e que ao menos R\$ 2,4 milhões foram superfaturados.

A organização não governamental (ONG) da produtora está sendo cobrada pela Justiça para devolver R\$ 1,3 milhão de um patrocínio executado irregularmente em 2017.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 10/06/2026

POLÍTICA - GOVERNO MANTÉM URGÊNCIA EM PL DO FIM DA ESCALA 6X1 NA CÂMARA

Apesar da aprovação de PEC sobre o tema, que hoje está no Senado, base governista quer se garantir com prioridade em projeto de lei

Do Estadão Conteúdo



O líder do governo na Câmara dos Deputados, Paulo Pimenta (PT-RS), lembrou que o Senado está travando a PEC do fim da 6x1

O líder do governo na Câmara dos Deputados, Paulo Pimenta (PT-RS), disse que o governo vai manter a urgência constitucional sobre o projeto de lei que estabelece o fim da escala 6x1. As declarações ocorreram na tarde desta terça-feira, 9, ao sair da reunião do colégio de líderes da Câmara.

A manutenção da urgência se dá sobre um projeto de lei enviado pelo governo em abril. A Câmara já aprovou uma PEC, mas o texto ainda não foi aprovado pelo Senado.

“Por que eu retiraria?”, indagou, ao ser questionado sobre por que o governo não vai retirar a urgência. “Vamos manter o projeto para que seja tratado com prioridade. Vamos aguardar.”

Pimenta acrescentou: “Está trancando a pauta, mas vai haver um diálogo, vai ser analisado como é que o Senado vai evoluir na discussão”. Questionado se a manutenção da urgência tem ligação com a postura do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), sobre a PEC, Pimenta negou.

Porém, o líder do PSB, Jonas Donizette (SP), disse crer que o governo quer pressionar o Senado com o trancamento da pauta na Câmara por meio de um “fato político”.

“Acho que o governo está mantendo (a urgência) porque quer fazer esse confronto da 6x1”, declarou. “Acho que se o Senado acelerar a votação (da PEC), ele tira a urgência”, continuou.

Donizette disse ainda: “Acho que ele (o governo) deve ter feito uma equação política e achado que é mais vantagem manter a pressão neste momento para votar a 6x1”.

Prazo

O líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP), afirmou nesta terça-feira esperar que o Senado debata o período de transição para a vigência total da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para acabar com a jornada de trabalho 6X1.

Randolfe defende que o prazo é longo e a jornada máxima de 40 horas deveria valer assim que o texto for promulgado. “No Senado, há um ambiente que considera o prazo de transição longo demais ... Por que tem que viger só daqui a 60 dias? Esse é um debate que está desde 1988”, declarou Randolfe a jornalistas.

O senador disse acreditar que o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), tem “simpatia” pelo texto e ter a disposição de conversar com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sobre o tema, mesmo após as rusgas pela rejeição da indicação de Jorge Messias ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Para Randolfe, há um “clima favorável” no Senado pela aprovação da redução de jornada e que o texto deve tramitar com celeridade “Acho que irá tramitar somente uma comissão e nós iremos votar logo. Vamos votar logo”, falou.



A declaração vem em um momento em que se calcula se a PEC passará apenas pela Comissão de Constituição e Justiça ou também terá de ser analisada por uma comissão especial - mesmo o regimento do Senado não tendo essa previsão.

O líder do governo afirmou ainda desconhecer conversas para uma desoneração da folha de pagamento para compensar eventuais perdas do setor produtivo.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 10/06/2026

POLÍTICA - CCJ ADIA ANÁLISE DA MAIORIDADE PENAL

Proposta visa reduzir maioria de 18 para 16 anos. Tema volta à pauta nesta terça

Da Agência Brasil

A votação da proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/15 que reduz a maioria penal foi adiada novamente nesta terça-feira (9) na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), da Câmara dos Deputados. O adiamento ocorreu em razão do início da Ordem do Dia no plenário da Casa. O presidente do colegiado, Leir Lomanto Júnior (União-BR), agendou o reinício da discussão para a manhã desta quarta-feira (10). A votação do texto foi adiada, pela primeira vez, por causa de um pedido de vista.

O relator da proposta, deputado Coronel Assis (PL-MT), elaborou parecer favorável à mudança da maioria penal, de 18 anos para 16 anos. No entanto, o parlamentar retirou a emenda que previa que jovens com 16 anos poderiam se casar, celebrar contratos, tirar carteira de habilitação e votar obrigatoriamente.

O tema não é consenso entre os deputados integrantes da CCJ, comissão responsável por analisar a admissibilidade da proposta.

A deputada Érica Kokay (PT-DF), uma das lideranças críticas à proposta, argumenta que a iniciativa fere a Constituição. Segundo ela, a definição da maioria é uma cláusula pétrea (dispositivos que não podem ser mudados ou abolidos por PEC) e que qualquer alteração só poderia ocorrer por meio de uma nova Constituinte.

“Estamos discutindo uma matéria que fere direitos e garantias individuais garantidos pela nossa Constituição”, alertou, acrescentando que os crimes graves praticados por jovens representam menos de 4% dos crimes violentos no país.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 10/06/2026

POLÍTICA - DURIGAN PEDE APOIO DE LÍDERES DO CONGRESSO SOBRE PAUTAS FISCAIS

Ministro da Fazenda está preocupado com projetos apresentados na Câmara e no Senado que podem resultar em impacto fiscal considerável

Do Estadão Conteúdo

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, relatou na noite desta terça-feira, 9, que conversou com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), sobre uma lista de projetos cujo impacto fiscal é considerável. A reunião ocorreu no início da tarde desta terça-feira. Durigan disse ter mostrado indicadores da economia brasileira diante da situação vivida no mundo.

“Nós temos direcionado os esforços do governo para proteger a população das mais diversas maneiras possíveis e é preciso contar com a colaboração dele e do presidente Hugo Motta presidente



da Câmara com relação à responsabilidade fiscal das pautas que estão aparecendo no Congresso”, disse o ministro a jornalistas ao deixar a sede da pasta.

“Apontei a preocupação, inclusive, com vários projetos e PECs que foram apresentados por senadores e na Câmara dos Deputados da base do governo, inclusive, e que muitas vezes acabam confundindo um momento político eleitoral em que se quer dar respostas a setores, mas a gente não pode perder de vista a responsabilidade fiscal com o País, com a economia como um todo”, continuou.

Entre os projetos apontados estão o da renegociação das dívidas rurais, os que buscam instituir pisos salariais nacionais para diversas profissões e a proposta que amplia a imunidade tributária de entidades religiosas. “A gente não pode confundir um momento em que se quer, de maneira muitas vezes legítima, dar respostas para os setores, para as respectivas bases, mas a gente não pode botar a economia do País em risco por conta dessas pautas”.

Essas são as chamadas pautas-bomba, que diante do cenário internacional atual, o ministro acredita que tornariam o país ingovernável nos próximos anos. “No momento em que a gente vive com guerra no Irã, com nova onda de tarifaço e medidas unilaterais dos Estados Unidos, é muito importante que a gente não vote pautas com grande impacto fiscal no Congresso”, afirmou.

Confiança

Na sequência, o ministro disse confiar na condução do presidente do Senado e na compreensão dele sobre o momento sensível no mundo. “Se a gente não cuidar também da agenda do Congresso, nós podemos ter um impacto muito ruim para a economia e, de roldão, pegar esses setores que muitas vezes pedem um benefício ou outro no Senado e no Congresso como um todo”, prosseguiu.

Por fim, o titular da Fazenda agradeceu Alcolumbre pela agenda, classificando o diálogo como “longo e muito construtivo”, e considerou que o senador tem tido sensibilidade com a pauta da equipe econômica e com a responsabilidade fiscal.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 10/06/2026

POLÍTICA - PT LANÇA ‘PORTA-VOZES DO LULA’

Iniciativa do partido tem a missão de organizar militância para defender o governo

Do Estadão Conteúdo

O PT lançou, nesta terça-feira, 9, o Porta-Vozes do Lula, iniciativa focada em organizar militantes digitais do entorno do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com o intuito de defender o governo e coordenar a ofensiva contra opositores.

O Porta-Voz do Lula reu não apenas petistas, mas outros parlamentares e apoiadores de partidos da base, como PCdoB, PSOL e PSB para mobilizar apoiadores.

Segundo o partido, a proposta é “criar uma ampla rede de comunicação popular capaz de dialogar diariamente com a sociedade, combater a desinformação, divulgar ações do governo federal e fortalecer a participação cidadã nas redes sociais”.

O presidente do PT, Edinho Silva, afirmou que a medida tem como objetivo “representar Lula nas redes sociais”. Segundo o dirigente, os militantes devem estar em todos os espaços em que o presidente não consegue comparecer.

Integrantes que se inscrevem na iniciativa participarão de grupos de WhatsApp e receberão conteúdo para divulgar nas redes sociais.

A iniciativa funcionará como um game onde os participantes receberão missões diárias para cumprir. Conforme forem cumpridas, eles receberão pontos que servirão para subir num ranking de porta-vozes de Lula.

“Sua voz é a voz de Lula em cada conversa. Na conversa com familiares, amigos, vizinhança, pessoal da escola, do trabalho, da igreja, de todo canto por onde você passa”, diz o vídeo que o porta-voz recebe ao se inscrever.

A primeira missão dada é trazer o máximo de pessoas para a iniciativa. Quanto mais indicações, mais pontos.

Para o Secretário de Comunicação do PT, Éden Valadares, a disputa política acontece nas redes. “Em um cenário marcado pela circulação acelerada de informações e pela disseminação de notícias falsas, fortalecer vozes comprometidas com a democracia, a verdade e os interesses nacionais tornaram-se uma tarefa estratégica para o futuro do Brasil”, disse.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 10/06/2026

TRANSPORTES - FERROVIAS - SANTORO DIZ QUE RETOMADA DAS FERROVIAS EXIGE ATUAÇÃO DIRETA DO GOVERNO

Segundo o ministro, grandes projetos ferroviários dependem de investimento público para reduzir riscos e atrair operadores privados

Por ALEXANDRE FERNANDES redacao.jornal@redebeneews.com.br



Durante participação no programa Bom Dia, Ministro, o ministro George Santoro disse que o país enfrenta o desafio de reverter décadas de desinvestimento no setor ferroviário

O ministro dos Transportes, George Santoro, defendeu na terça-feira (10) uma maior participação do Estado no desenvolvimento da infraestrutura ferroviária brasileira e afirmou que o governo pretende utilizar novos modelos de concessão para

acelerar a recuperação de trechos atualmente sem operação.

Durante participação no programa Bom Dia, Ministro, Santoro disse que o país enfrenta o desafio de reverter décadas de desinvestimento no setor ferroviário. Segundo ele, a malha nacional chegou a ter cerca de 35 mil quilômetros de extensão, mas atualmente conta com aproximadamente 10 mil quilômetros operacionais.

O ministro citou ainda a necessidade de recuperar e manter a infraestrutura já existente. Como exemplo, afirmou que Minas Gerais possuía menos da metade de sua malha ferroviária coberta por contratos de manutenção, situação que, segundo ele, exigiu a elaboração de novos contratos e projetos de recuperação por parte do governo federal.

Para o ministro, a retomada das ferrovias exige participação direta do poder público para reduzir riscos e atrair investidores privados.

“Não existe ferrovia no mundo em que o governo não entrou. A regra geral é que o governo participa. Para retomar a ferrovia, o governo precisa colocar dinheiro. Não tem como desenvolver ferrovias sem diminuir o risco desse empreendedor”, afirmou.

Santoro destacou a Política Nacional de Concessões Ferroviárias, que prevê a realização de oito leilões em 2026 nos estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo, Bahia, Mato



Grosso, Ceará e Pernambuco. Segundo o Ministério dos Transportes, os projetos somam cerca de R\$ 160 bilhões em investimentos.

A meta do governo é ampliar a participação das ferrovias na matriz logística brasileira dos atuais 17,7% para 34,6% até 2035, conforme previsto no Plano Nacional de Logística (PNL 2035). De acordo com a pasta, os empreendimentos têm potencial para movimentar aproximadamente R\$ 600 bilhões nos próximos anos.

Ferrovias inteligentes

O ministro também apresentou o modelo que o governo vem chamando de “ferrovias inteligentes”, baseado na recuperação de trechos ferroviários atualmente ociosos ou degradados por meio de mecanismos simplificados de parceria com a iniciativa privada.

Segundo Santoro, a proposta busca reduzir o tempo necessário para estruturar novos projetos. Pela modelagem, o governo participa dos investimentos para recuperação da infraestrutura, enquanto operadores privados assumem a exploração dos trechos.

“O processo tradicional de concessão poderia levar três ou quatro anos. Nessa modelagem, conseguimos estruturar projetos em cerca de um ano”, afirmou.

De acordo com o ministro, o governo identificou aproximadamente 25 mil quilômetros de ferrovias sem utilização no país e pretende lançar novos projetos à medida que os primeiros leilões avancem.

Transnordestina

Santoro também destacou o avanço das obras da Ferrovia Transnordestina, considerada pelo governo federal um dos principais projetos logísticos para o Nordeste.

Segundo ele, a obra registrou recentemente um recorde de implantação de trilhos, com 1,7 mil metros assentados em um único dia. A expectativa é concluir mais de 200 quilômetros de novos trilhos ao longo deste ano.

A ferrovia deverá conectar o Porto do Pecém, no Ceará, ao cerrado do Piauí e integrar-se futuramente ao Porto de Suape, em Pernambuco, ampliando as alternativas logísticas para o escoamento da produção regional.

Exportações

Na avaliação do ministro, a expansão da infraestrutura ferroviária será fundamental para acompanhar o crescimento das exportações brasileiras nas próximas décadas.

Segundo Santoro, o volume exportado pelo país passou de cerca de 5 milhões de toneladas de alimentos há três décadas para aproximadamente 240 milhões de toneladas atualmente. Ele afirmou que o Brasil tende a ampliar sua participação no comércio internacional e que a redução dos custos logísticos será decisiva para sustentar esse crescimento.

“Para isso, é preciso ter logística, ferrovias, rodovias com segurança e eliminar os gargalos de transporte. Isso é fundamental para o Brasil”, declarou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 10/06/2026

TRANSPORTES - FERROVIAS - RELICITAÇÃO DA MALHA OESTE CHEGA AO TCU COM PROMESSA DE INTEGRAR BRASIL AO PACÍFICO

Nova concessão prevê R\$ 15 bilhões em investimentos, e criação de alternativas logísticas para exportações do Centro-Oeste

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



A Malha Oeste é considerada como uma espinha dorsal para a continuidade do Corredor

O Ministério dos Transportes enviou nesta segunda-feira (9) o projeto de relicitação da Malha Oeste ao Tribunal de Contas da União (TCU). A informação foi confirmada pelo ministro George Santoro nesta terça-feira (9). A ferrovia conecta o extremo Oeste

do Mato Grosso do Sul, em Corumbá, até o interior de São Paulo.

A Malha Oeste consiste em um corredor ferroviário de 1.600 quilômetros, com objetivos principais de escoamento de commodities de Mato Grosso do Sul, como é o caso de minério de ferro, grãos e celulose, até o Porto de Santos (SP).

Além disso, a Malha Oeste é considerada como uma espinha dorsal para a continuidade do Corredor Bioceânico, que pretende conectar o Porto de Santos aos portos do Chile, no Oceano Pacífico.

“Estamos falando da retomada de mais de 1.800 quilômetros de ferrovias. É uma ferrovia transoceânica, que vai conectar o Brasil à ferrovia boliviana e vai chegar nos portos do Chile”, afirmou o ministro.

Segundo o ministro, o governo brasileiro tem mantido conversa com o governo boliviano para continuar com as tratativas que envolvem o projeto. Santoro disse que há interesse e participação de grupos chineses na construção do corredor bioceânico.

“O Governo da Bolívia retomou a ferrovia oriental, que liga Corumbá a Santa Cruz de la Sierra. Nós temos um desafio, que é o trecho de Santa Cruz de la Sierra até a fronteira com o Chile. No Chile, já temos a operação garantida. A gente tem uma equipe técnica na China, o governo chinês está participando dessas conversas. Há um interesse logístico de quem compra mais do Brasil, e que a gente tenha uma redução do custo logístico. Nesse sentido, estamos bem avançados”, avaliou.

Santoro disse que as cargas do Centro-Oeste vão se beneficiar de novas opções de escoamento para os portos brasileiros. Segundo ele, está previsto dentro da nova licitação da Malha Oeste a construção do Ferroanel de São Paulo, contorno de 50 quilômetros pela região norte da Grande São Paulo.

“A Malha Oeste conecta no Rio de Janeiro porque incluímos o Ferroanel de São Paulo para ser construído neste projeto. É um projeto engavetado desde a década de 1960. Precisamos tirar a carga do Centro de São Paulo e dar opção de quem quer exportar, seja para o Porto de Santos, para os portos do Rio de Janeiro, portos do Espírito Santo. Estaremos conectando ferrovias brasileiras e fazendo um grande arco ferroviário na região Sudeste”, analisou o ministro.

Cronograma

Após análise do Tribunal de Contas, o Ministério dos Transportes vai publicar o edital e solicitar à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) que marque a data do leilão. A previsão da pasta é de realizar a nova licitação durante o segundo semestre de 2026.

O projeto prevê aproximadamente R\$ 15 bilhões em investimentos ao longo de um contrato de concessão de 57 anos. A nova modelagem busca evitar um novo ciclo de abandono da infraestrutura ferroviária, após anos de baixa utilização e deterioração da malha.

A relicitação da Malha Oeste faz parte da carteira de concessões ferroviárias do governo federal para 2026 e representa uma tentativa de destravar a logística de Mato Grosso do Sul, uma das principais regiões produtoras do país.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 10/06/2026

TRANSPORTES - FERROVIAS - BNDES VAI ANUNCIAR LINHA DE CRÉDITO PARA PROJETOS DE FERROVIAS, AFIRMA MINISTRO

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) deve anunciar ainda nesta semana uma nova linha de crédito voltada ao financiamento de projetos ferroviários no Brasil. A informação foi confirmada pelo ministro dos Transportes, George Santoro, nesta terça-feira (9), durante participação no programa Bom Dia, Ministro, da EBC.

Segundo o ministro, o anúncio será feito na quinta-feira (11), durante evento promovido pelo Ministério dos Transportes na B3, em São Paulo. A iniciativa busca ampliar o acesso a financiamento de longo prazo e atrair investidores internacionais para o setor.

“Estamos estruturando uma linha com prazos amplos de pagamento, o que deve atrair novos investidores, incluindo grupos europeus e chineses, para projetos ferroviários no país”, afirmou Santoro. O evento, intitulado “Novos caminhos sobre trilhos: o futuro das ferrovias no Brasil”, reunirá representantes do setor público e privado, além de investidores, especialistas e imprensa, para apresentar oportunidades e instrumentos de apoio ao desenvolvimento ferroviário.

Durante o encontro, o Ministério dos Transportes deve detalhar a carteira estratégica de projetos do governo federal, incluindo aspectos como cobertura de investimentos, matriz de risco, mecanismos de garantia e licenciamento ambiental prévio conduzido pelo poder público. Também serão abordadas iniciativas voltadas à interoperabilidade da malha ferroviária e à expansão de terminais logísticos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 10/06/2026

TRANSPORTES - PORTOS - PORTO DE SANTOS ABRE LICITAÇÃO PARA USINA E VILA HISTÓRICA DE ITATINGA

Edital prevê R\$ 200 milhões em investimentos, modernização da usina e uso do complexo para turismo e produção de hidrogênio verde

Por VANESSA PIMENTEL redacao.jornal@redebeneews.com.br

A Autoridade Portuária de Santos (APS) publicou nesta segunda-feira (8), no Diário Oficial da União, o edital de licitação para a cessão onerosa do Complexo de Itatinga, localizado em Bertioga (SP). A área abriga a histórica usina hidrelétrica e a Vila de Itatinga, além de uma linha de transmissão de aproximadamente 30 quilômetros e estruturas de apoio.

O projeto prevê a modernização e ampliação da usina, com aumento da capacidade instalada de 15 MW para 18 MW, além da requalificação da linha de transmissão. Também estão incluídas a revitalização das 61 residências e dos equipamentos comunitários da vila, com potencial para exploração de turismo histórico e ecológico.

O edital ainda abre a possibilidade de integração do complexo à produção de hidrogênio verde (H2V), alinhando o empreendimento às diretrizes de transição energética. A empresa vencedora deverá garantir o fornecimento prioritário e sem custos de parte da energia gerada para o consumo da APS, podendo comercializar o excedente no mercado.

O contrato terá duração de 20 anos, com possibilidade de prorrogação, e prevê investimentos estimados em cerca de R\$ 200 milhões na modernização das estruturas civis, hidráulicas e eletromecânicas. Em contrapartida, a cessionária deverá repassar à APS um percentual mínimo de 3% da Receita Operacional Bruta anual.



O recebimento das propostas está marcado para 11 de agosto de 2026, enquanto a abertura dos envelopes ocorrerá no dia 17 do mesmo mês, a partir das 15h.

Patrimônio histórico

A Pequena Central Hidrelétrica (PCH) de Itatinga é considerada um marco da engenharia nacional. Construída entre 1904 e 1910, foi uma das primeiras usinas hidrelétricas a fio d'água do Brasil e, ao longo de mais de um século, garantiu o fornecimento de energia para o Porto de Santos.

Já a Vila de Itatinga possui relevante valor histórico e cultural, com construções preservadas que incluem moradias de trabalhadores e equipamentos comunitários, como igreja, escola, padaria e clube esportivo. O conjunto desperta interesse para iniciativas de preservação e desenvolvimento do turismo histórico-cultural e ecológico.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 10/06/2026

TRANSPORTES - PORTOS - ANTAQ AMPLIA PRAZO PARA TERMINAL CONCLUIR ADEQUAÇÕES DE SEGURANÇA

Da Redação redacao@redebeneews.com.br

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) publicou nesta terça-feira (9), no Diário Oficial da União, a decisão que aprovou a prorrogação do prazo concedido à TEAG – Terminal de Exportação de Açúcar de Guarujá, para concluir adequações relacionadas à segurança de suas operações no Porto de Santos.

A medida amplia por mais 360 dias a vigência do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado entre a Antaq e a empresa no ano passado. O novo prazo passou a contar a partir de 16 de maio deste ano.

O acordo foi celebrado para viabilizar a implementação de medidas exigidas pela Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis (Conportos), órgão responsável por coordenar a política de segurança pública portuária.

Com a prorrogação, a TEAG terá mais um ano para concluir as ações previstas no termo. A medida busca garantir a continuidade do processo de adequação às exigências de segurança aplicáveis ao terminal, um dos principais corredores de exportação de açúcar do país.

Entre as principais pendências estão a atualização do Estudo de Avaliação de Risco (EAR) e a atualização do Plano de Segurança Portuária (PSP). Esses dois documentos são obrigatórios e fundamentais para comprovar que o terminal atende aos padrões de segurança exigidos para instalações portuárias.

As adequações envolvem não apenas a revisão desses instrumentos, mas também a implementação e comprovação da eficácia de sistemas de controle de acesso, monitoramento e gestão de riscos, que precisam ser aprovados pelos órgãos competentes antes da plena regularização das operações.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 10/06/2026

TRANSPORTES - PORTOS - PORTOS RS CONFIRMA MACHADO COMO NOVO PRESIDENTE

O advogado Fábio Machado foi anunciado oficialmente pelo Governo do Rio Grande do Sul para o cargo em maio passado, substituindo Cristiano Pinto Klinger no comando do órgão

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO leopoldo.figueiredo@redebeneews.com.br



O advogado Fábio Machado foi anunciado oficialmente pelo Governo do Rio Grande do Sul para o cargo em maio passado, substituindo Cristiano Pinto Klinger no comando do órgão

O advogado Fábio Silveira Machado foi oficializado como novo presidente da Portos RS, empresa pública que gerencia os portos de Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre. Sua nomeação foi confirmada na assembleia geral da autoridade portuária, encerrada na terça-feira (9).

Machado foi anunciado oficialmente pelo Governo do Estado para o cargo em maio passado, substituindo Cristiano Pinto Klinger no comando do órgão.

Com mais de 20 anos de experiência no setor público, Fábio Machado já atuou como secretário de Governo e procurador-geral em Pelotas, além de ter integrado o Conselho de Administração da própria Portos RS

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 10/06/2026

TRANSPORTES - AVIAÇÃO - GOVERNO AMPLIA ACESSO AO REIDI PARA PROJETOS DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

Nova portaria estende benefício fiscal a empreendimentos em aeródromos públicos e busca atrair investimentos privados

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br

O ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, assinou, nesta terça-feira (9), em Brasília, a nova portaria que amplia o acesso ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi) para projetos de infraestrutura aeroportuária. A medida foi oficializada durante reunião do Comitê Temático da Frente Parlamentar Mista de Portos e Aeroportos, que debateu o Reporto+ e as oportunidades da reforma tributária para o setor.

A nova regulamentação amplia o alcance do benefício fiscal para projetos relacionados a sistemas aeroportuários e sistemas de proteção ao voo instalados em aeródromos públicos. A medida consolida o programa Investe + Aeroportos e deve estimular novos investimentos, ampliar a ocupação logística e comercial dos sítios aeroportuários e gerar mais segurança jurídica para investidores.

Durante a cerimônia, o ministro Tomé Franca destacou que a iniciativa fortalece o ambiente de negócios e amplia a capacidade do setor de atrair investimentos. “O Reidi vem para consolidar esse desejo de fazermos do setor de aeroportos algo atrativo para o capital nacional e para o capital estrangeiro, fazendo com que a infraestrutura cumpra seu papel de desenvolver o país, gerar oportunidades para o nosso povo, renda para os brasileiros e bons negócios para quem acredita e investe no Brasil.”

Ainda segundo o ministro, a medida corrige uma limitação da regulamentação anterior, que restringia o acesso ao benefício fiscal às concessionárias aeroportuárias. Com a nova portaria, projetos de infraestrutura associados à operação dos aeroportos também poderão ser enquadrados no regime, ampliando as possibilidades de investimento e desenvolvimento dos sítios aeroportuários.

A diretora de Assuntos Econômicos do MPor, Helena Venceslau, explicou que a atualização da norma amplia o alcance da política pública de incentivo à infraestrutura. “A portaria anterior limitava o acesso ao Reidi às concessionárias aeroportuárias. Com a atualização, ampliamos o alcance da política pública para projetos prioritários de infraestrutura, criando mais oportunidades para investimentos no setor.”

Entre as principais mudanças estão a ampliação do benefício para qualquer aeródromo público, incluindo aeroportos administrados pela Infraero, estados e municípios, além da criação de mecanismos que garantem maior segurança jurídica para investidores privados interessados em desenvolver empreendimentos em áreas aeroportuárias.

A nova regulamentação também fortalece a estratégia do Investe + Aeroportos, programa do Governo Federal criado para atrair investimentos privados e ampliar atividades logísticas, comerciais e de serviços nos aeroportos brasileiros. A expectativa é aumentar a geração de emprego e renda, fortalecer a infraestrutura aeroportuária e tornar os aeroportos mais atrativos para novos negócios.

Reporto e reforma tributária

Durante o encontro, representantes do Governo Federal, do Congresso Nacional e da iniciativa privada discutiram medidas para ampliar a competitividade dos setores portuário e aeroportuário, incluindo propostas de aperfeiçoamento do Reporto, regime que incentiva investimentos na modernização e ampliação da infraestrutura portuária e ferroviária brasileira.

O presidente do Instituto Brasileiro de Infraestrutura (IBI), Mário Povia, destacou a importância da articulação entre os diferentes atores do setor para transformar debates em resultados concretos. "O mais importante é transformar as discussões em ações concretas, seja por meio de portarias, aperfeiçoamentos regulatórios ou mudanças legislativas que fortaleçam a infraestrutura brasileira."

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 10/06/2026

TRANSPORTES - AVIAÇÃO - LATAM APRESENTA PRIMEIRO EMBRAER E195-E2 DE ENCOMENDA BILIONÁRIA

Aeronave integra pedido de 24 jatos avaliado em US\$ 2,1 bilhões e começará a operar pela companhia a partir de 2026

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



O evento foi realizado em um hangar da Embraer e marcou a divulgação das primeiras imagens oficiais do modelo já pintado com a identidade visual da companhia aérea

A Latam Airlines Brasil apresentou nesta terça-feira (9), em São José dos Campos (SP), o primeiro jato Embraer E195-E2 que integrará uma encomenda de 24 aeronaves anunciada pela companhia. O contrato, firmado com a fabricante brasileira, está avaliado em aproximadamente US\$ 2,1 bilhões.

A aeronave começará a ser incorporada à frota da empresa a partir do último trimestre de 2026 e faz parte dos planos da Latam de ampliar sua capacidade operacional e fortalecer a conectividade doméstica no mercado brasileiro.

O evento foi realizado em um hangar da Embraer e marcou a divulgação das primeiras imagens oficiais do modelo já pintado com a identidade visual da companhia aérea. O E195-E2 é atualmente o maior avião comercial produzido pela fabricante brasileira e tem sido apontado como uma alternativa para ampliar a oferta de voos em rotas de média densidade, com maior eficiência operacional e menor consumo de combustível.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 10/06/2026

TRANSPORTES - AEROPORTOS - ACORDO SOBRE VIRACOPOS CHEGA AO PRAZO FINAL DE NEGOCIAÇÃO

Documento consolidado será entregue à Anac, que ainda analisará temas sem consenso entre as partes

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br



Segundo confirmou à CNN Brasil o diretor-presidente da Anac, Tiago Faierstein, as tratativas já foram encerradas e o documento consolidado está em fase final de elaboração

A Comissão de Autocomposição formada entre a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e a concessionária Aeroportos Brasil Viracopos tem até esta quarta-feira (10) para apresentar o acordo final que definirá o futuro do contrato do Aeroporto de Viracopos, em Campinas (SP).

Segundo confirmou à CNN Brasil o diretor-presidente da Anac, Tiago Faierstein, as tratativas já foram encerradas e o documento consolidado está em fase final de elaboração. Apesar do avanço, nem todos os pontos em discussão tiveram consenso entre as partes.

As questões pendentes deverão ser analisadas e deliberadas pela diretoria colegiada da Anac em reunião prevista para sexta-feira (12), que já consta na agenda oficial da agência. Um dos principais impasses envolve os valores relacionados à chamada tarifa “teca-teca”, cobrança incidente sobre a movimentação de cargas entre terminais aeroportuários. Paralelamente às negociações, corre em sigilo um processo de arbitragem na Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional (CCI), que busca definir os valores de recomposição financeira ligados ao ativo aeroportuário.

De acordo com os números apresentados na arbitragem, a Aeroportos Brasil Viracopos reivindica compensações pelas mudanças promovidas pela Anac na estrutura tarifária ainda no início da concessão, em 2012. Caso não fosse alcançada uma solução negociada, os cálculos apontavam para um potencial ressarcimento de R\$ 7,09 bilhões à concessionária, valor considerado incompatível com a atual capacidade fiscal do governo federal.

Desse montante, cerca de R\$ 6,08 bilhões estariam relacionados exclusivamente à defasagem da tarifa “teca-teca”, conforme os valores atualizados apresentados no processo.

Outro ponto relevante envolve as desapropriações previstas originalmente para expansão do sítio aeroportuário. A concessionária estima em R\$ 934,8 milhões as perdas decorrentes da não liberação das áreas pelo governo federal.

O plano inicial previa a instalação de empreendimentos complementares no entorno do terminal, como galpões logísticos e centro de convenções. No entanto, até o momento apenas 20% dos 26 km² originalmente previstos foram desapropriados.

Pelo entendimento já alcançado entre as partes, a própria concessionária passará a conduzir as futuras desapropriações, com compensação dos custos por meio de abatimento na outorga. O acordo também reduz a área originalmente prevista para 20 km² e prioriza a construção da segunda pista de Viracopos, cuja execução será antecipada em cinco anos, com início estimado ainda para 2026.

A arbitragem inclui ainda pedido de recomposição de R\$ 81,5 milhões referente aos impactos da pandemia de covid-19 sobre o movimento do aeroporto. Em 2023, a Anac já havia reconhecido parcialmente esse desequilíbrio contratual e aprovado medidas compensatórias.

Com a formalização do entendimento entre agência e concessionária, a expectativa é que o processo arbitral seja encerrado.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 10/06/2026

TRANSPORTES - AEROPORTOS - AENA ENTREGA NOVO TERMINAL DE PASSAGEIROS DO AEROPORTO DE MONTES

Conclusão da obra pela concessionária vai fazer com que o terminal tenha capacidade para receber 538 mil passageiros por ano

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br

A Aena Brasil inaugurou, no último fim de semana, o novo terminal de passageiros do Aeroporto de Montes Claros – Mário Ribeiro em Minas Gerais. Com a conclusão das obras, a capacidade operacional do terminal passa a ser de até 538 mil passageiros por ano, segundo a concessionária.

O projeto envolveu a ampliação e modernização de áreas essenciais, como check-in, canal de inspeção, sala de embarque e restituição de bagagens, além da expansão da área comercial e a implementação de melhorias operacionais voltadas ao conforto, à segurança e à eficiência.

A área total do terminal mais que dobrou, passando de 2.300 m² para 5.460 m². “Com o novo terminal, a Aena eleva o padrão da infraestrutura aeroportuária em Montes Claros e reforça o papel do aeroporto na mobilidade, no desenvolvimento econômico e na integração do Norte de Minas. A cidade passa a contar com uma estrutura moderna, preparada para acompanhar o crescimento da demanda e ampliar a conectividade da região”, destacou o diretor do aeroporto, Fabiano Antunes.

No check-in, o espaço foi ampliado de 130 m² para 298 m². Já o canal de inspeção quase triplicou de tamanho, saltando de 77 m² para 219 m². O aeroporto também passou a contar com dois equipamentos de raios-X, o que aumenta a capacidade de processamento e melhora a fluidez no embarque.

A nova sala de embarque possui 603 m², enquanto a área de restituição de bagagens conta com 290 m². O terminal também recebeu uma nova esteira de bagagens, cuja extensão foi ampliada de 19 metros para 35 metros, garantindo mais conforto aos passageiros na chegada.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 10/06/2026

PETRÓLEO E GÁS - SENADO ESTUDA SOCORRO AO AGRO COM USO DO FUNDO SOCIAL DO PRÉ-SAL

Plenário deve analisar nesta quarta-feira projeto de lei que disponibiliza parte dos recursos para agricultores afetados por desastres climáticos

Da Agência Brasil



O fundo social do pré-sal foi criado em 2010 para financiar políticas de caráter permanente, mas vem sofrendo alterações ao longo dos anos

O plenário do Senado deve analisar, nesta quarta-feira (10), o projeto de lei (PL) que destina recursos do Fundo Social do Pré-Sal para financiar dívidas de agricultores que perderam parte da safra devido a calamidades climáticas.

O governo se manifestou contrário ao parecer do relator, senador Renan Calheiros (MDB-AL), porque ele

não acolheu demandas apresentadas pelo Ministério da Fazenda para modificar o texto que veio da Câmara dos Deputados.

O projeto 5.122 de 2023, aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado no final de maio, ainda prevê o uso de receitas de outros fundos, como os de Financiamento do Nordeste (FNE), do Norte (FNO) e do Centro-Oeste (FCO).

O pesquisador do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Ineep) Iago Montalvão avalia que o PL pode prejudicar o programa Minha Casa Minha Vida, que vem sendo financiado pelo Fundo do Pré-Sal.

“O fundo vai virar, por dois anos pelo menos, um instrumento de subsídio do agronegócio. Isso inviabilizaria as demais políticas, como de habitação social. Nós não sabemos o valor que será destinado às dívidas do setor. Mas pode inviabilizar qualquer outro uso que não vá para a educação”, avalia.

Atualmente, 50% do Fundo do Pré-sal devem ir para a educação. A outra metade é dividida entre áreas como habitação social, saúde, ciência e tecnologia, cultura e esporte.

Estima-se que o Fundo do Pré-Sal tenha contribuído com cerca de R\$ 35 bilhões para o Minha Casa Minha Vida entre 2025 e 2026, permitindo aumentar a meta do programa, na atual gestão, para 3 milhões de residências até o final de 2026.

Limite

O texto que chegou da Câmara dos Deputados previa entre R\$ 30 bilhões e R\$ 100 bilhões para financiar dívidas de agricultores. Porém, o senador Renan Calheiros transferiu, para o Poder Executivo, a definição do limite de gastos com o refinanciamento do agro.

O economista Iago Montalvão considera que o governo será pressionado a destinar um valor alto para refinarçar essas dívidas. “O Fundo Social, em última instância, virou uma forma de apagar incêndios. Quando há uma calamidade e é preciso recurso rápido, se usa o Fundo. Isso fez com que ele virasse também objeto de disputa. O setor do agronegócio viu uma possibilidade de disputar um recurso fora desse âmbito do ajuste fiscal”, completou.

A Agência Brasil procurou a assessoria do relator Renan Calheiros, mas não obteve retorno até o fechamento desta reportagem.

Debate

O projeto de lei, pautado para votação no plenário nesta quarta-feira, pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), foi criticado pelo governo, que gostaria de ter algumas demandas atendidas, conforme explicou, no dia da votação na CAE, o líder do governo no Senado, Jacques Wagner (PT-BA).

“Não chegamos a um denominador comum e o relatório, evidente que absorve algumas coisas, mas ainda tem contradições com o Ministério da Fazenda. Minha pretensão é que a gente pudesse, efetivamente, voltar à mesa de negociação”, disse a liderança governista.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 10/06/2026

PETRÓLEO E GÁS - JUSTIÇA MANDA PETROLEIRA REPARAR DANOS

Petra Energia terá de recuperar poços abandonados na Bacia de São Francisco

Da Agência Brasil

A petroleira Petra Energia, em Minas Gerais, terá de reparar danos ambientais decorrentes da falta de manutenção em 24 poços abandonados na Bacia do São Francisco. De acordo com decisão do

Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF 6), a concessionária é responsável pela área, mesmo após o encerramento dos contratos de exploração.

Em 2024, a Advocacia-Geral da União (AGU) obteve bloqueio judicial de R\$ 69 milhões em bens da empresa para assegurar recursos destinados à futura recuperação ambiental das regiões afetadas. O TRF 6 restabeleceu integralmente as determinações fixadas em primeira instância.

A corte determinou à Petra Energia a apresentação de um plano para a desativação definitiva e segura dos poços e demais estruturas, a recuperação ambiental das áreas afetadas e a atualização das informações técnicas perante a Agência Nacional do Petróleo (ANP), autora da ação.

O julgamento também validou os elementos técnicos produzidos pela ANP em fiscalizações feitas em 2017 e 2022, em que reconhece risco ambiental atual e concreto decorrente da falta de manutenção das estruturas.

Fundamentos da ação

Na ação civil pública, a ANP sustentou que a responsabilização da empresa encontra amparo na Lei do Petróleo (Lei nº 9.478/1997), na Constituição Federal, na Política Nacional do Meio Ambiente, nos contratos de concessão e nas normas regulatórias do setor. Entre as obrigações descumpridas pela concessionária está a apresentação do Plano de Devolução de Área (PDA).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 10/06/2026

ENERGIA - ANEEL DECIDE, POR UNANIMIDADE, HOMOLOGAR LEILÃO DE RESERVA

Formalização dos contratos ocorre em meio a controvérsias no Poder Judiciário, no Ministério Público e no Tribunal de Contas da União

Por Estadão Conteúdo



O leilão foi feito em duas etapas, envolvendo as contratações de energia de hidrelétricas e termelétricas a gás natural, a carvão, a óleo diesel, óleo combustível e biodiesel

A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) decidiu nesta terça-feira, 9, por unanimidade, pela homologação e adjudicação dos contratos no âmbito do leilão de reserva de capacidade, realizado em março deste ano.

Foram votados dois processos referentes aos produtos de 2027, 2028, 2029, 2030 e 2031. Previamente, a reguladora já havia dado o aval para os produtos de 2026.

A formalização dos contratos do certame está ocorrendo em meio à controvérsia sobre o tema no Poder Judiciário, no Ministério Público e no Tribunal de Contas da União (TCU). Apesar dos questionamentos, não houve justificativa suficiente para paralisar o leilão. Uma eventual decisão cautelar não foi adotada pelo Judiciário nem pela Corte de Contas, até o momento.

A Procuradoria da Aneel protocolou no fim do mês passado um parecer confirmando que uma eventual não homologação do leilão de reserva de capacidade só seria justificável em situações excepcionais. Isto é, na hipótese de “ilegalidade manifesta e insanável ou fato superveniente que altere substancialmente o interesse público”. A conclusão foi pela legalidade do processo de formalização do certame.



Na segunda-feira, a Justiça Federal do Ceará determinou que a homologação do certame fosse suspensa “até que a questão seja devidamente apreciada” pela 6ª Vara Cível do Distrito Federal. A interpretação jurídica sobre o despacho foi que a determinação já foi cumprida. A Justiça Federal, no DF, já analisou preliminarmente a questão e afastou a possibilidade de medida cautelar para cancelar o certame.

Certame legal

A homologação válida a legalidade de todo o procedimento, enquanto a adjudicação atribui oficialmente o objeto ou bem aos vencedores. O leilão foi feito em duas etapas. Na primeira, no dia 18 de março, foram contratados 18,97 GW (gigawatts) de energia de hidrelétricas, termelétricas a gás natural e a carvão.

Dessa primeira etapa, 90% dos vencedores receberam sinal verde da homologação, faltando a discussão de 11 projetos. Na segunda etapa, em 20 de março, as negociações resultaram em 501,321 MW (megawatts) de energia termelétrica a óleo diesel, óleo combustível e biodiesel. Nesse caso, houve a formalização de 100%.

Novas homologações poderão ser feitas após análise dos recursos das empresas que tiveram a habilitação reprovada. Os processos deliberados nesta terça serão pautados na próxima reunião para ratificação.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 10/06/2026

ENERGIA - AGÊNCIA DE ÁGUAS APROVA DRDH

Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica visa aproveitamento hidrelétrico

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) aprovou nesta terça-feira três matérias relacionadas à certificação de obras hídricas, à gestão de recursos hídricos para atividades produtivas e ao aproveitamento do potencial hidrelétrico em rios de domínio da União.

Entre os itens da pauta, foi ratificada pela Diretoria Colegiada a deliberação referente à solicitação do Certificado de Avaliação da Sustentabilidade da Obra Hídrica (CERTOH) apresentada pela Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (Cagepa) para o Sistema Adutor São José, também conhecido como Terceira Adutora de Campina Grande. A matéria teve a relatoria do diretor Leonardo Góes.

A diretoria também aprovou a renovação da outorga de direito de uso de recursos hídricos de domínio da União em nome de Roldão Bruno de Medeiros Miranda. A autorização refere-se à captação de água no rio Piranhas-Açu, no município de Pendências (RN), destinada à atividade de aquicultura em tanque escavado. O processo foi relatado pela diretora Ana Carolina Argolo.

Outro tema aprovado foi a solicitação de Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica (DRDH) apresentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para o aproveitamento hidrelétrico da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Guilhermino. O empreendimento está previsto para o rio Aporé, no município de Paranaíba, em Mato Grosso do Sul. A relatoria foi da diretora Cristiane Battiston.

Calendário

Está disponível no site da ANA o calendário das reuniões deliberativas da Diretoria Colegiada para 2026. Ao longo do ano, estão previstos encontros mensais, com possibilidade de alterações nas datas. Para conferir os atos convocatórios, as atas dos encontros e demais informações, acesse a página das reuniões deliberativas no site da ANA.

Nas reuniões deliberativas da Diretoria Colegiada, os(as) diretores(as) da Agência decidem sobre temáticas relacionadas aos recursos hídricos, saneamento básico, segurança de barragens, entre outros assuntos de natureza regulatória.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 10/06/2026

BRASIL EXPORT - NORDESTE SE POSICIONA COMO HUB ESTRATÉGICO NA DESCARBONIZAÇÃO DA CABOTAGEM

Etanol e biodiesel surgem como alternativas mais viáveis para substituir o combustível derivado de petróleo nos navios

Por **MARIANA NEROME** redacao.jornal@redebeneews.com.br



Especialistas discutiram o papel dos biocombustíveis, os desafios da eletrificação portuária e os caminhos para a descarbonização do transporte marítimo durante o painel InfraESG

“O lugar mais fácil de descarbonizar a rota de navegação é a cabotagem brasileira.” A frase é do diretor de Desenvolvimento de Negócios do Grupo Dislub Equador, Leonardo Cerquinho, e foi dita durante a segunda parte do painel InfraESG realizado na segunda-feira (8) na Associação Comercial de Maceió, no evento Nordeste Export, promovido pelo Grupo Brasil Export.

O argumento de Cerquinho parte de uma lógica de disponibilidade: o Brasil é grande produtor de biocombustíveis, já tem infraestrutura instalada e escala de oferta, condições que rotas oceânicas de longo curso dificilmente reúnem. Por isso, ele descarta hidrogênio verde e amônia como soluções para o setor marítimo. “O hidrogênio é uma molécula extremamente difícil de conter. Se você tem um sinistro no meio do mar, como resolve? A amônia é ainda pior — ela é tóxica”, disse.

O pano de fundo da discussão é a normativa aprovada pela Organização Marítima Internacional (OMI) para zerar as emissões de carbono do setor marítimo até 2050, com obrigações graduais previstas para começar em 2028, um ano depois do prazo original, após pressão do governo Trump. Os navios de carga respondem por até 3% das emissões globais de carbono.

Etanol

Há ainda uma dinâmica logística que, segundo Cerquinho, coloca o Nordeste em posição central nesse processo.

O principal gargalo da cabotagem brasileira é o Porto de Manaus, limitado pelo calado do Arco do Lamoso e pela entrada do Rio Negro no período seco. Para maximizar a carga transportada, os armadores têm interesse em chegar a Manaus e sair de lá com o mínimo possível de combustível nos tanques. Os portos de Suape e Pecém, situados logo após Manaus nas rotas de cabotagem, passam a ser pontos naturais de abastecimento — e ganham ainda mais peso se o combustível adotado for etanol ou biodiesel, cujo poder calorífico menor exige paradas mais frequentes do que o bunker derivado de petróleo.

“O Nordeste vai ter um papel muito relevante na questão do abastecimento de navios”, afirmou. O próprio Grupo Dislub Equador prevê iniciar operações de um terminal de líquidos em Suape em março.

Para Luiz Carlos Ciochi, ex-diretor-geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e consultor do IPEGEN, o debate sobre descarbonização no Brasil precisa estar subordinado a uma agenda maior.

“O nosso problema é de desenvolvimento econômico. Nós não temos que nos preocupar agora com emissão de CO2 porque nós já estamos bem — somos o paradigma de muitos países”, disse.

Ciocchi defendeu que o país aproveite sua estrutura consolidada de biocombustíveis e, ao mesmo tempo, desenvolva planejamento estratégico integrado entre setores. “O armador não vai pensar no país como um todo. Alguém tem que capitanear essa visão de futuro”, afirmou.

Eletrificação

O cenário para a eletrificação dos portos é mais sombrio. Jacqueline Wendpap, diretora-executiva da Praticagem do Brasil, alertou que, se os portos brasileiros não conseguirem abastecer adequadamente navios com combustíveis alternativos, o país corre o risco de atrair apenas embarcações mais antigas e poluentes. “A frota que virá pro Brasil será uma frota de segunda linha”, disse.

Na sua avaliação, a eletrificação portuária depende de uma coordenação que ainda não existe. Questionada se enxerga articulação entre ministérios para viabilizar esse processo, foi direta: “Não”.

O gerente de Meio Ambiente do Porto de Maceió, Aldo Flores, deu dimensão concreta ao problema. Uma consulta extraoficial a uma empresa especializada na eletrificação de portos resultou em um orçamento de 15 milhões de dólares apenas para estruturar o atendimento à temporada de cruzeiros de Maceió. “Fica uma cifra inviável pra gente investir nisso”, reconheceu.

Flores lembrou, no entanto, que a matriz energética brasileira já é predominantemente renovável — o que coloca o país em situação mais favorável do que a de nações europeias que cobram avanços em sustentabilidade sem ter resolvido a própria geração de energia.

ANTT

Cynthia Ruas, superintendente de Sustentabilidade, Pessoas e Inovação da ANTT, apresentou o Programa de Sustentabilidade para Infraestrutura da agência, que reúne 470 requisitos em nove parâmetros de desempenho ambiental e social. Das 34 concessões de rodovias e ferrovias monitoradas, 21 aderiram ao programa, parte delas no nível máximo.

Um dos parâmetros trata exclusivamente de resiliência climática, com exigência de planos de obras preventivas a desastres — medidas que, segundo Ruas, ainda são novidade no Brasil. “Se não fosse a tragédia climática do Rio Grande do Sul, esse conceito continuaria pouco conhecido”, avaliou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 10/06/2026

COMÉRCIO EXTERIOR - VETO DA UE ENVOLVE FISCALIZAÇÃO, NÃO STATUS SANITÁRIO, DIZ ABPA

Segundo a Associação Brasileira de Proteína Animal, a questão é a comprovação dos mecanismos oficiais de controle do Brasil

Do Estadão Conteúdo



O Brasil está fora da lista de países habilitados para determinadas exportações de produtos de origem animal a partir de setembro

A Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) afirmou, em nota, que a decisão da União Europeia (UE) de manter o Brasil fora da lista de países habilitados para determinadas exportações de produtos de origem animal a partir de setembro não está relacionada a problemas sanitários ou ao uso inadequado de antimicrobianos na produção brasileira.

Em nota divulgada após a formalização da medida



pelo bloco europeu, a entidade destacou que “a medida não decorre de qualquer questionamento sanitário, não conformidade ou problema identificado em relação ao uso de antimicrobianos na produção animal brasileira”.

Segundo a ABPA, o debate está concentrado nos procedimentos de comprovação e reconhecimento, pela UE, dos mecanismos oficiais de fiscalização e controle adotados pelo Brasil.

A associação também defendeu que exigências sanitárias e regulatórias aplicadas ao comércio internacional sejam baseadas em evidências técnicas. Para a entidade, os requisitos devem estar fundamentados em “critérios científicos, avaliações de risco reconhecidas internacionalmente, transparência regulatória e observância aos princípios estabelecidos” por organismos internacionais como a Organização Mundial de Saúde Animal (OMSA), o Codex Alimentarius e os acordos multilaterais de comércio.

A ABPA ressaltou, ainda, que o Brasil tem “um dos mais robustos sistemas de controle sanitário e de produção animal do mundo”, com atuação integrada entre o setor produtivo e o Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), garantindo padrões elevados de qualidade, rastreabilidade, biossegurança e segurança dos alimentos.

Segundo a entidade, o setor tem trabalhado com o governo brasileiro desde o início das discussões sobre o tema, apoiando os esforços técnicos conduzidos pelo Mapa para prestar esclarecimentos às autoridades europeias e demonstrar a efetividade dos sistemas nacionais de fiscalização e controle.

A associação informou que continuará acompanhando as negociações e colaborando com as autoridades brasileiras.

A ABPA declarou estar “confiante de que o diálogo técnico e a apresentação das informações necessárias contribuirão para o adequado reconhecimento dos mecanismos brasileiros de fiscalização”, em linha com os padrões internacionais de produção e segurança alimentar.

Repúdio

A Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (Faesp) repudiou, em nota, a decisão da União Europeia (UE) de criar barreiras à importação de carnes, mel e subprodutos de origem animal vindos do Brasil.

“É um profundo desrespeito que, após 25 longos anos de negociações entre a União Europeia e o Mercosul, com tudo acertado e alinhado entre as partes, o bloco europeu decida mudar as regras do jogo de forma casuística”, afirmou a entidade.

“Começam agora a surgir salvaguardas descabidas e arbitrárias, que não possuem qualquer lastro ou respaldo técnico e científico. Trata-se de uma manobra burocrática para criar travas artificiais ao comércio internacional”, concluiu.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 10/06/2026

COMÉRCIO EXTERIOR - ALCKMIN GARANTE EMPENHO PARA TIRAR EMBARGO

O vice-presidente, Geraldo Alckmin, disse que o governo brasileiro e o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, farão um “grande empenho para equacionar o problema” da carne brasileira com a União Europeia.

“O governo vai se empenhar nesse tema. Houve uma retirada do Brasil da lista e queremos que a União Europeia (UE) recoloca o Brasil na lista de fornecedores de todas as carnes, tanto do frango, quanto bovina. Há um trabalho sendo feito para retirada desse embargo”, disse Alckmin a jornalistas, após participar da abertura da Bahia Farm Show.

O evento é a maior feira agropecuária do Nordeste realizada pela Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (Aiba) em Luís Eduardo Magalhães, no oeste do Estado.

A manifestação do vice-presidente ocorre após a Comissão Europeia oficializar na última sexta-feira a retirada do Brasil da lista de fornecedores de produtos de origem animal a partir de 3 de setembro.

Ainda sobre a União Europeia (UE), Alckmin destacou que o Brasil já exportou frutas com benefício tarifário ao bloco europeu no âmbito do acordo entre Mercosul e União Europeia (UE). “É o maior acordo entre blocos do mundo. Já começaram as exportações de frutas para a UE”, disse.

O ministro da Agricultura, André de Paula, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, e o governador da Bahia, Jerônimo Rodrigues, também participam da cerimônia de abertura da feira.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 10/06/2026

PAPO DE COMPLIANCE - ORGANIZAÇÃO - QUANDO A REPUTAÇÃO VIROU ATIVO: A ORIGEM DO COMPLIANCE NAS ORGANIZAÇÕES



SELMA CULTURATI VASQUEZ

Economista, mestre em Administração e Pesquisa em Estratégia e Inovação, com experiência nas áreas corporativa e acadêmica voltadas a Finanças e Negócios
opinioao@portalbenews.com.br

Se alguém perguntasse o que é compliance e a resposta precisasse caber em uma única frase, talvez fosse possível dizer o seguinte: “Compliance é fazer o certo mesmo quando ninguém está olhando.”

A frase parece simples, mas traduz uma ideia essencial: compliance não é apenas um conjunto de regras, auditorias ou controles internos. É cultura.

Por isso, vai muito além das exigências jurídicas ou contábeis. Construir uma cultura de integridade exige coerência entre discurso e prática, além de responsabilidade na forma como decisões e relações são conduzidas dentro das organizações.

A origem da palavra vem do inglês to comply, que significa agir em conformidade ou de acordo com o esperado. Com o tempo, porém, o conceito evoluiu. Empresas passaram a perceber que transparência, controles internos e processos estruturados não serviam apenas para atender normas, mas também para fortalecer a confiança perante o mercado e proteger reputações.

Mesmo antes de o termo ganhar força global, muitas organizações já adotavam práticas relacionadas à conformidade. Aos poucos, perceberam que credibilidade institucional poderia se tornar um diferencial competitivo.

E talvez tenha sido exatamente aí que ocorreu a grande mudança: reputação deixou de ser consequência e passou a ser estratégia.

Hoje, empresas que investem em governança encontram no compliance um de seus principais pilares. É a partir dele que se fortalece uma cultura baseada em ética, transparência, integridade e equilíbrio nas relações entre sócios, colaboradores, clientes, investidores e fornecedores.

Nos setores de infraestrutura, logística e transportes, essa discussão ganha importância ainda maior. São áreas que movimentam grandes investimentos, operações complexas e relações constantes entre empresas privadas, poder público e sociedade. Nesse ambiente, confiança não é apenas valor institucional. É parte essencial da própria operação.

Uma empresa pode possuir tecnologia avançada, grandes projetos e resultados expressivos. Mas, sem credibilidade, dificilmente sustentará relações sólidas no longo prazo.

Por isso, cada vez mais organizações entendem que reputação também é ativo. Um ativo construído diariamente, decisão após decisão.

Esta coluna nasce para aproximar esse debate da realidade prática das organizações, trazendo reflexões sobre ética, governança, integridade e os desafios do ambiente corporativo contemporâneo.

Porque, no fim das contas, toda grande operação depende de estratégia, eficiência e estrutura, mas depende também de algo menos visível — e talvez ainda mais valioso: confiança.

Nos encontramos no próximo Papo de Compliance.

Contato pelo e-mail: compliance@grupobrasilexport.com.br.

UMA EMPRESA PODE POSSUIR TECNOLOGIA A VANÇADA, GRANDES PROJETOS E RESULTADOS EXPRESSIVOS. MAS, SEM CREDIBILIDADE, DIFICILMENTE SUSTENTARÁ RELAÇÕES SÓLIDAS NO LONGO PRAZO. POR ISSO, CADA VEZ MAIS ORGANIZAÇÕES ENTENDEM QUE REPUTAÇÃO TAMBÉM É ATIVO. UM ATIVO CONSTRUÍDO DIARIAMENTE, DECISÃO APÓS DECISÃO

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 10/06/2026

FINANÇAS - SAÍDA DE CAPITAL E FORÇA DAS BIG TECHS PRESSIONAM O REAL EM MAIO

Dados mostram que os investidores estrangeiros retiraram R\$ 14,104 bilhões da B3 no mês, após ingresso líquido de R\$ 3,179 bilhões em abril

Do Estadão Conteúdo



Com a saída do investidor estrangeiro, o Ibovespa amargou perda de 7,22% em maio

Sinais de esgotamento da tendência de diversificação global de investimentos que favoreceu ativos emergentes ao longo dos primeiros meses do ano ajudam a explicar o tropeço do real em maio, em meio à maior atratividade das ações das 'big techs', afirmam analistas ouvidos pelo Broadcast, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado.

Dados mais recentes da B3 mostram que os investidores estrangeiros retiraram R\$ 14,104 bilhões da bolsa doméstica em maio, após ingresso líquido de R\$3,179 bilhões em abril. Em 2026, o fluxo de capital externo ainda é positivo em R\$ 42,44 bilhões. Com a saída do investidor estrangeiro, o Ibovespa amargou perda de 7,22%, embora ainda avance 7,86% no ano.

O estrategista-chefe da Avenue, William Castro Alves, destaca que houve uma volta do apetite por ações de tecnologia nos EUA no mês passado, com o anúncio de investimentos pesados por parte das empresas de inteligência artificial. O índice Nasdaq, que concentra as ações das big techs, bateu sucessivos recordes ao longo de maio, acumulando ganhos de mais de 8% no mês.

“Os Estados Unidos voltaram a atrair capitais, o que ajuda a fortalecer o dólar. As bolsas americanas estão nas máximas históricas”, afirma Alves. “Os fluxos para emergentes foram direcionados a países com alguma ligação a setores relacionados à inteligência artificial. O Brasil não é um player nesse sentido. Vimos os fluxos para a bolsa brasileira diminuírem bastante nas últimas semanas.”

O gestor de multimercados da AZ Quest, Eduardo Aun, observa que o bom desempenho das big techs pode trazer de volta a tese do “excepcionalismo americano”, que reinava antes do início da diversificação global de carteiras, o que reduziria o apelo de ativos emergentes. Esse quadro se soma



à postura mais conservadora do Federal Reserve em relação à inflação, em um ambiente de atividade resiliente e impulso fiscal nos EUA.

“São vetores para alta do dólar. A dúvida é como o real vai reagir nos próximos meses caso haja um fortalecimento global da moeda americana e se confirme um quadro desfavorável à oposição na eleição presidencial”, afirma Aun.

Economias emergentes

Os economistas Álvaro Frasson e Arthur Mota, do BTG Pactual, afirmam que o real se beneficiou, em boa parte do ano, de um fluxo “nunca antes visto” para economias emergentes, sobretudo para países distantes do conflito no Oriente Médio e com elevada exposição a commodities. Além disso, havia incertezas em torno dos “valuations” das empresas de tecnologia nos EUA.

“Prospectivamente, acreditamos que um cenário de distensionamento dos conflitos geopolíticos deveria provocar um movimento de ajuste ao fluxo recente, seja pela normalização do preço do petróleo, seja pelo ‘momentum’ positivo para ativos de crescimento e tecnologia”, afirmam os economistas, em relatório.

Para o Bradesco, apesar de o fluxo global de realocação de portfólio ter perdido força, o movimento segue oferecendo suporte ao real. A instituição prevê taxa de câmbio ao redor de R\$ 5,00 no fim deste ano e do próximo.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 10/06/2026

FINANÇAS - SALÁRIO É PRIORIDADE NO PAÍS, DIZ CNI

Estudo indica que brasileiro valoriza mais remuneração e estabilidade do que o home office
Do Estadão Conteúdo

Uma pesquisa realizada pela Nexus divulgada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) mostra que salário, estabilidade e perspectiva de crescimento são os fatores mais valorizados na profissão que o trabalhador brasileiro quer exercer nos próximos cinco anos.

Segundo o levantamento, 28,7% dos entrevistados apontaram o salário como o principal diferencial da ocupação desejada. Outros 22,4% assinalaram a estabilidade no emprego, enquanto 20,1% apontaram a perspectiva de crescimento na carreira.

O levantamento mostra que esses fatores superaram, por exemplo, a flexibilidade do horário de trabalho (19,3%), a possibilidade de trabalhar de casa/home office (15,9%) e a jornada de trabalho reduzida (9,8%).

“Mesmo nesse cenário de novas modalidades de trabalho, em que a flexibilidade acaba sendo também uma moeda de troca, esses fatores tradicionais são valorizados e acabam sendo muito associados ao emprego com carteira assinada”, avaliou a especialista em Políticas e Indústria da CNI Claudia Perdigão. Na análise da especialista, essa estrutura de trabalho continua sendo a primeira opção do trabalhador e é o que faz com que ele continue mirando essa relação de trabalho formal no médio e no longo prazo.

A pesquisa ouviu 2.008 pessoas a partir de 16 anos, nos 26 Estados e no Distrito Federal, entre os dias 10 e 15 de outubro de 2025.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 10/06/2026

COMUNICAÇÃO & MARKETING – OPINIÃO - A CRISE SILENCIOSA DAS EMPRESAS NÃO É DE ESTRATÉGIA. É DE SIGNIFICADO.



CÂNDICE LA TERZA

Jornalista e consultora
em Comunicação Corporativa

opinioao@portalbenews.com.br

Durante décadas, executivos foram treinados para tomar decisões, analisar indicadores e construir estratégias competitivas. Tudo isso continua essencial. Mas há uma competência que passou de habilidade complementar para ativo crítico de gestão: a comunicação.

Em um ambiente marcado por transformações constantes, equipes híbridas, excesso de informação e mudanças aceleradas, não basta que a liderança saiba para onde a empresa está indo. É preciso que as pessoas compreendam, acreditem e se mobilizem na mesma direção.

O problema é que muitas organizações ainda tratam a comunicação como consequência da liderança, quando ela é parte integrante dela.

Peter Drucker já afirmava que “a coisa mais importante na comunicação é ouvir o que não foi dito”. A frase, escrita há décadas, tornou-se ainda mais atual. Líderes costumam dedicar enorme energia à definição de metas, processos e indicadores, mas frequentemente ignoram os sinais invisíveis que circulam dentro das equipes: dúvidas não verbalizadas, inseguranças, interpretações equivocadas e desalinhamentos silenciosos.

E é justamente nesse espaço que surgem os maiores riscos.

A maioria das crises organizacionais não nasce de uma decisão errada. Nasce da forma como essa decisão foi comunicada, ou da ausência de comunicação.

Quando a liderança não explica critérios, as pessoas criam suas próprias versões. Quando prioridades mudam sem contexto, surgem especulações. Quando o silêncio ocupa espaço demais, a narrativa informal assume o controle.

A comunicação corporativa obedece a uma lógica simples: o vazio nunca permanece vazio. Se a liderança não ocupa esse espaço com clareza, alguém ocupará com interpretações.

É por isso que a comunicação deixou de ser uma competência associada à oratória. Não se trata de falar melhor. Trata-se de construir entendimento.

Simon Sinek popularizou a ideia de que pessoas não compram o que você faz; elas compram o porquê você faz. O mesmo raciocínio vale para a liderança. Equipes não se engajam apenas em tarefas. Elas se conectam ao significado dessas tarefas.

Quando um líder comunica apenas o “o quê”, obtém execução. Quando comunica também o “porquê”, gera comprometimento.

A diferença parece sutil, mas produz impactos profundos sobre cultura, inovação e desempenho.

Os profissionais mais qualificados não abandonam empresas apenas por remuneração. Muitas vezes saem porque perderam conexão com o propósito, com a estratégia ou com a própria liderança. Em outras palavras, deixam ambientes onde a comunicação falhou em gerar pertencimento.

Outro equívoco comum é associar presença à quantidade de reuniões ou mensagens enviadas. Presença comunicacional não é volume. É relevância.

Um líder presente traduz complexidade, contextualiza decisões, esclarece prioridades e reduz ruídos. Ele compreende que sua principal responsabilidade não é apenas decidir, mas ajudar as pessoas a compreenderem as decisões.

Nesse sentido, a comunicação funciona como infraestrutura organizacional invisível. Quando ela é sólida, quase ninguém percebe sua existência. Quando falha, todos sentem seus efeitos.

Warren Bennis, um dos maiores estudiosos da liderança, dizia que líderes são pessoas capazes de transformar visão em realidade. Mas essa transformação só acontece quando a visão consegue ser compartilhada, compreendida e incorporada por outras pessoas.

Nenhuma estratégia gera resultado se permanecer confinada à sala da diretoria.

No cenário atual, marcado por incertezas permanentes, a capacidade de comunicar tornou-se uma das maiores vantagens competitivas de qualquer organização. Empresas podem copiar produtos, processos e tecnologias. O que não conseguem replicar facilmente é uma cultura construída por líderes que geram clareza, confiança e direção.

A comunicação não é um acessório da liderança. É o mecanismo pelo qual a liderança acontece.

E talvez esteja aí uma das reflexões mais importantes para os executivos de hoje: pessoas raramente seguem cargos. Elas seguem significado.

Quem compreende isso não usa a comunicação apenas para transmitir informações. Usa para construir confiança, alinhar expectativas e transformar estratégia em ação.

Porque, no final, liderar nunca foi apenas decidir o caminho. Sempre foi fazer com que as pessoas queiram percorrê-lo juntas.

Cândice La Terza escreve quinzenalmente para o BE News, com seus textos sendo publicados às quartas-feiras.

A COMUNICAÇÃO NÃO É UM ACESSÓRIO DA LIDERANÇA. É O MECANISMO PELO QUAL A LIDERANÇA ACONTECE. E TALVEZ ESTEJA AÍ UMA DAS REFLEXÕES MAIS IMPORTANTES PARA OS EXECUTIVOS DE HOJE: PESSOAS RARAMENTE SEGUEM CARGOS. ELAS SEGUEM SIGNIFICADO

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 10/06/2026

JUSTIÇA - CONDENADOS DO 8/1 COBRAM ANÁLISE DO STF SOBRE LEI DA DOSIMETRIA

A norma aprovada pelo Congresso e suspensa por Alexandre de Moraes reduz as penas e beneficia o ex-presidente Jair Bolsonaro

Do Estadão Conteúdo



Moraes já recebeu também da Câmara dos Deputados e do Senado Federal pedido para o fim da suspensão da lei

A Associação dos Familiares e Vítimas de 8 de Janeiro (Asfav), que representa as pessoas condenadas pelos ataques à sede dos Três Poderes, em Brasília, pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) que dê andamento à análise da Lei da Dosimetria. A entidade afirma que “não existem providências processuais pendentes que impeçam a análise do caso”.



Aprovada pelo Congresso Nacional após derrubada de veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), a norma reduz as penas aplicadas aos envolvidos e beneficia o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Ela está suspensa há cerca de um mês por decisão cautelar, de caráter provisório e urgente, do ministro Alexandre de Moraes.

A suspensão ocorreu no âmbito do caso de uma mulher condenada a 16 anos de prisão por participação nos atos. A defesa pleiteou a redução de pena prevista pela nova norma, mas o ministro avaliou que o pedido requer que o STF tenha analisado as Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) que questionam se a Lei da Dosimetria fere a Constituição Federal. Elas foram ajuizadas pela Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e pela a federação partidária PSOL-Rede.

Em manifestação enviada à Corte, a Associação dos Familiares e Vítimas de 8 de Janeiro afirma que o tema já reúne condições para seguir para a próxima fase de tramitação, uma vez que a Advocacia-Geral da União (AGU) já se manifestou no processo e o prazo concedido à Procuradoria-Geral da República (PGR) para apresentar parecer terminou sem que houvesse posicionamento formal.

“Enquanto não houver decisão sobre os pedidos cautelares, centenas de condenados e seus familiares permanecem submetidos a um cenário de insegurança jurídica quanto à aplicação da nova lei”, diz a Asfav.

Segundo balanço do STF divulgado no mês de maio, um total de 1 402 pessoas foram responsabilizadas por participação nos atos de 2023. 29 delas integram os núcleos principais da trama golpista, incluindo Bolsonaro; 402 respondem por crimes graves; e 419 por crimes de menor gravidade.

Outros 552 casos foram resolvidos com acordos de não persecução penal (ANPPs), em que o caso é encerrado mediante confissão dos investigados e cumprimento alternativo de penas. Das 1.402 pessoas, 190 permaneciam presas: 111 em regime fechado, 55 em prisão domiciliar e três em regime semiaberto.

AGU

Nas ações que questionam a dosimetria, os autores argumentam que a nova lei cria tratamento mais favorável para crimes de ruptura institucional e que fere o princípio da individualização da pena ao criar mecanismos automáticos para reduzir penas e facilitar a progressão de regime, sem analisar de forma individual a conduta de cada réu.

Em sua manifestação, a AGU pediu ao STF para que o dispositivo seja imediatamente suspenso e, ao fim do julgamento, declarado inconstitucional. “Ao reduzir de forma drástica e injustificada o nível de resposta estatal contra crimes que visam à abolição violenta do Estado de Direito, a lei impugnada esvazia o dever positivo de guarda da ordem democrática, deixando os bens jurídicos centrais da República em situação de vulnerabilidade e desamparo normativo”, defendeu.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 10/06/2026

JUSTIÇA - MORAES AUTORIZA INSCRIÇÃO DE PRESO NO ENEM

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou o general da reserva Paulo Sérgio Nogueira, preso pela trama golpista, a se inscrever no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2026. As provas estão previstas para ocorrer nos dias 8 e 15 de novembro.

O pedido foi apresentado pela defesa do militar, que tem 67 anos. Ao autorizar a inscrição, Moraes destacou que a execução penal “tem por objetivo efetivar as disposições de sentença e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado”, utilizando como um dos meios a remição da pena pelo trabalho ou estudo.

Trata-se do direito de diminuir dias da pena por meio de atividades laborais ou educacionais.

Paulo Sérgio ocupou os cargos de Comandante do Exército e ministro da Defesa no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Ele foi condenado pelo STF a 19 anos de prisão em regime fechado por integrar o “núcleo crucial” da trama golpista, destinada a manter Bolsonaro no poder após as eleições de 2022.

O militar da reserva foi enquadrado nos crimes de organização criminosa armada, golpe de Estado, tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, deterioração de patrimônio tombado e dano qualificado contra o patrimônio da União.

Ele está preso no Comando Militar do Planalto, em Brasília, desde novembro do ano passado, e cumpriu 197 dias de pena, sem registro de remições até o momento.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 10/06/2026

JUSTIÇA - TOFFOLI TOMA POSSE NO TSE E DIZ QUE A JUSTIÇA NÃO DECIDE ELEIÇÃO

Ministro assumiu a vaga deixada por Cármen Lúcia, que completou seu mandato de dois anos na Corte eleitoral

Da Agência Brasil

O ministro Dias Toffoli tomou posse nesta terça-feira (9) no cargo de ministro efetivo do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), órgão responsável pela organização das eleições de outubro.

Toffoli ocupará a vaga de Cármen Lúcia, que deixou o tribunal após completar mandato de dois anos no comando da Corte.

Em um breve discurso, o ministro disse que terá o compromisso de garantir a soberania do voto do eleitor nas eleições. “Quem decide o processo eleitoral é o povo, não é a Justiça.



Quem decide o voto é o senhor do voto. O efetivo momento em que todos brasileiros são efetivamente iguais é no momento de depositar o voto na urna eletrônica”, afirmou.

Ao lado do presidente do TSE, Nunes Marques, o ministro Dias Toffoli (à dir.) reforçou o compromisso de garantir a soberania do voto

O ministro Dias Toffoli, inclusive, já participou da agenda desta terça no TSE. Ele esteve no julgamento da liminar do ministro Kassio Nunes Marques, que proibiu novas divulgações de pesquisa AtlasIntel (que apontou queda de seis pontos percentuais na intenção de voto no senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) para a presidência da República).

O julgamento foi suspenso após pedido de vista da ministra Estela Aranha. Antes disso, Toffoli chegou a defender a criação de parâmetros em relação ao futuro.

“Não estamos a julgar esta pesquisa, esta já foi divulgada e já surtiu efeito. O que estamos a definir aqui é quais são os parâmetros em relação a toda e qualquer pesquisa e todo e qualquer candidato”, afirmou.



“O que nós vamos decidir neste caso, é o futuro: pesquisa pode tudo ou não pode tudo, e qual é o limite entre o que é induzimento e o que não é induzimento. Esse limite não pode ser subjetivo”, acrescentou. O ministro André Mendonça emendou: “Nem tendencioso”.

Toffoli também disse que “o povo decide quais institutos são sérios e quais não são sérios”. “Eu sinceramente, por mim, não precisaria” estar passando por um julgamento como esse, porque para mim as pesquisas deveriam ser liberadas completamente”, afirmou.

Para o ministro, “pesquisa é para medir opinião pública, não é para formar opinião pública”.

Composição

O TSE é composto por sete ministros, sendo três do STF, dois do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e dois advogados indicados pelo presidente da República, além dos respectivos substitutos.

A partir de agora, a nova composição de ministros será: Kassio Nunes Marques (presidente), André Mendonça (vice-presidente), Dias Toffoli, Antonio Carlos Ferreira (STJ), Ricardo Villas Boas Cueva (STJ), Floriano Azevedo Marques (jurista) e Estela Aranha (jurista).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 10/06/2026

JUSTIÇA - PGR DEFENDE REJEIÇÃO DE PEDIDO DO PL

Partido quer derrubar decisão de Flávio Dino que altera as regras da eleição em Roraima

Do Estadão Conteúdo

A Procuradoria-Geral da República (PGR) defendeu que o Supremo Tribunal Federal (STF) não analise pedido apresentado pelo PL para derrubar decisão do ministro Flávio Dino que alterou as regras da eleição suplementar para o governo de Roraima, marcada para 21 de junho. O partido pedia que o presidente da Corte, Edson Fachin, suspendesse a liminar do colega.

Em parecer enviado nesta segunda-feira, 8, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, lembrou que os pedidos de suspensão de liminar são destinados a decisões proferidas por tribunais inferiores e mencionou precedentes que afastam a possibilidade de um ministro rever monocraticamente decisões de outro magistrado do STF.

Segundo ele, a jurisprudência consolidada do Supremo afasta esse tipo de revisão interna, uma vez que não existe hierarquia entre os ministros. “Entendimento diverso viabilizaria a atuação do presidente deste Supremo Tribunal como espécie de revisor das medidas liminares proferidas pelos demais Ministros”, afirmou o procurador-geral.

Ao explicar por que se manifesta pelo não conhecimento, Gonet também sustentou que partidos políticos não têm legitimidade jurídica para apresentar esse tipo de pedido para impugnar decisão judicial. A possibilidade, afirmou, cabe ao Ministério Público ou à pessoa jurídica de direito público quando há risco de grave lesão à ordem, à saúde, segurança e à economia públicas no cumprimento da decisão.

No fim do mês passado, Dino determinou que o Tribunal Regional Eleitoral de Roraima (TRE-RR) revisse as regras do pleito suplementar. O tribunal havia fixado prazo de 24 horas para que candidatos escolhidos nas convenções partidárias deixassem seus cargos para concorrer, a chamada descompatibilização.

A decisão de Dino está sujeita à validação pelo plenário da Corte em julgamento virtual marcado para ocorrer entre os dias 12 e 19 de junho. As eleições seguem marcadas para o dia 21.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 10/06/2026

JUSTIÇA - OPINIÃO - DIREITO - TPA, ADICIONAL DE RISCO E O ERRO QUE A JUSTIÇA DO TRABALHO INSISTE EM REPETIR



LIZANDRA ALMEIDA PRADO

Advogada trabalhista no Sammarco Advogados

opinioao@portalbenews.com.br

A Justiça do Trabalho não raras vezes tem tratado o adicional de risco do trabalhador portuário avulso como se fosse consequência automática da mera condição de TPA, em evidente afrouxamento das premissas fáticas necessárias ao deferimento da parcela.

Esse movimento interpretativo, embora muitas vezes travestido de aplicação da isonomia constitucional, produz um desvio técnico importante: substitui a análise concreta dos requisitos do direito material por uma lógica presumida de condenação. Em vez de se examinar, com rigor, se estão presentes os pressupostos definidos pela jurisprudência vinculante do Supremo Tribunal Federal, parte-se da condição de trabalhador portuário avulso como se ela, por si só, já bastasse para justificar o pagamento.

Mas não é assim.

Em julgamento recente, a 1ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho reformou o acórdão regional e julgou improcedente a ação trabalhista, afastando a condenação ao pagamento do adicional de risco. O fundamento adotado merece atenção especial de todos que atuam em demandas envolvendo trabalho portuário avulso, porque recoloca a controvérsia em seus trilhos técnicos e revela, com clareza, os limites da interpretação que vem sendo adotada em muitos processos.

O ponto central está na correta leitura do Tema 222 do STF.

A tese firmada pelo Supremo não autoriza uma extensão automática, abstrata ou genérica do adicional de risco ao TPA. O precedente vinculante diz outra coisa: o adicional somente pode ser estendido ao trabalhador portuário avulso quando houver trabalhador com vínculo permanente, em condições equivalentes, recebendo a mesma parcela. Não se trata, portanto, de uma autorização ampla para condenações assentadas apenas na ideia genérica de igualdade de direitos. Trata-se de uma isonomia juridicamente qualificada, dependente de premissas concretas e demonstráveis.

Parece uma distinção simples, mas ela altera profundamente o rumo da discussão. Reconhecer a isonomia entre trabalhador avulso e trabalhador com vínculo permanente é uma coisa; convertê-la em presunção automática de condenação é outra, inteiramente diversa. Do mesmo modo, admitir que, presentes determinados requisitos, não se justifica tratamento desigual não se confunde com dispensar a prova desses requisitos e transformar a igualdade em fundamento genérico para o deferimento da parcela.

E foi justamente esse desvio que o TST corrigiu no caso concreto.

Ao reexaminar a controvérsia, a Corte destacou que o TRT havia reconhecido o direito ao adicional de risco sem registrar a premissa fática indispensável fixada pelo STF: a demonstração de pagamento da parcela a trabalhador com vínculo permanente em condições equivalentes. Sem esse dado, a condenação não se sustenta. O que faltava, portanto, não era mero detalhe argumentativo, nem formalismo excessivo. Faltava justamente o elemento que autorizaria a incidência do precedente vinculante.

Esse ponto é especialmente relevante porque devolve a controvérsia ao seu devido plano técnico. O Tema 222 do STF não autoriza condenações assentadas em formulações abstratas de isonomia, tampouco em presunções derivadas da mera atuação do trabalhador em ambiente portuário. Sua incidência exige a demonstração, no caso concreto, dos pressupostos fáticos definidos pela própria Suprema Corte.

Essa observação é especialmente importante porque, no processo do trabalho, há certa inclinação a converter teses protetivas em fórmulas de julgamento. O problema é que, quando isso ocorre, o precedente deixa de ser aplicado e passa a ser apenas citado. Há uma grande diferença entre usar um precedente como fundamento normativo efetivo e usá-lo apenas como referência para uma conclusão previamente assumida. No primeiro caso, respeita-se a ratio decidendi. No segundo, esvazia-se o conteúdo vinculante da decisão.

A decisão do TST também chama atenção por outro aspecto: o resultado foi alcançado em fase recursal extraordinária, com provimento do agravo de instrumento e, depois, do recurso de revista, culminando na exclusão integral da condenação. Ou seja, não se trata de simples ajuste na decisão, mas de efetiva reforma do julgado regional, em matéria que vinha sendo decidida, não raramente, sob premissas demasiadamente flexíveis.

Na prática, o precedente reafirma que o adicional de risco do TPA não pode ser tratado como verba automática. Reafirma, também, que o Tema 222 do STF exige aderência concreta aos seus pressupostos, não bastando sua invocação em termos abstratos. E mais: evidencia que condenações genéricas, desacompanhadas da premissa fática exigida pelo precedente vinculante, permanecem sujeitas a revisão. Em última análise, a decisão recorda algo elementar, mas nem sempre observado: a técnica de julgamento importa. Não se pode partir de uma conclusão e apenas depois buscar no precedente uma forma de justificá-la; é preciso verificar, antes de tudo, se o caso concreto realmente se amolda ao que foi decidido pela Suprema Corte.

Para quem atua em processos dessa natureza, trata-se de decisão de grande peso e com claro potencial de repercussão em outras demandas análogas. Não apenas porque favorece, em termos práticos, a revisão de condenações indevidamente assentadas, mas também porque reafirma algo que deveria ser elementar: precedente vinculante não dispensa a demonstração concreta dos pressupostos fáticos que autorizam sua incidência.

No processo do trabalho, o problema nem sempre está apenas no resultado, mas na forma como ele é construído. E precedente vinculante exige mais do que mera citação: exige aderência efetiva às premissas que autorizam sua incidência.

Lizandra Almeida Prado e os demais profissionais do Sammarco Advogados escrevem quinzenalmente para o BE News.

NO PROCESSO DO TRABALHO, HÁ CERTA INCLINAÇÃO A CONVERTER TESES PROTETIVAS EM FÓRMULAS DE JULGAMENTO. O PROBLEMA É QUE, QUANDO ISSO OCORRE, O PRECEDENTE DEIXA DE SER APLICADO E PASSA A SER APENAS CITADO

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 10/06/2026

INTERNACIONAL - ELEIÇÃO NO PERU: SÁNCHEZ TEM PEQUENA VANTAGEM SOBRE FUJIMORI

Até esta terça-feira, a diferença do candidato de esquerda para a representante da direita era de apenas 19 mil votos

Do Estadão Conteúdo



A disputa entre Roberto Sánchez e Jeiko Fujimori segue indefinida com 95,9% das urnas apuradas

A disputa pelo segundo turno da eleição presidencial do Peru segue acirrada, com o



candidato de esquerda Roberto Sánchez Palomino à frente com uma pequena margem de 19,8 mil votos da candidata de direita Keiko Fujimori. Com 95,9% das urnas apuradas até então, o resultado seguia imprevisível.

Enquanto Sánchez marcava 50,056% dos votos nesta terça, Keiko estava com 49,944%. A diferença entre os dois reduziu nas últimas horas do dia, com o crescimento dos votos para Fujimori.

Sánchez ultrapassou numericamente Keiko no início da tarde desta segunda-feira (8), quando o país chegou a 93,9% das urnas apuradas.

No início da apuração, quando apenas 20% das urnas haviam sido processadas, Keiko chegou a estar 200 mil votos à frente de Sánchez, devido ao fato de as urnas de Lima, a capital, terem sido computadas primeiro.

O Jurado Nacional de Eleições (JNE), a autoridade máxima eleitoral do Peru, afirmou que os resultados definitivos devem ser divulgados apenas em “meados de julho”. Isso porque foi acrescentado ao processo de apuração um novo mecanismo obrigatório de recontagem de votos em mesas que apresentaram alguma inconsistência.

O JNE informa que, até o momento, foram recebidas 1 mil atas “em observação”, que precisaram passar por nova contagem com a presença de observadores de partidos e fiscais.

Das mais de 92,7 mil atas da eleição peruana, cerca de 2,2 mil ainda precisam ser contabilizadas, segundo a Oficina Nacional de Processos Eleitorais (ONPE) do Peru.

Dessas, 1,7 mil são de mesas do exterior, onde a candidata Keiko Fujimori vem apresentando vantagem. Até o meio-dia desta terça-feira, apenas 30,2% das atas do exterior tinham sido contabilizadas, dando 65,4% dos votos para Keiko e 34,5% para Sánchez.

Keiko x Sánchez

Roberto Sánchez e Keiko Fujimori disputam o mandato presidencial no Peru para o período de 2026 a 2031, de cinco anos. O vencedor será o nono presidente do país sul-americano em dez anos de crise política. Desde 2016, dois presidentes renunciaram e quatro foram destituídos pelo parlamento peruano, tido como o poder de fato no país.

Filha do ex-ditador Alberto Fujimori (1990- 2000), condenado por violações de direitos humanos, o que inclui esterilização forçada de mulheres indígenas, Keiko perdeu nas últimas três eleições no 2º turno, em 2011, 2016 e 2021.

Do outro lado, está Roberto Sánchez, aliado do ex-presidente Pedro Castillo, destituído, preso e condenado por tentativa de golpe de Estado ao tentar dissolver o Parlamento. Para seus apoiadores, Castillo foi vítima de um golpe do Legislativo por representar o voto rural e indígena do país.

Psicólogo de formação, Sánchez é deputado federal pelo partido Todos pelo Peru, tendo sido ministro de Castillo. Assim que votou no domingo (7) em Lima, Sánchez foi até o presídio de Barbadillo, onde Castillo está detido, permanecendo no local até a divulgação dos primeiros resultados parciais.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 10/06/2026

INTERNACIONAL - NOS EUA, DEMOCRATAS VISAM O SENADO

Partido precisa de 4 vagas para retomar a maioria; esperança cresce em alguns estados

Do Estadão Conteúdo

Eleitores dos estados do Maine, Nevada, Carolina do Sul e Dakota do Norte foram às urnas nesta terça-feira, 9, em mais um dia de eleições primárias nos Estados Unidos, mas grande parte do mundo político estará focado na disputa pelo Senado no Maine, que tem grandes apostas.

Os resultados não estão em questão. Nem a senadora republicana incumbente Susan Collins nem o desafiante democrata Graham Platner enfrentam oposição séria pela nomeação de seus partidos. E, ainda assim, a terça-feira marcou um momento especialmente significativo para Platner - o veterano em dificuldades e fazendeiro de ostras, que está lutando para reconstruir sua credibilidade em uma campanha abalada por controvérsias.

O candidato democrata ao Senado do Maine foi recentemente acusado de enviar mensagens de texto sexualmente explícitas para várias mulheres enquanto era casado com sua esposa, Amy Gertner.

A campanha de Platner também passou meses navegando por controvérsias sobre uma tatuagem de um símbolo nazista que ele cobriu e seu histórico de postagens online inflamatórias.

Em outros lugares, a influência do presidente Donald Trump dentro de seu partido será novamente testada em estados como Carolina do Sul e Nevada, onde ele endossou seus favoritos. Os democratas esperam ganhar impulso em Nevada em sua tentativa mais ampla de recuperar assentos chave de governadores.

O Partido Democrata precisa conquistar quatro assentos para retomar a maioria no Senado e acredita que algumas de suas melhores chances estão em estados como Maine, Carolina do Norte, Alasca e Ohio.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 10/06/2026



JORNAL O GLOBO – RJ

PEC DO FIM DA ESCALA 6X1 CONCORRE NO SENADO COM PROPOSTA DE CONTRATAÇÃO POR HORA: ESPECIALISTAS APONTAM AS DIFERENÇAS

Proposta de Trabalho Flexível mantém jornada em 44h semanais. É possível ter duas folgas, mas com impacto na remuneração. Modelo dá ênfase a acordos individuais entre empregado e empregador
Por Vinicius Neder, Mayra Castro, Lauriberto Pompeu e Victoria Azevedo — Rio e Brasília



Associações empresariais afirmam ser contra modelo único e rígido de jornada e apoiam proposta de Marinho — Foto: Gabriel de Paiva/Agência O Globo

Com a proposta de emenda à Constituição (PEC) que reduz o limite da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais e acaba com a escala 6x1 (seis dias de trabalho seguidos de uma folga) prestes a começar a ser discutida no Senado, após a aprovação no mês passado na Câmara, entidades empresariais divulgaram ontem uma carta pública defendendo a alternativa do senador Rogério Marinho (PL-RN), a PEC 12, do Trabalho Flexível.

Em outra PEC, Marinho, coordenador da campanha do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) para as eleições presidenciais de outubro, vai além da jornada e propõe uma reformulação do modelo de contratação do trabalho no país, disseram especialistas ouvidos pelo GLOBO.

A reformulação está no incentivo à contratação por hora trabalhada. Isso já existe no contrato intermitente, introduzido na Reforma Trabalhista de 2017 — o projeto de lei da reforma foi relatado por

Marinho, quando era deputado federal. Nesse modelo, o empregado é contratado sem jornada definida e fica à espera.

Quando o empregador tem a necessidade, convoca sob demanda, e o trabalhador tem um prazo para responder se aceita — depois, ganha por hora efetivamente trabalhada. Um mesmo trabalhador pode ter vários contratos do tipo.

A PEC do senador Marinho não altera a jornada. O limite máximo, na Constituição, seguiria em oito horas por dia e 44 horas semanais, com um dia de folga por semana. O impulso à contratação por hora vem do principal ponto da PEC: dar prevalência aos acordos individuais, entre empregado e empregador, que vêm junto do contrato de trabalho quando a carteira é assinada.

Conforme a proposta, no que se refere à jornada, o contrato individual valeria mais do que os acordos coletivos e convenções, firmados pelos sindicatos.

Acordos coletivos

Hoje, os acordos coletivos têm servido de barreira aos contratos intermitentes. Conforme a advogada trabalhista Carolina Tupinambá, sócia do escritório Tupinambá Advogados e professora da Uerj e da UniRio, a oposição dos sindicatos vem prevalecendo, embora até haja questionamentos sobre essa oposição na Justiça do Trabalho.

Com isso, em 2025, havia 547 mil contratos de trabalho intermitente, com remuneração média de R\$ 690,86 por mês, diante de um total de 45 milhões de vínculos, segundo levantamento do Dieese. E, entre os intermitentes, 61,5% não tiveram atividade, ou seja, os trabalhadores não aceitaram convocações dos empregadores, disse Adriana Marcolino, diretora técnica do Dieese.

Segundo Agostinho Zechin Pereira, sócio da área Trabalhista do escritório Lemos Advocacia, os contratos intermitentes ficaram restritos a alguns nichos. É o caso de hotéis ou restaurantes que mantêm garçons contratados, mas sem trabalhar, para convocá-los apenas em momentos de pico de demanda. No geral, os acordos coletivos prevalecem.

Pereira lembrou que os acordos individuais já prevalecem no caso do empregado “hipersuficiente” — o trabalhador que ganha acima de duas vezes o teto dos benefícios do INSS (cerca de R\$ 17 mil por mês) e tem ensino superior:

— A PEC faz uma releitura, jogando o “hipersuficiente” para todo mundo.

Sindicatos sempre se opuseram à prevalência dos acordos individuais. Argumentam que a maioria dos empregados, especialmente os de baixa escolaridade e menor remuneração, costuma ter poucas condições de negociar com o empregador.

— Com essa proposta, a jornada continuaria com o teto de 44 horas por semana e com um dia de descanso. A diferença é que as pessoas poderão ser contratadas para trabalhar poucas horas. Se quiser ter dois dias de descanso por semana e trabalhar menos, poderá, mas terá o ganho mensal reduzido — afirmou Adriana, do Dieese.

Para Carolina, do Tupinambá Advogados, tanto a PEC do senador Marinho quanto a PEC que acaba com escala 6x1, aprovada na Câmara, erram ao tirar força dos instrumentos coletivos:

— As duas PECs são muito ruins, porque as duas vão contra negociação coletiva, que é a melhor coisa.

Formalização

Os defensores do contrato intermitente citam a possibilidade de maior formalização — afinal, o trabalhador que faz “bicos” pode passar a ter carteira assinada —, mas, como o modelo tem sido pouco usado, isso não ocorreu. A taxa de informalidade, medida pelo IBGE, está nas mínimas históricas, mas pouco abaixo do que era em 2017.



Pereira, do Lemos Advocacia, considera difícil prever como o modelo de contratação por hora, que seria impulsionado pela PEC alternativa do senador Marinho, resultará em maior formalização.

Rodrigo Chagas Soares, sócio do escritório Granadeiro Advogados, lembrou que, pela CLT, alterações em contratos de trabalho vigentes não podem ser lesivas ao empregado e devem ser de comum acordo.

Passar a pagar por hora, garantindo todos os direitos, com pagamento proporcional, mesmo que o salário mensal diminua, não necessariamente seria lesivo — o Tribunal Superior do Trabalho (TST) já reconheceu a legalidade do pagamento do salário mínimo por hora e não por mês, disse Soares.

Já Alexandre de Almeida Cardoso, sócio na área de Direito Trabalhista e Previdenciário do escritório TozziniFreire, vê a PEC do senador Marinho mais como uma medida para oferecer mais flexibilidade na contratação de mão de obra, especialmente em atividades econômicas que têm demanda sazonal, que precisam de mais pessoal em determinados períodos.

O advogado não crê numa substituição do modelo atual de contratação pela contratação por hora trabalhada:

— A proposta prevê que o valor da hora seja proporcional ao salário mínimo. Não vejo problemas. E dá mais autonomia às negociações individuais, mas com a preservação dos direitos trabalhistas, que estão inclusive previstos na Constituição.

O que dizem as entidades empresariais

As entidades empresariais reafirmaram ao GLOBO a posição da carta aberta de ontem. A CNC, do setor de comércio e serviços, afirmou que “a definição das jornadas de trabalho deve ser mantida no âmbito das negociações coletivas entre patrões e empregados”.

Em vídeo, a CNA, da agropecuária, argumentou que a PEC do senador Marinho permite uma jornada mais “flexível e dinâmica”, adaptada à realidade atual.

Em áudio, Ricardo Alban, presidente da CNI, que representa a indústria, ressaltou as vantagens da flexibilidade e demonstrou receio com elevações de custo de mão de obra.

A Firjan ressaltou que “um modelo único e rígido de jornada não é capaz de atender, com eficiência, à diversidade do mercado de trabalho brasileiro”.

Ontem, enquanto a PEC que acaba com a escala 6x1 aguardava o início da tramitação no Senado, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), disse que pediu ao governo para retirar o regime de urgência do projeto de lei enviado para tratar do mesmo tema. Acordo feito entre Motta e governo estabeleceu que o projeto enviado pelo Palácio do Planalto serviria para regulamentar pontos da PEC, mas o regime de urgência trava outras votações na Câmara.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 10/06/2026

JUSTIÇA DO DF DERRUBA DECISÃO QUE SUSPENDIA LEILÃO DE 'RESERVA' DE ENERGIA

Resultados do certame foram homologados pela Aneel nesta terça-feira; impacto de contratação chega a R\$ 515 bilhões

Por Bernardo Lima — Brasília

A Justiça do Distrito Federal derrubou a decisão que suspendia o leilão feito pelo governo em março deste ano para contratar uma reserva de energia para o sistema e que pode custar R\$ 48 bilhões por ano aos consumidores.

O certame enfrentou disputa judicial desde 2025, e neste ano contratou o maior volume de potência da história do setor, a um custo total de R\$ 515 bilhões a serem pagos nas contas de luz. Na segunda-feira, a Justiça Federal, no Ceará, determinou a suspensão do resultado do leilão até que o caso fosse apreciado pela Justiça do Distrito Federal.



Setor esperava leilão de reserva de capacidade há três anos. Realizado em março, foi alvo de ações no TCU, Justiça Federal, MPF e no Cade — Foto: Custódio Coimbra/agência O Globo

Nesta quarta-feira, o juiz Manoel Pedro Martins de Castro Filho, do DF, manteve a validade do leilão.

O resultado do leilão de reserva foi homologado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) ontem.

Para o juiz Manoel Pedro Martins, não há perigo de dano ao Erário público com o mantimento dos resultados. Ele também considerou que

A Aneel já havia entendido que a decisão do Ceará não impedia a homologação dos resultados, sob a interpretação que a ordem judicial já havia sido cumprida.

O órgão já havia homologado uma parte do leilão, mas a maioria dos resultados foram confirmados na reunião desta terça, que aprovou a entrada em operação de usinas em 2027, 2028, 2029, 2030 e 2031.

O leilão era esperado pelo setor há três anos e chegou a ser previsto para ocorrer em 2025. Além da Justiça, o leilão era alvo do Tribunal de Contas da União (TCU). Na semana passada, porém, o subprocurador-geral do Ministério Público junto ao TCU, Lucas Furtado, encaminhou ofício ao ministro Jorge Oliveira no qual abandona a posição anterior de defender a suspensão do leilão. Ele afirma que errou ao atribuir, em sua manifestação inicial, peso predominante ao preço a ser pago pelos consumidores em detrimento da estabilidade e da segurança do sistema elétrico, “que são essenciais tanto para os consumidores quanto para os investidores que atuam em um horizonte de longo prazo”.

Diferentemente de um leilão tradicional, em que se compra o volume de energia, esse tipo de concorrência trata da disponibilidade de potência. O sistema paga para que a usina tenha capacidade de fornecer energia rapidamente ao ser acionada pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

Especialistas argumentam que o leilão era necessário para garantir a segurança do sistema elétrico nacional.

O que pesa para o consumidor

Nos cálculos da consultoria TR Soluções, a contratação das usinas deve custar R\$ 48 bilhões de custo anual para a conta de luz dos consumidores a partir de 2032. Segundo a estimativa da consultoria, isso significa que o país contratou um aumento já certo em seis anos, de 7,5% na conta de luz do consumidor residencial.

Os efeitos devem ser mais fortes a partir de 2029, quando a maioria das usinas entrará em operação. No entanto, já será possível verificar aumento médio de 0,4% na conta de luz este ano, afirma o diretor de Regulação da TR Soluções, Helder Sousa. As primeiras usinas começam a funcionar em agosto.

A fatura deve subir porque os consumidores terão de arcar com R\$ 515,7 bilhões em receitas aos geradores de energia vencedores do leilão ao longo dos contratos.

Cerca de 60% do preço da conta de luz paga pelos consumidores reflete o pagamento da geração, transmissão e distribuição da energia consumida pelo Sistema Interligado Nacional (SIN). É aí que

entra o custo do leilão, na geração da energia com a contratação das usinas. O preço dos contratos pagos às empresas é diluído na conta de luz dos consumidores ao longo dos próximos anos.

Já a Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas (Abraget) afirma que a realização do leilão de reserva é uma medida essencial para garantir segurança à gestão do sistema elétrico nacional. A entidade usa um estudo da Thymos para sustentar que o país teria custo estimado de blecautes e racionamentos de R\$ 970 bilhões ao longo dos próximos 15 anos, caso o certame não fosse realizado.

“A confiabilidade do sistema elétrico é um bem público dos brasileiros. A validação do Lrcae (nome do leilão) é um processo necessário para assegurar a confiabilidade do sistema. Fontes renováveis precisam coexistir com a geração a gás natural para dar segurança ao sistema e acompanhar o crescimento econômico. Arriscar a segurança energética do país é colocar o futuro da economia do Brasil em um caminho perigoso e incerto”, disse a associação.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 10/06/2026

TCU APROVA CONTAS DO GOVERNO LULA, MAS FAZ RESSALVA SOBRE CORREIOS

Ministros analisaram números relativos ao ano passado e decisão final cabe ao Congresso Nacional
Por Geralda Doca — Brasília



Sede do TCU, em Brasília — Foto: Pablo Jacob/Agência O Globo

O Tribunal de Contas da União (TCU), aprovou nesta quarta-feira as contas do governo Lula em 2025, mas com várias ressalvas e alertas. Um dos pontos levantados foi o aval da União ao empréstimo de R\$ 12 bilhões aos Correios no ano passado que, segundo a Corte, foi feito sem embasamento técnico. O tribunal determinou que sejam revistos não só riscos dessa operação, mas também do novo empréstimo no valor de R\$ 6 bilhões previsto para até

2027.

Outra ressalva diz respeito à situação econômica das estatais não dependentes do Tesouro Nacional com sucessivos prejuízos até 2030 e exigências de aportes da União. Sem o devido monitoramento, esses prejuízos podem acabar sendo transferidos diretamente para toda a sociedade brasileira.

Também faz parte das ressalvas, o uso crescente de fundos para operar políticas de concessão de crédito que não afetam as regras fiscais, como o limite de despesas do arcabouço ou a meta de resultado primário, mas contribuem para ampliar a dívida pública do país. Em 2026, ano eleitoral, o governo Lula seguiu ampliando essa prática, de olho na reeleição..

O relatório elaborado pelo ministro Benjamin Zymler foi aprovado por unanimidade pelo plenário. A decisão final sobre as contas do governo cabe ao Congresso Nacional.

— Nós opinamos pela aprovação da execução orçamentária no exercício de 2025, mas apontamos uma lista de inconformidades que precisam ser sanadas — disse o ministro ao ler o voto.

A sessão extraordinária, realizada na manhã desta quarta-feira, foi acompanhada pelos ministros do Planejamento, Bruno Moretti, da Controladoria-Geral da União (CGU), Vínicius de Carvalho, e da Casa Civil, Míriam Belchior.

Em 2025, o governo cumpriu a meta fiscal, mas com várias exclusões e em um ambiente de juros elevados e trajetória ascendente da dívida pública, o que põem em risco credibilidade das regras

fiscais, segundo a corte. A meta do ano passado foi receitas iguais às despesas, com tolerância de um déficit de até 0,25% do Produto Interno Bruto (PIB).

O governo federal encerrou 2025 com déficit primário de R\$ 58,687 bilhões, equivalente a 0,46% do PIB. Contudo, o volume de despesas excluídas da meta fiscal chegou a R\$ 48,7 bilhões.

Um dos principais alertas do TCU diz respeito à sustentabilidade da dívida: segundo estimativa da corte há um hiato de R\$ 306,2 bilhões. Ou seja, refere-se, a diferença calculada entre o esforço fiscal planejado e o resultado fiscal efetivo para equilibrar a dívida. Mesmo com o crescimento econômico e arrecadação recorde, a dívida pública passou a atingir 78,7% do PIB em 2025. Ou seja, o país arrecada mais, mas a dívida continua crescendo.

Segundo o relatório, há uma dicotomia entre a política fiscal expansionista e a política monetária do Banco Central (BC), citando aumento do crédito direcionado, com linhas de crédito subsidiadas, enquanto a Selic foi mantida no patamar elevado de 15%.

Além do socorro da União aos Correios, a Corte incluiu entre as ressalvas a estatal Petróleo Pré-Sal S.A (PPSA), responsável pela comercialização do petróleo a que a União tem direito nos contratos de partilha. Uma lei sancionada no fim de 2024 autoriza a companhia a deduzir dos valores repassados à União os gastos operacionais ligados à comercialização do óleo.

Para a equipe de auditoria do TCU, trata-se de uma manobra ilegal para autorizar despesas sem que elas precisem passar pelo Orçamento.

A corte citou também projeções de receitas superestimadas em R\$ 60 bilhões e considerou extremamente preocupante o crescimento dos benefícios tributários, financeiros e creditícios. Em 2025, esses benefícios alcançaram R\$ 759 bilhões, o equivalente a 6% do PIB, e quase 13 vezes superior ao déficit primário do governo.

Foram instituídos 21 novos mecanismos de renúncia fiscal com impacto estimado em R\$ 135,5 bilhões nos próximos 10 anos. Desses, 10 apresentaram irregularidades quanto ao cumprimento das exigências legais, apontou o TCU.

—Em um cenário de forte deterioração fiscal, não é mais possível tratar benefícios tributários bilionários sem avaliação rigorosa sobre seus resultados e seus impactos para as contas públicas— destacou o ministro Jorge Oliveira.

Ao ler o voto, Zymler alertou para o engessamento do Orçamento da União, comprometido com despesas obrigatórias no patamar de 91,4% do total, o que limita o espaço para as despesas discricionárias e impacta negativamente a execução das políticas públicas e investimentos.

— A rigidez orçamentária brasileira continua sendo um desafio estrutural — disse o ministro.

Ele citou os desequilíbrios do regime de previdência do país, dos trabalhadores do setor privado, sobretudo na área rural, dos servidores públicos e dos militares das Forças Armadas, que consomem boa parte do Orçamento da União.

Segundo o ministro, as renúncias previdenciárias previstas no regime do Simples, Microempreendedor Individual (MEI) e filantrópicas chegam a R\$ 70 bilhões, o que contribui para o rombo do regime previdenciário do país, de R\$ 317 bilhões em 2025.

Apesar da ampla reforma da Previdência em 2019, o relatório evidencia uma assimetria relevante na insuficiência financeira de cada sistema: o déficit per capita do regime da Forças Armadas é de R\$ 175,6 mil; dos servidores públicos, R\$ 78,1 mil e da Previdência Social, R\$ 9,1 mil.

Outro ponto destacado pelo relator foi a participação elevada da dívida pública em relação ao PIB:

— Os resultados primários que vem sendo obtidos são insuficientes para assegurar a estabilização da dívida nos níveis informados na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). A estabilização da dívida passa a ser de alguma coisa muito difícil de ser alcançada e está obviamente, fora dos parâmetros técnicos que nós tivemos a possibilidade de analisar nas contas do governo.

Zymler incorporou na lista de ressalvas a inclusão de novos projetos no Orçamento, sem a conclusão das obras em andamento, uma regra da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), pelos Ministérios das Cidades e do Desenvolvimento Regional:

— Isso é algo que preocupa o tribunal. Nós percebemos que o Ministério das Cidades, Ministério da Integração, Desenvolvimento Regional e a a Codevasp, em particular, incorreram nesse pecadilho.

O ministro Bruno Dantas citou no voto dois temas que estarão no radar do TCU, o corte no orçamento das agências reguladoras e o Boletim Focus, pesquisa realizada pelo BC, com expectativas do mercado sobre indicadores econômicos.

Segundo o ministro, o BC tem autonomia, as projeções do mercado são importantes, mas é preciso dar maior transparência ao processo, porque o Focus não foi criado por lei, não é fiscalizado e são os próprios agentes de mercado que fazem as previsões. O BC é o órgão fiscalizar do setor financeiro, alegou o ministro.

Ele destacou que o corte de verbas das agências reguladoras, em função do bloqueio de R\$ 22 bilhões no Orçamento da União de 2026, afeta setores importantes da economia:

— O Estado deixou de ser o principal investidor em infraestrutura. Desde 2019, o capital privado responde por mais de 70% do investimento nessa área, sobretudo energia, transportes, saneamento e telecomunicações, setores em que a agência reguladora é responsável pela qualidade do serviço prestados aos usuários.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 10/06/2026

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

PETROBRAS COMPRA 50% DE PARTICIPAÇÃO DE BLOCO DA EQUINOR NA BACIA DE CAMPOS

Segundo estatal, operação está 'alinhada à estratégia de longo prazo da companhia, visando à recomposição das reservas de petróleo e gás por meio de exploração de novas fronteiras e atuação em parceria'

Por Luísa Laval



A Petrobras anunciou nesta quarta-feira, 10, que fechou um contrato com a Equinor para comprar 50% de participação do bloco Itaimbezinho, no offshore da Bacia de Campos.

Petrobras já desenvolve projetos em parceria com a Equinor na Bacia de Campos Foto: Petrobras/Divulgação

Atualmente a Equinor possui 100% do bloco Itaimbezinho e, com a conclusão da transação, o consórcio passará a ser operado 50% pela Equinor e 50% pela Petrobras.

“A operação reforça a importância e relevância da atividade exploratória no Brasil e está alinhada à estratégia de longo prazo da companhia, visando à recomposição das reservas de petróleo e gás por

meio de exploração de novas fronteiras e atuação em parceria”, diz a estatal em fato relevante enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Ainda segundo a Petrobras, a parceria maximiza sinergias na Bacia de Campos, região onde a companhia já desenvolve ativos vizinhos, também em parceria com a Equinor, como o projeto Raia e a licença exploratória de Jaspe.

A aquisição do bloco observou todos os trâmites internos de governança da companhia, estando em linha com o Plano de Negócios 2026-2030.

O processo de cessão será submetido ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). A conclusão da transação também depende do cumprimento de condições precedentes, incluindo as aprovações governamentais e regulatórias aplicáveis.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 10/06/2026

VENDA DA CSN CIMENTOS DEVE SUPERAR R\$ 12 BI, COM CHINESAS MAIS AGRESSIVAS

A entrega das propostas para a fase vinculante será no dia 7 de agosto

Por Cynthia Decloedt (Broadcast), Altamiro Silva Junior (Broadcast) e Talita Nascimento (Broadcast)



As brasileiras Votorantim e Polimix também têm interesse na CSN Cimentos Foto: Marcos Arcoverde/Estadão - 21/07/2016

A venda da CSN Cimentos avançou, com quatro participantes passando para a segunda fase do processo - as brasileiras Votorantim e Polimix, e as chinesas Huaxin Cement e Sinoma International, de acordo com fontes. A entrega das propostas para a fase vinculante será no dia 7 de agosto e a Coluna apurou que as chinesas vêm com mais força e propostas mais

agressivas.

As ofertas recebidas na primeira fase, a de propostas não vinculantes, foram altas, segundo as fontes. Os valores partem de cerca de R\$ 12 bilhões a R\$ 13 bilhões, acima do patamar de R\$ 10 bilhões que se falava inicialmente.

A Votorantim, a maior cimenteira do Brasil, e a Polimix fazem suas diligências de forma separada, mas a leitura é de que mais à frente busquem formar um consórcio para a tentativa de compra. Essa é uma forma da Votorantim evitar resistência à aprovação da aquisição junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Polimix deve buscar parceira para o negócio

A também brasileira Polimix, maior produtora de concreto do Brasil e dona da Mizu, quarta maior cimenteira brasileira, por sua vez, não teria recursos para avançar sozinha no processo, por isso há a expectativa de que ela também opte por uma parceria estratégica.

Por outro lado, as chinesas têm mostrado interesse elevado no País, com a Huaxin tendo adquirido a Embu S.A., uma das maiores produtoras de pedra brita do Brasil, o que mostra uma estratégia no fornecimento de concreto para obras de grande porte.

A J&F e a Suzano chegaram a olhar o ativo, mas resolveram não participar da fase de propostas, segundo as fontes.

Primeira fase foi bem sucedida

A CSN já vinha sinalizando que a primeira fase do processo de venda havia sido bem sucedida. O CEO Benjamin Steinbruch disse a investidores em maio que havia recebido boas propostas pelo ativo, em número maior do que o esperado. Na mesma ocasião, Marco Rabello, diretor financeiro da CSN, disse que a segunda fase do processo de venda de ativos deveria durar entre dois e três meses, o que poderia levar à conclusão da operação no terceiro trimestre de 2026. “Se estamos avançando para a próxima etapa em cimento, é porque recebemos boas propostas”, reforçou o executivo. Ele ainda havia adiantado que todos os interessados eram “players estratégicos” e não financeiros.

Procuradas, a CSN e Votorantim não comentaram. Polimix, Huaxin e Sinoma não responderam até a publicação desta nota.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 10/06/2026

TARIFAÇÃO: REUNIÃO COM O REPRESENTANTE DE COMÉRCIO DOS EUA OCORRE ATÉ O FINAL DA SEMANA, DIZ MINISTRO

Elias Rosa e Jamieson Greer integram os grupos de trabalho formados pelos dois governos para discutir tarifas na relação bilateral, após a reunião entre Lula e Trump

Por Gabriel de Sousa (Broadcast) e Gabriel Hirabahasi (Broadcast)

BRASÍLIA - O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Márcio Elias Rosa, afirmou nesta quarta-feira, 10, que a equipe econômica do governo deve se reunir, até o fim desta semana, com o representante de Comércio dos Estados Unidos, Jamieson Greer.



A declaração do ministro foi feita para jornalistas antes do início da 7ª Reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico, Social e Sustentável (CDESS), mais conhecido como “Conselhão”, no Palácio Itamaraty.

Elias Rosa discutirá tarifas punitivas propostas pelo representante do comércio dos EUA Foto: Rovená Rosa/Agência Brasil

Elias Rosa também disse aos jornalistas que acredita que não haverá uma reunião entre o presidente Luiz Inácio Lula

da Silva e o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, durante a cúpula do G-7, em Évian-les-Bains, na França, entre os dias 15 e 17.

Elias Rosa e Jamieson Greer integram os grupos de trabalho formados pelos dois governos para

Desde então, mesmo com a promessa de diálogo sobre as tarifas, o United States Trade Representative (USTR), o escritório do representante comercial dos EUA, recomendou uma tarifa de 25% sobre o Brasil por supostas práticas comerciais danosas aos americanos e de 12,5% por suposta facilitação na venda de bens produzidos através de trabalho forçado.

‘Itamaraty tem atuado na proteção dos interesses do Brasil’

O ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, afirmou que a chancelaria brasileira vai continuar atuando na proteção dos interesses brasileiros diante das sanções econômicas dos Estados Unidos.

“Sempre orientado pela defesa da soberania, o Ministério das Relações Exteriores tem atuado com firmeza e visão estratégica na proteção dos interesses comerciais brasileiros diante da imposição de sanções unilaterais injustificadas contra o País”, disse Vieira, durante a abertura da reunião do Conselhão, no Itamaraty, nesta quarta.

Ao lembrar da Copa do Mundo, que terá o jogo de abertura na Cidade do México nesta quinta-feira, 11, o ministro das Relações Exteriores disse também que o Itamaraty seguirá defendendo a soberania brasileira em um cenário onde o patriotismo é amplificado pela população.

“Às vésperas da abertura da Copa do Mundo, quando o orgulho de ser brasileiro ganha ainda mais visibilidade, reafirmo que o Itamaraty seguirá trabalhando na defesa de interesses nacionais e da soberania brasileira”, disse Mauro Vieira.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 10/06/2026

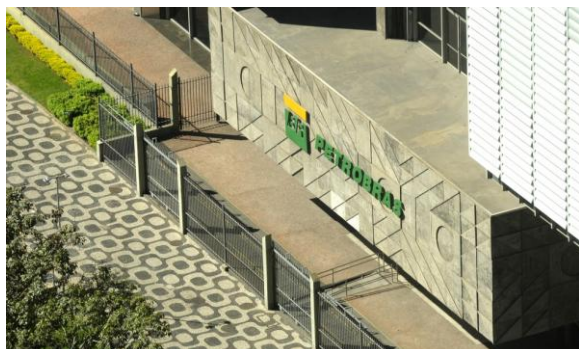


VALOR ECONÔMICO (SP)

PETROBRAS ASSINA ACORDO COM EQUINOR PARA COMPRAR PARTICIPAÇÃO DE 50% NO BLOCO ITAIMBEZINHO

Estatual afirmou que a operação, cujo valor não foi revelado, reforça a relevância da atividade exploratória alinhada com sua estratégia de longo prazo de recomposição de reservas

Por Felipe Laurence e Fábio Couto, Valor — São Paulo



— Foto: Leo Pinheiro/Valor

A Petrobras anunciou nesta quarta-feira (10) um acordo com a norueguesa Equinor para comprar uma participação de 50% no Bloco Itaimbezinho, localizado na Bacia de Campos, por um valor não divulgado.

Segundo a estatal, a operação reforça a importância e relevância da atividade exploratória no Brasil, alinhada à sua estratégia de longo prazo de recomposição de reservas por meio de exploração de novas fronteiras e

atuação em parceria.

“A parceria maximiza sinergias na Bacia de Campos, região onde a companhia já desenvolve ativos vizinhos, também em parceria com a Equinor, como o projeto Raia e a licença exploratória de Jaspe”, afirma, em comunicado.

Após a conclusão da operação, que ainda depende de aprovações regulatórias, o consórcio de Itaimbezinho passará a ser composto pela Equinor, que permanece a operadora com participação de 50%, e Petrobras com os outros 50%.

A Equinor havia arrematado o bloco no 3º Ciclo da Oferta Permanente de Partilha, realizado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) em outubro do ano passado.

A Equinor, em nota, afirmou que a parceria maximiza sinergias na Bacia de Campos, onde a empresa já desenvolve ativos, com a Petrobras e outras petroleiras. Entre as áreas estão o projeto Raia, de gás natural, com a própria Petrobras e a Repsol Sinopec Brasil.

A Equinor também desenvolve com a Petrobras o bloco de Jaspe, em fase de licença para realização de exploração.

“A operação reforça a importância da atividade exploratória para a estratégia da Equinor no Brasil”, disse a Equinor.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 10/06/2026

APOIO DE LINHA DO FUNDO DE AVIAÇÃO É IMPORTANTE PARA FORTALECER AÉREAS DO BRASIL, DIZ CEO DA EMBRAER

Por Cristian Favaro, Valor — São José dos Campos*



— Foto: Ana Paula Paiva/Valor

O CEO da Embraer, Francisco Gomes Neto, disse que o avanço da linha de crédito garantida com recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC) é importante para o Embraer uma vez que fortalece as companhias aéreas do Brasil. O executivo falou com a imprensa durante evento organizado neste quarta-feira em São José dos Campos.

“Para a Embraer, isso é muito importante. Queremos ver as aéreas mais fortes voando no Brasil. E eles vão ter mais oportunidades de comprar mais aviões. Apoiamos esse movimento do governo como FNAC”, disse o executivo.

As companhias aéreas Azul Linhas Aéreas, Latam Airlines Brasil, Gol Linhas Aéreas e Abaeté Linhas Aéreas já formalizaram, junto ao Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), os pedidos de acesso às linhas de crédito com recursos do FNAC. Segundo o governo, a etapa administrativa necessária para a operacionalização dos financiamentos na pasta foi concluída na terça-feira (9), com a aprovação das resoluções do Comitê Gestor do Fundo, com os valores e a regulamentação das contrapartidas necessárias.

Como contrapartida, as companhias deverão ampliar sua presença na Amazônia Legal e no Nordeste. Para isso, terão de aumentar em 15% a proporção de frequências operadas nessas regiões em relação ao ano anterior ou garantir que, no mínimo, 17,5% de suas decolagens anuais ocorram nesses mercados. A meta deverá ser alcançada em até 24 meses e mantida por pelo menos um ano.

As empresas também precisarão aderir ao Pacto pela Sustentabilidade do Ministério de Portos e Aeroportos, adotar práticas de governança ambiental, social e corporativa (ESG), ampliar o uso de combustível sustentável de aviação (SAF) para promover redução adicional das emissões de CO2 além das metas legais vigentes e, durante o período de carência de determinadas operações, não poderão ampliar a distribuição de lucros aos acionistas.

A linha de crédito será operada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) e contará com R\$ 5,5 bilhões para 2026. Empresas com participação superior a 5% no mercado doméstico poderão contratar até R\$ 1,8 bilhão cada. As demais terão limite de até R\$ 166 milhões.

As taxas de juros variam de acordo com a finalidade do financiamento: de 4% para capital de giro, 6,5% ao ano para as linhas voltadas ao SAF e à infraestrutura logística; 7% ao ano para manutenção de aeronaves e motores; e 7,5% ao ano para aquisição de aeronaves.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 10/06/2026

ENEVA DÁ INÍCIO A CONSTRUÇÃO DE TÉRMICAS DE R\$ 6 BILHÕES NO CEARÁ

Segundo a companhia, R\$ 5,4 bilhões serão direcionados para construir as duas usinas e cerca de R\$ 600 milhões na infraestrutura de gás

Por Fábio Couto, Valor — Rio



— Foto: Divulgação/Eneva

A Eneva deu início à implantação do Hub Ceará, projeto que envolve a construção de duas térmicas e um terminal de gás natural liquefeito (GNL) no Porto do Pecém, Ceará. As usinas terão potência instalada total de 1.147 megawatts (MW) e o terminal, uma capacidade da ordem de 14 milhões de metros cúbicos por dia (m³/dia).

O investimento total é estimado em R\$ 6 bilhões, sendo R\$ 5,4 bilhões nas duas usinas e cerca de R\$ 600 milhões na infraestrutura de gás.

As usinas são parte do conjunto de térmicas que venceu o leilão de reserva de capacidade (LRCAP) realizado pelo governo em março, voltado para a segurança energética. Para todos os novos projetos em construção, a empresa investirá ao todo R\$ 18,2 bilhões.

As obras terão início ainda neste mês de junho. A pedra fundamental do projeto foi lançada na terça-feira (6).

As usinas Jandaia II e Jandaia III terão contrato de 15 anos de suprimento.

Segundo a Eneva, o empreendimento se encontra em fase avançada de desenvolvimento, com os principais equipamentos já contratados. A companhia considera que o projeto reforçará o papel do Ceará como polo logístico, industrial e energético.

Marcelo Lopes, diretor de marketing, comercialização de gás e energia da Eneva, afirmou que o Hub Ceará marca um novo momento da companhia na região e ressaltou a atuação das térmicas que venceram o leilão de capacidade: “Sabemos que o Brasil é um país rico em diversas fontes elétricas, mas a térmica tem um papel crucial para a segurança energética, atendendo com capacidade plena, sempre que o ONS [Operador Nacional do Sistema Elétrico] demandar e para garantir o suprimento 24 horas por dia, sete dias por semana”, disse Lopes, em comunicado.

Nessa linha, o governador do Ceará, Elmano de Freitas, que estava presente à cerimônia, destacou que a realização do leilão, cuja realização está sendo marcada por questionamentos e contestações judiciais, desempenha papel fundamental para a segurança e para a transição energética. “Estamos favorecendo uma energia mais limpa, garantindo mais segurança. Um estado que precisa ter data center precisa ter 24 horas de energia, sete dias por semana”, disse Freitas.

Além do Hub Ceará, a Eneva contratou outras novas usinas térmicas no leilão de capacidade. No Hub Sergipe, serão construídas três novas térmicas que somam 1.244 MW de capacidade. No Hub Sudeste, a empresa construirá as plantas Jandaia I, Porto Norte Fluminense II B, Presidente Kennedy e Presidente Kennedy I, que totalizam 1,1 GW.

O conceito de hub da Eneva é utilizado em Sergipe, onde a empresa possui a térmica Porto do Sergipe I, no Maranhão, com o complexo de térmicas Parnaíba, e no Amazonas, onde produz o gás das reservas de Azulão para atender térmicas em Roraima.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 10/06/2026

MENOR IMPORTAÇÃO DE PETRÓLEO DA CHINA EM 8 ANOS AMORTECE IMPACTO DA GUERRA NO IRÃ SOBRE PREÇOS

Por Nikkei Asia — Xangai e Tóquio

Uma queda acentuada nas importações de petróleo da China está mantendo os preços globais sob controle, apesar da crise de oferta que já dura mais de 100 dias devido ao fechamento do Estreito de Ormuz.

Ainda assim, analistas, operadores e empresas petrolíferas começam a alertar que o mercado está se aproximando de um ponto de inflexão, com os preços correndo o risco de subir caso o apetite da China retorne nas próximas semanas e meses.



Navios no Estreito de Ormuz — Foto: Reuters

Em maio, as importações de petróleo bruto da China caíram para o menor nível em oito anos, à medida que as refinarias reduziram suas taxas de operação durante a guerra com o Irã, ajudando a compensar a alta dos preços globais. As importações totalizaram 33,08 milhões de toneladas no mês passado, uma queda de 14% em relação a abril e de 29% em relação ao ano anterior, de acordo com dados alfandegários divulgados na terça-feira.

O petróleo Brent, referência internacional, está sendo negociado abaixo de US\$ 100 o barril há mais de uma semana. Os preços ainda estão mais de 50% acima dos níveis pré-guerra, mas recuaram dos picos de mais de US\$ 110 no início de maio.

"A China está atuando como a principal força de reequilíbrio do mercado", escreveu Mike Haigh, chefe global de pesquisa de commodities do Société Générale, em um relatório divulgado na segunda-feira. Ele observou que a queda nas importações de petróleo da China, de cerca de 3 milhões de barris por dia, de 11,7 milhões de barris em fevereiro para pouco menos de 9 milhões no fim de maio, é próxima de toda a demanda de petróleo bruto do Japão.

"Isso representa uma das maiores compensações ao choque, perdendo apenas para o redirecionamento dos fluxos da Arábia Saudita e sendo maior do que as liberações coordenadas de reservas estratégicas de petróleo dos Estados Unidos, Europa e Japão", acrescentou.

A utilização das refinarias chinesas caiu de 73,2% no início da guerra com o Irã, no final de fevereiro, para 61% no início de junho, segundo a OilChem. Refinarias independentes, conhecidas como "refinarias de pequeno porte", que são grandes compradoras de petróleo bruto iraniano com desconto, parecem ter sido particularmente afetadas, disse Duncan Wrigley, da Pantheon Macroeconomics.

Os preços elevados, no entanto, estão impactando a atividade econômica na China.

As companhias aéreas estão entre as mais atingidas. A média diária de voos domésticos caiu para 11.873 em maio, uma queda de 6% em relação a abril e de 8,3% em relação ao ano anterior, segundo a VariFlight.

Analistas do JP Morgan, que visitaram a China no fim de maio, disseram que a principal conclusão de suas reuniões foi "não simplesmente que a demanda por petróleo caiu. Foi que ela pode ter caído até 9%, ou 1,5 milhão de barris por dia — abruptamente, inesperadamente e com pouquíssima interrupção visível."

Eles acrescentaram: "A queda não parece ser produto de uma campanha formal de conservação do governo. Parece que os consumidores fizeram uma escolha econômica silenciosa. Diante do aumento dos preços da gasolina, do diesel e das passagens aéreas, muitos parecem ter abandonado o transporte movido a petróleo em favor de alternativas mais baratas e com menor emissão de carbono."

Os preços mais altos do petróleo também estão afetando a demanda industrial e de consumo, à medida que as empresas enfrentam custos crescentes de logística e matérias-primas.

A produção industrial cresceu 4,1% em abril em comparação com o mesmo período do ano anterior, o ritmo mais lento em quase três anos, segundo dados oficiais. Um funcionário da Petalant, fabricante de produtos para animais de estimação com sede em Zhejiang e que vende em plataformas como a Amazon, disse que os pedidos de clientes dos Estados Unidos estão diminuindo. "Os custos de frete têm sido instáveis e as matérias-primas têxteis subiram bastante", disse a fonte ao "Nikkei Asia" em Ningbo no mês passado.

Analistas da Jefferies observaram na semana passada "quedas acentuadas" nas vendas de eletrodomésticos no JD.com e no Tmall, apesar do início antecipado do festival de compras 618.

As importações totais de bens da China aumentaram 27,4% em maio em relação ao ano anterior, em termos de dólares, segundo dados divulgados na terça-feira, enquanto as exportações cresceram 19,4%.

Refletindo as recentes quedas de preços, o governo reduziu na quinta-feira o teto do preço da gasolina no varejo em 525 yuans por tonelada, enquanto as companhias aéreas reduziram as sobretaxas de combustível em até 20 yuans a partir de sexta-feira.

No entanto, especialistas do setor alertam para uma maior volatilidade, à medida que os estoques globais são reduzidos em ritmo recorde.

Muito agora depende de a China aumentar ou não as importações nos próximos meses, uma questão que divide os analistas. A incerteza sobre o tamanho de suas reservas estratégicas restantes complica as previsões.

Embora se acreditasse que os estoques ultrapassassem 1 bilhão de barris no início da guerra com o Irã, a falta de dados oficiais torna seu nível atual incerto, assim como a incerteza sobre se o governo autorizou as empresas a utilizá-los. "Ninguém sabe ao certo a quantidade real", disse um gestor de investimentos de Hong Kong.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 10/06/2026

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

PETROBRAS COMPRA 50% DO BLOCO ITAIMBEZINHO DA EQUINOR NA BACIA DE CAMPOS

Da Redação Offshore 10/06/2026 - 16:00



A Petrobras assinou contrato para adquirir 50% de participação no bloco Itaimbezinho, operado pela Equinor na Bacia de Campos, em operação ainda sujeita à aprovação da ANP e do Cade e alinhada ao Plano de Negócios 2026-2030 da companhia.

Atualmente, a Equinor detém 100% do bloco Itaimbezinho, localizado no polígono do pré-sal da Bacia de Campos. Com a conclusão da transação, o consórcio passará a ser formado por Equinor Brasil Energia (50%, operadora) e Petrobras (50%), sob gestão contratual da Pré-Sal Petróleo

S.A. (PPSA), responsável pela administração do contrato de partilha de produção. O acordo segue os trâmites internos de governança da estatal e integra a estratégia de recomposição e qualificação do portfólio exploratório, com foco em ativos de maior potencial em águas profundas e ultraprofundas.

Itaimbezinho está localizado a cerca de 15 km do projeto Raia, também na Bacia de Campos, que tem entrada em operação prevista para 2028 e capacidade projetada para escoar até 16 milhões de m³/dia de gás natural, volume estimado em cerca de 15% da demanda nacional de gás no período. A proximidade entre as áreas abre espaço para futuras sinergias de infraestrutura de escoamento e processamento, o que pode reduzir custos de desenvolvimento e aumentar a atratividade econômica do bloco.

Para a Petrobras, a aquisição reforça o movimento recente de retomada de posições em ativos exploratórios considerados estratégicos, ao lado de iniciativas no exterior, como a compra de 75% e a operação de um bloco offshore em São Tomé e Príncipe, também anunciada em 2026. A conclusão do negócio em Itaimbezinho, contudo, ainda depende do cumprimento de condições precedentes, incluindo a análise concorrencial pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e a aprovação regulatória da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 10/06/2026

ANTAQ E BANCO DO BRASIL FIRMAM PARCERIA PARA DIGITALIZAR LICITAÇÕES DE PORTOS BRASILEIROS

Da Redação Portos e Logística 10/06/2026 - 11:48



A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) assinou um acordo de cooperação técnica com o Banco do Brasil para modernizar os processos de licitação de concessões e parcerias público-privadas no setor portuário, com foco em fluxos digitais e híbridos que aumentem a eficiência e a transparência dos certames.

O acordo foi firmado em reunião na Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos (SEMPI), em Brasília, e prevê que o Banco do Brasil apoie a ANTAQ no desenvolvimento e na operação de soluções tecnológicas

para gestão de editais, recebimento de propostas e acompanhamento das etapas de licitação de áreas e terminais portuários. Segundo a Agência, a parceria dialoga com a agenda de desburocratização e inovação regulatória e aproveita a experiência do banco em plataformas de leilões, pregões eletrônicos e estruturação de projetos de infraestrutura sob o guarda-chuva do PPI.

Na prática, a expectativa é que a digitalização e a padronização de fluxos reduzam prazos e custos operacionais e deem mais segurança jurídica à modelagem dos leilões, em um momento em que o setor portuário continua entre as áreas com maior número de certames no país. Para operadores, terminais arrendatários, TUPs e investidores interessados em novos projetos em portos como Santos, Paranaguá, Salvador, Fortaleza e Arco Norte, um ambiente licitatório mais eficiente tende a acelerar decisões de investimento, ampliar a concorrência e facilitar a entrada de projetos com maior conteúdo tecnológico, em linha com a agenda de modernização portuária e de aumento de capacidade logística para o agronegócio e a indústria.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 10/06/2026

PRIMEIRO NAVIO OCEÂNICO A AMÔNIA DE COMBUSTÍVEL DUPLO É ENTREGUE A ARMADOR BELGA

transportar amônia ou GLP em tanques totalmente refrigerados (um midsize gas carrier, MGC). Trata-se do primeiro navio oceânico do mundo equipado com motor a amônia de combustível duplo, marcando um novo passo na transição energética do transporte marítimo de gás, em linha com os avanços de motores a amônia apresentados pela WinGD e parceiros industriais.



A Exmar é um grupo belga especializado em transporte marítimo de gás, com foco em navios-tanque para GLP, amônia e outros gases liquefeitos, além de atuar em soluções de infraestrutura e projetos de transição energética no shipping.

Desenvolvido em um programa de mais de três anos com a HD Hyundai Heavy Industries, a WinGD, a Nord Gas Solutions (ex-Wärtsilä Gas Solutions) e o Lloyd's Register, o Antwerpen é um gas carrier de médio porte, com capacidade para cerca de 46.000 m³ de carga (45.000 m³ em tanques principais e 2 x 500 m³ em tanques de deck), apto a transportar amônia ou GLP e a

utilizar a própria amônia como combustível.

A Exmar afirma que, operando com amônia de baixo carbono, o navio poderá reduzir em até cerca de 90% as emissões equivalentes de CO₂ durante a navegação, aproximando o desempenho da embarcação de um perfil de emissões “próximo de zero” em comparação com navios movidos apenas a combustíveis fósseis tradicionais.

O Antwerpen é o primeiro de uma série de quatro navios de gás de médio porte a amônia de combustível duplo, todos batizados com nomes de cidades belgas, que devem ser entregues até 2027 e apresentados como caso de referência em fóruns da Organização Marítima Internacional (IMO). A embarcação é também o primeiro navio a operar com o motor X-DF-A da WinGD, um dois-tempos de injeção de alta pressão projetado para que a amônia seja o combustível principal com uma pequena fração de óleo piloto, mantendo eficiência térmica comparável a motores a diesel equivalentes e com níveis de emissões de NOx, N₂O e amônia residual abaixo dos limites regulatórios sem exigir pós-tratamento específico de “ammonia slip”.

O avanço desses projetos sinaliza a rapidez com que a amônia passa do conceito para aplicações comerciais em navios oceânicos, com potencial impacto sobre contratos de transporte de produtos químicos. Outras companhias, como a Høegh Autoliners, já encomendaram motores a amônia de combustível duplo para parte de sua série de PCTCs Aurora Class, reforçando a tendência de que, ao longo da próxima década, a amônia se consolide como um dos principais vetores de descarbonização em diferentes segmentos da marinha mercante.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 10/06/2026

ABS AMPLIA PORTFÓLIO DE NAVIOS DE BAIXA EMISSÃO E APROVA PORTA-CONTÊNER HÍBRIDO COM BATERIA DE 16 MIL TEUS

Da Redação Indústria naval 10/06/2026 - 16:00



A American Bureau of Shipping (ABS) concedeu aprovação em princípio ao projeto elétrico de um navio porta-contêineres ultragrande de 16.000 TEUs, com sistema híbrido de baterias desenvolvido pela HD Korea Shipbuilding & Offshore Engineering (HD KSOE) e pela HD Hyundai Heavy Industries (HD HHI), consolidando o avanço de soluções de baixa emissão no transporte marítimo apoiadas pela sociedade classificadora.

A nova aprovação em princípio (AiP) cobre a análise elétrica e o projeto elétrico da embarcação e marca a segunda fase de um projeto de desenvolvimento conjunto entre a ABS, a HD KSOE e a HD HHI. Na primeira etapa, concluída no ano passado, as empresas já haviam obtido uma AiP focada nos sistemas de propulsão elétrica do navio, voltados a operar em combinação com um banco de baterias de alta capacidade

para otimizar consumo de combustível e reduzir emissões de gases de efeito estufa. Em comunicado, a ABS classificou a aprovação como mais um marco na evolução de sistemas elétricos híbridos para grandes navios comerciais, destacando que a tecnologia passa a ser aplicada também em embarcações de longo curso de grande porte.

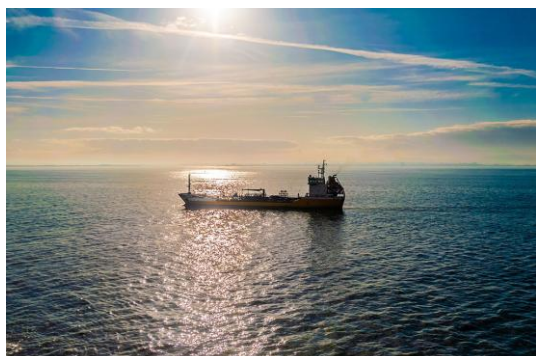
Do lado da indústria naval coreana, a HD KSOE enfatizou que o desenvolvimento do porta-contêiner híbrido de 16 mil TEUs se insere na estratégia de atender às metas de neutralidade de carbono da Organização Marítima Internacional (IMO) até 2050, ao mesmo tempo em que busca manter a confiança de armadores e demais sociedades classificadoras por meio de soluções navais ecológicas e de alta eficiência, incluindo integração de baterias em diferentes tipos de embarcação do grupo. Em paralelo, a ABS vem apoiando outros projetos de navios de baixa emissão, como embarcações de abastecimento de amônia e unidades movidas a GNL, reforçando um portfólio que combina combustíveis alternativos, sistemas híbridos e eletrificação parcial de bordo.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 10/06/2026

ICS VÊ POTENCIAL NA CAPTURA DE CARBONO A BORDO PARA AVANÇAR DESCARBONIZAÇÃO DO TRANSPORTE MARÍTIMO

Da Redação Navegação 10/06/2026 - 16:00



A International Chamber of Shipping (ICS) passou a tratar a captura de carbono a bordo como uma das opções tecnológicas com potencial para reduzir emissões no transporte marítimo internacional, em linha com a nova estratégia da Organização Marítima Internacional (IMO) para atingir emissões líquidas zero até 2050.

A avaliação da ICS ocorre em um momento em que projetos-piloto começam a demonstrar a viabilidade técnica da chamada captura e armazenamento de carbono a bordo (OCCS, na sigla em inglês). Em janeiro de 2025, por

exemplo, uma armadora norueguesa anunciou a operação de um navio equipado com sistema capaz de filtrar os gases de exaustão, liquefazer o CO₂ capturado e armazená-lo em tanques para posterior envio a destinos de estocagem geológica ou reaproveitamento industrial.

Em junho do mesmo ano, o Global Centre for Maritime Decarbonisation (GCMD) concluiu na China um piloto que envolveu a transferência de cerca de 25 toneladas de CO₂ capturado em um porta-contêiner para um navio receptor e, em seguida, para uma planta terrestre, onde o gás foi utilizado na produção de carbonato de cálcio de baixo carbono.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 10/06/2026

MSC ATINGE 20% DE PARTICIPAÇÃO NO MERCADO GLOBAL DE CONTÊINERES E AMPLIA DISTÂNCIA DAS RIVAIS

Da Redação Navegação 10/06/2026 - 16:00



A Mediterranean Shipping Company (MSC) alcançou cerca de 20% de participação na capacidade global de transporte marítimo de contêineres, com frota superior a 6 milhões de TEUs, consolidando um novo recorde de concentração no segmento de linhas regulares, segundo dados recentes da consultoria Alphaliner.

De acordo com levantamentos da Alphaliner citados por veículos especializados, a MSC mantém desde



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOS SHIPPING

Edição: 096/2026
Página 71 de 71
Data: 10/06/2026
www.mercosshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

2022 a liderança no ranking mundial de armadores de contêineres e, no fim de 2025, já operava uma diferença de aproximadamente 2,5 milhões de TEUs em relação à Maersk, segunda colocada. Em 2025, a companhia respondeu por cerca de 39% do aumento de capacidade das 12 maiores operadoras globais, adicionando mais de 830 mil TEUs em um único ano, principalmente por meio de novas construções e aquisições de navios no mercado.

Estudos da UNCTAD indicam que a participação da MSC na frota mundial de contêineres quase dobrou em menos de duas décadas, passando de 9% em 2006 para cerca de 19% em 2024, enquanto grupos como Maersk e CMA CGM mantiveram ou ajustaram suas estratégias de crescimento. Somada à atuação de grandes alianças como Ocean Alliance, THE Alliance e, a partir de 2025, a Gemini Cooperation, a liderança isolada da MSC contribui para um cenário em que poucos grupos concentram mais de 80% da capacidade global de transporte de contêineres, reforçando o poder desses armadores nas negociações de frete e oferta de espaço.

Para os portos brasileiros e o comércio exterior do país, essa concentração significa maior exposição às decisões de rede e frota da MSC, que opera serviços em rotas de longo curso ligando terminais como Santos, Paranaguá e portos do Arco Norte aos principais mercados consumidores. Analistas destacam que a política da Maersk de limitar o crescimento da frota, em contraste com a expansão agressiva da MSC, tende a influenciar a concorrência em serviços de longo curso, com reflexos sobre tarifas, confiabilidade de escalas e capacidade disponível para exportadores de commodities agrícolas, manufaturados e carga containerizada de maior valor agregado que utilizam a costa brasileira.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 10/06/2026



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercosshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 10/06/2026